

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**A Influência da Expansão Portuguesa
na Inglaterra do Primeiro Tudor**

Paulo Manuel Azevedo da Silva

Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão

2009

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**A Influência da Expansão Portuguesa
na Inglaterra do Primeiro Tudor**

Paulo Manuel Azevedo da Silva

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre em História dos
Descobrimentos e da Expansão, orientada pela Professora
Doutora Maria Leonor García da Cruz**

2009

Índice Geral

A Influência da Expansão Portuguesa na Inglaterra do Primeiro Tudor

Resumo e palavras-chave.....	5
Sinopsys and key-words.....	6
Introdução.....	7
1.A Inglaterra de Henrique VII – tempos de afirmação	
1.1. Realidades políticas da Europa no princípio de Quinhentos -quadro geral...	9
1.2. Legitimação dinástica e reorganização administrativa.....	13
1.3. Tentativas de afirmação no quadro político europeu.....	29
2-Inglaterra e Portugal: dinâmicas na viragem para o séc. XVI	
2.1 Mercadores e circuitos económicos: permanências e inovações; o caso de Bristol.....	44
3. Os efeitos da Expansão Portuguesa	
3.1. O tardio Renascimento Inglês.....	69
3.2. Impacto técnico e cultural dos Descobrimentos Portugueses em Inglaterra; Sete Cidades; Antilha.....	75
4-O Embrião da Expansão Inglesa	
4.1 A Influência Portuguesa no arranque expansionista inglês: elemento determinante?.....	88
4.2 A emergência do modelo inglês – o poderio naval como resposta.....	117
5. Conclusão.....	123
6. Bibliografia.....	126

Dedico

à memória de meu Pai, no passado, e à minha Família, para o futuro.

Agradeço

à Professora Doutora Maria Leonor Garcia da Cruz

Resumo

Dono de uma legitimidade dúbia, chegado ao poder pela força das armas, Henrique VII herda um reino acabado de sair de um difícil século de quatrocentos. A sua acção governativa, reformadora e centralizadora, encontra dificuldades de afirmação na Europa diplomática e política, onde forças ancestrais se digladiam. A sua atenção vira-se então para formas inovadoras de afirmação; entre estas, avulta a entrada no jogo do descobrimento e conquista além-mar, de que conhecia os feitos – estava bem informado – e invejava os efeitos. A sua cidade de Bristol participava havia muito das inovações técnicas, culturais e comerciais de um Atlântico pleno de potencialidades.

Antecedendo a aceitação, pelos Reis Católicos, da proposta de Colombo, foi ao Monarca Inglês apresentado o mesmo plano pelo irmão Bartolomeu, enviado a Inglaterra; a proposta, escorada numa argumentação que realça o papel de Portugal no conhecimento de um novo mundo, foi aceite pelo Tudor. Foi apenas gorado o ensejo pela concretização do apoio espanhol ao futuro Almirante. Mas surge Cabot – com um plano e uma aprendizagem similares a Colombo. Com ele, o Rei, apoiado nos saberes portugueses e nas aspirações de Bristol, inicia a Inglaterra nas demandas de outras paragens.

Se o sucesso de 1497 não teve seguimento imediato, a reformas navais de Henrique VII e o feito do veneziano ajudaram a lançar as bases da futura Inglaterra: comercial, marítima, expansionista.

Palavras-chave: Inglaterra Tudor, Henrique VII, Bristol, Expansão Europeia, Relações Luso-Britânicas.

Synopsis

Dubiously legitimate, by battle arrived to the throne, Henry VII inherits a realm just emerging from a difficult fifteenth century. His political action, reforming and centralising, meets in Europe the challenging diplomatic and political scene where powerful and ancient forces struggle. The King's attention turns to ground-breaking forms of power; amongst these, entering the game of discovery and conquest overseas, of which he knew the facts -he was well informed - and envied the effects. His city of Bristol had long been participating of the technical, cultural and commercial innovations of the promising Atlantic.

Before the acceptance, by the Catholic Kings, of Columbus' plan, the scheme was presented to the Tudor by Bartholomew, the Genoese's brother, sent as a negotiator; the proposal, grounded on reasoning that clearly enhances Portuguese partake in the knowledge of a new world, was well received. And it went no further only because Spanish support to Christopher Columbus finally came. But enter Cabot, with much similar a plan and apprenticeship. This time, Henry VII, backed in Portuguese skill and Bristol's ambitions, starts England on the discoveries.

The events of 1497 had no immediate sequel, but naval reform and the Venetian's feat sowed the seed of future England: commercial, maritime, expansionist.

Key-words: Tudor England, Henry VII, Bristol, European Expansion, Anglo-Portuguese Relations.

Introdução

Não será difícil explicar as motivações que me levaram a escolher, para tema da dissertação de mestrado na especialidade de História dos Descobrimentos, a troca de influências entre Portugal e a Inglaterra no contexto da nova realidade técnica, geográfica, cultural e económica proporcionada pela abertura da Europa ao Mundo.

Decorrem, por um lado, do meu interesse pessoal pela História, a cultura e mentalidade inglesas, que se tem mantido constante de há uns anos a esta parte; por outro, do reconhecimento de que as influências dos Descobrimentos portugueses em Inglaterra não se encontravam tratadas com o relevo e o alcance devido nas historiografias dos dois países. Sentir-me-ei recompensado do esforço de que a presente dissertação é fruto se este trabalho servir de porto de partida, um despertar para outros e mais substanciais contributos.

Mais difícil se tornou dar coerência ao que se seguiu. Inicialmente, o tema surgiu com um enunciado diferente - o objectivo seria o de estudar a participação inglesa na Expansão portuguesa. Mas a estrutura do trabalho evoluiu, tal como, aliás, era de esperar, em função da evolução das pesquisas, e acabando por se centrar no complexo de relações individuais, económicas, culturais e institucionais estabelecidas entre a Inglaterra Tudor - potência em definição - e o Portugal estabelecido na dinâmica expansionista de Quinhentos.

O coração temático da investigação foi localizado nos reinados dos dois primeiros monarcas da novel dinastia, Henrique VII e seu filho, Henrique VIII,

o que correspondeu ao exercício dos nossos reis D. João II e D. Manuel I. As pesquisas que o tempo e o modo deixaram que se efectuassem conduziram-me, por seu turno, à constatação de um nexó de causalidade entre os sucessos portugueses e a decisão inglesa de iniciar um processo de Expansão. Achara finalmente a problemática nuclear, ainda que não sob a forma que, de início, idealizara, e foi esse o tema que desenvolvi na presente dissertação.

Antecede ao seu desenvolvimento uma panorâmica sobre o quadro anterior de relações: a Aliança Inglesa e sua evolução, a Inglaterra Tudor, as relações comerciais, diplomáticas e culturais luso-inglesas de Quatrocentos.

Como núcleo fundamental da investigação, analiso as dinâmicas portuguesa e inglesa, valorizando a percepção dos contactos e empreendimentos comuns entre Portugueses e Ingleses e, tomando sempre como pano de fundo a Expansão lusa, aquilatar da influência portuguesa na abertura ao mundo que os primeiros Tudor protagonizaram. Na concretização do objecto de estudo, proceder-se-á a um vislumbre das participações Ingleses no Portugal de Quinhentos: Mercadores, Navegantes, Instituições. Também será equacionada, a Expansão Portuguesa na Cultura Inglesa enquanto contraponto para a percepção das dinâmicas culturais ou de uma eventual rede de relações técnicas, bem como de repercussões políticas, comerciais e culturais.

1. A Inglaterra de Henrique VII – tempos de afirmação

1.1 Realidades políticas da Europa no princípio de Quinhentos – quadro geral

A Inglaterra dos Tudor é uma potência *forse*, no princípio da centúria de Quinhentos. Sem a densidade populacional da França ou dos estados germânicos, com uma área relativamente pequena, culturalmente homogénea mas arredada da corrente primordial do Renascimento europeu¹, economicamente periférica, acabada de sair de um século de intensas lutas intestinas, o reino dos Tudor enfrenta uma conjunção de desafios que se podem resumir à necessidade de afirmação de uma entidade política que perdeu, no século anterior, as possessões continentais – a saber, os vastos territórios da França, dos quais só resta Calais – e procura, a partir do seu espaço insular, e nas dinâmicas autóctones, o restabelecimento de uma voz respeitada no concerto europeu.

Esta afirmação torna-se tanto mais difícil quanto colide com processos e realidades antagónicas aos interesses ingleses. A recuperação francesa da Guerra dos Cem Anos, a subida ao trono do Sacro-Império de um volátil

¹ Weiss, R., *Humanism in England during the Fifteenth Century*, Basil Blackwell, Londres, 1941.

Maximiliano e a união das Coroas espanholas criou na Europa um clima tenso e propenso à guerra.²

A diplomacia - um novo tipo de diplomacia, para a qual o espírito inglês, à excepção de um Wolsey, se encontra mal preparado - tornou-se permanente durante as guerras de Itália, como permanente se tornou o escrutínio de cada país pelos seus adversários potenciais num quadro de extrema volatilidade das alianças³. Com efeito, a Itália - e a sucessão de construções diplomáticas à volta do seu domínio - constitui o fulcro da actividade política internacional na viragem para o séc. XVI⁴.

Entrementes, com Portugal e Espanha envolvidos em empresas marítimas e uma França revigorada, a Flandres - área de interesse comercial vital para os Ingleses - em ebulição, com o Império a procurar a hegemonia da Europa central, com o Mediterrâneo - outra área tradicional de interesse dos mercadores da Albion, que aí sofrem crescentes dificuldades - a perder o exclusivo das atenções geopolíticas, e com a ostensiva e, frequentemente, prepotente atitude dos mercadores da Liga Hanseática (detentores que são de alargados privilégios em solo inglês, herdados das concessões de Eduardo IV, pelo Tratado de Utrecht e vedados até aos autóctones), a necessidade de uma mudança do eixo de gravidade do comércio marítimo inglês (para o Atlântico, por força das circunstâncias) começa a fazer-se sentir. Sob o ponto de vista económico, a Inglaterra é um país sitiado, com grande parte da sua economia

² Hale, J.R., *A Europa durante o Renascimento 1480-1520*, Editorial Presença Lisboa, 1983, p.80

³ J.R.Hale, *op. cit.*, p.48 e segs.

⁴ *Idem, ibidem*, p.47.

nas mãos de estrangeiros.⁵ O novel rei tem de defrontar, no início do seu reinado, não só o remanescente da contestação dos partidários da causa de York como também a necessidade de refundação do poder real e as elevadas expectativas de restabelecimento do comércio externo inglês.

A Aliança com Portugal, sem nunca estar esquecida e sendo cuidadosa e periodicamente renovada, perde acuidade estratégica; a Inglaterra inaugura com os Tudor um período indeciso, defensivo, por vezes caótico de alianças dinásticas e diplomáticas, destinadas muitas vezes a depender de factores não totalmente por si controlados. Sem poder naval, com um exército respeitado - apesar das derrotas francesas - mas pouco numeroso, sem interesses estratégicos no continente que não pudessem sobreviver pela simples manutenção de acordos comerciais casuísticos, a Monarquia inglesa inaugura, com Henrique VII, um período de acomodação defensiva às sucessivas leituras da situação continental, a saber, na Flandres, em França, na Bretanha, no Império, em Itália, no Báltico, em Espanha e no Mediterrâneo.

Mas a crescente complexidade do sistema de alianças e subterfúgios da política continental torna a saída da expansão marítima comparativamente vantajosa, liberta da filigrana diplomática que tantos dissabores dá a Henrique VII, e isto apesar de os primeiros avanços exploratórios - como o provam as cartas patentes a Cabot - terem sido pautados pela prudência e sem intenção de romper os laços diplomáticos com Espanha⁶ e afrontar legitimidades instituídas. Mas é também na rentabilização do seu peso diplomático que

⁵ J.A.Williamson, J.A., *The Tudor Age*, Longmans, Green and Co., Londres , 1964, p.20.

⁶ J.A.Williamson, *op. cit.*, p.55.

Henrique VII joga, ao permitir-se enviar as expedições de Cabot num período em que os reis Católicos procuravam assegurar o seu concurso contra França,⁷ ao mesmo tempo que Carlos VIII via no Tudor um potencial aliado⁸ e alguém cuja neutralidade podia ser comprada.⁹

⁷ J.A.Williamson, *op.cit.*, p.57.

⁸ J.R.Hale, *op. cit.*, p.47.

⁹ *Idem, ibidem*, p. 47, 48

1.2. Legitimação dinástica e reorganização administrativa

A historiografia inglesa é unânime ao considerar que o reinado de Henrique VII marca o fim de uma época¹⁰ - talvez não tanto pelas considerações das suas realizações, mas pela diferença que marca em relação ao passado recente do Reino. A era Tudor é vista, na historiografia anglo-saxónica, como uma época emblemática e um ponto de viragem.¹¹ De facto, o fim da Guerra dos Cem Anos proporcionou à Inglaterra a oportunidade de uma afirmação marítima que a sua condição insular já deixava antever.¹²

Henrique VII é, não só, o “feliz pacificador das cruentas contestações” que avassalam a Inglaterra¹³ mas o lenitivo para, nas palavras do Bardo, se dar início a uma nova era:

*“Now civil wounds are stopp`d, peace lives again: that she may long live here, God say amen!”*¹⁴

A ascensão de Henrique VII, na batalha de Bosworth, em 22 de Agosto de 1485, é um facto determinante na busca de estabilidade política interna mas é

¹⁰ Kearney, Hugh, *The British Isles - A History of Four Nations*, Cambridge University Press, Londres, 2000, 3ªed., p.154.

¹¹ Morgan, Kenneth O., *The Oxford Illustrated History of Britain*, Oxford University Press, Oxford, 2000, 4ª ed., p.223.

¹² Jourdin, M.M. du, *A Europa e o Mar*, Editorial Presença, Lisboa, 1995, 1ª ed., p. 130

¹³ Coelho, Latino, *A Ciência na Idade Média*, Guimarães Editores, Lisboa, 1988, p.125.

¹⁴ Shakespeare, William, *Richard III* (acto V, cena IV), Magpie Books, Londres, p. 634.

também um misto de direito de conquista, de herança e aclamação.¹⁵ Henrique VII tem assim, em Bosworth Field, a legitimação do seu reinado e da dinastia que funda, mas apenas porque da batalha resulta a morte de Ricardo III e da maior parte dos seus apoiantes.¹⁶

Os pergaminhos que Henrique Tudor invoca na pretensão ao trono de Inglaterra são débeis¹⁷, com argumentos indirectos e dependentes da sorte de Henrique VI e do seu filho, o príncipe Eduardo, mortos nas refregas contra os partidários da causa de York, e do facto da morte de Eduardo IV e dos filhos, possivelmente a mando de Ricardo III, ter feito deste um usurpador e um criminoso, retirando alento a uma reclamação contra a evidência de um rei instalado.

A sua mãe, Margarida Beaufort, era neta de João Beaufort, filho bastardo - ainda que reconhecido por Acto Parlamentar - de um filho de Eduardo III, João de Gaunt. A força necessária para derrubar Ricardo III é a mesma que imporá, de facto, e com tão remota legitimidade, a nova dinastia - a do facto político consumado. Mas sem a consolidação do seu poder de forma sistemática, abrindo um novo capítulo na história da Monarquia inglesa, *Bosworth Field* seria apenas mais uma entre muitas batalhas na acessão ao poder.¹⁸ As preocupações com a legitimidade, o efeito reflexo da usurpação e a possibilidade de confronto com pretendentes foram uma nota constante no seu

¹⁵ Brigden, Susan, *New Worlds, Lost Worlds: the Rule of the Tudors, 1485-1603*, Viking Penguin, Nova Iorque, 2001, 1ªed., p.7.

¹⁶ K. Morgan, *op. cit.*, p. 230.

¹⁷ J.A., Williamson, *op.cit.*, p.14 e seguintes.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p.18.

reinado e marcarão o estilo – e a essência – da sua governação: determinado, desconfiado, pragmático, calculista. E com uma nova filosofia de governo nova, personalista; o primeiro Monarca da era Tudor só convocou um Parlamento durante o seu reinado¹⁹, numa aproximação ao modelo dos príncipes do Renascimento.

O casamento de Henrique VII com Isabel de York legitimou não só as defecções do campo da Rosa Branca, como lhe permitiu aparecer como pacificador e autor de uma *Union of the two Noble and Illustrious Families of Lancaster and York*²⁰ ao fundir as duas linhas sucessórias.²¹ Ansiava-se por estabilidade e por uma governação efectiva,²² num país acostumado a uma Monarquia incapaz de criar as condições de desenvolvimento económico e social, por excessivamente manipulável por indivíduos ou facções.²³ O desfecho de *Bosworth* foi recebido com um espírito novo, de expectativa: Henrique VII foi recebido em Worcester, no ano de 1486, com as seguinte declamação:

“Oh! Henrique! Bem deves cuidar tu de nós
Que a ti proclamámos com a nossa eleição.”²⁴

A actuação política estava fortemente influenciada pelos quadros teóricos herdados da Antiguidade²⁵ e pelos materiais literários que dela

¹⁹ J.R.Hale, *op. cit.*, p.65.

²⁰ K. Morgan, *op. cit.*, p.231.

²¹ S.Brigden, *op.cit.*, p.12.

²² K.Morgan, *op.cit.*, p.231.

²³ *Idem, ibidem*, p.232.

²⁴ J.R.Hale, *op.cit.*, p.66.

restavam, ou que lentamente se redescobriam. Mas a aspiração - e a prossecução - de uma governação estável, baseada na consolidação das prerrogativas reais e de uma ideia de Nação, numa dialéctica de interdependência, é teorizada pelo seu ministro Edmundo Dudley na sua *Tree of Commonwealth*²⁶ :

“And god hath ordained theire Prince to protecte them, and they to obey theire Prince.”

Mas a visão do que de um príncipe se podia esperar era, em Inglaterra, exigente para quem exerce o poder. Com efeito, em Inglaterra “a ideia de que o monarca era obrigado à lei e que não só devia governar como proteger o seu povo comprometia a analogia com Roma.”²⁷ A tarefa centralizadora obrigou Henrique VII a um esforço de mudança das mentalidades - sobretudo do que pudesse esperar da própria governação, e do alcance dos seus instrumentos. A ajudar nos seus intentos, poderemos sempre aduzir que o Rei possuía um carácter piedoso, mas frio e decidido;²⁸ e era, de acordo com um testemunho coevo, “mais temido que amado.”²⁹ A profundidade das alterações que introduziu no Reino são o penhor da eficácia desta fórmula.

O seu casamento com Isabel de York foi o segredo para o apaziguamento das consciências dos que, lutando pela Rosa Vermelha, o tinham apoiado no

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 248.

²⁶ Pollard, A.F., *The Reign of Henry VII from Contemporary Sources*, Longmans, Green & Co, London, 1914, vol II, p.3.

²⁷ J.R. Hale., *op. cit.*, p.248.

²⁸ J.A. Williamson, *op.cit.*, p.8.

²⁹ S. Brigden, Susan, *op. cit.*, p.28.

exílio, na invasão e na batalha³⁰, e o primeiro passo na procura da estabilidade. Mas para os Ingleses não bastava uma nova dinastia. Era necessária uma nova Monarquia, capaz de retomar a obra de Eduardo IV que, segundo More, tinha deixado o reino em “paz e prosperidade”. A longa e tortuosa sucessão de traições e retratações de antes, durante e depois da batalha deixara-lhe o campo livre para procurar novas conjugações de interesses e diversificar os apoios entre as diferentes camadas da aristocracia,³¹ obtendo, deste modo, uma vantagem política que resulta na sua independência desta classe. Com efeito, não foi só a Coroa que lhe rolou aos pés; foi também a possibilidade de refazer a Nobreza. Assim, surge toda uma política de patrocínio pessoal e de promoção com base na confiança, visível na sua nomeação de Ministros e Conselheiros e na elevação dos seus – poucos – Pares como forma de controlo político. Com uma preocupação de parcimónia e eficácia na escolha dos eleitos para cargos, pensões, anuidades e títulos, aliava a gestão dos magros proventos da Coroa com a obtenção do maior número possível de fidelidades,³² no que se tornou uma marca organizacional – como hoje se diria – da própria Dinastia.

Se as mentalidades estavam preparadas para a mudança,³³ se a nobreza estava, ele própria, a mudar pelas mãos do Rei, a imagem de Henrique VII, astuto, trabalhador, probo, e senhor de um grande critério nas finanças, complementou a sorte inicial de *Bosworth Field*³⁴ e estatuiu uma imagem de

³⁰ K.Morgan, *op.cit.*, p. 231.

³¹ *Idem, ibidem*, p. 232.

³² K.Morgan, *op.cit.*, p. 232.

³³ J.A. Williamson, *op. cit.*, p.2.

³⁴ K. Morgan, *op.cit.*, p.232.

homem adequado à tarefa, n mentor e detentor da iniciativa que competia a outros – funcionários em primeiro lugar – pôr em prática.³⁵

Logo após a vitória na batalha de *Bosworth*, e num curto espaço de tempo, instituiu um Conselho de fiéis que lhe deram o controlo político do país. De pronto, começou a purga da casa de York, usando o Parlamento como instrumento de reposição do estatuto dos partidários de *Lancaster* perseguidos e alvo de confiscos.³⁶ Mas se recompensou algumas fidelidades, não deixou de criar – muito politicamente - um sentimento de insuficiência das recompensas.³⁷

Henrique VII era então prudente, dedicado, trabalhador, avarento em extremo. Transpondo para a lei o seu *pathos*, Rei desenha, legislando profusamente, à margem de um Parlamento esquecido, um sistema fiscal baseado na coerção e na eficácia contabilística,³⁸ gerido directamente por si e pelos mais íntimos colaboradores (Empson e Dudley, aliás, haveriam ser sacrificados, por Henrique VIII, no altar da popularidade e da conveniência política do momento). O Rei confirma, pelo seu punho, muitas das entradas contabilísticas, e rubrica cada página dos livros apresentados pelo seu Exchequer³⁹. Mas tudo isto correspondia ao desejo de financiar os custos crescentes de uma burocracia em alargamento e as despesas de representação

³⁵ J.A.Williamson, *op.cit.*, p.37.

³⁶ *Idem, ibidem*, p.19

³⁷ S.Brigden, *op.cit.*, p.25.

³⁸ Carus-Wilson, E.M, Coleman, O., *England's Export Trade*, Clarendon Press, Oxford, 1963, p.31.

³⁹ K.Morgan, *op. cit.*, p. 233.

de uma monarquia que, na guerra como na diplomacia, se começa a reger pelos padrões do seu tempo⁴⁰.

Também a organização militar foi centralizada, o que se compreende num monarca que o é pela espada, e talvez por receio de intervenção punitiva vinda do estrangeiro, como havia acontecido em 1470 e 1471.⁴¹ Aqui vemos o monarca a supervisionar abastecimentos, nomeações e o próprio comando das guarnições.

Outro bom exemplo do processo de afirmação dinástica protagonizado por Henrique VII é a forma como dispôs dos rivais e pretendentes ao trono. Neste movimentado capítulo da história do seu reinado, encontramos impostores como Lambert Simnel, um produto da corte da indefectível Margarida de York, condessa da Borgonha⁴²; ou Perkin Warbeck, que se passara pelas cortes de Maximiliano, Jaime IV, Carlos VIII e da Borgonha⁴³; ou ainda o chefe da casa de *Lancaster*, Edmundo de la Pole. A sorte dos concorrentes foi ditada pela frieza e pela determinação. E as duras soluções para estes desafios concederam-lhe ainda, para além da continuidade da Dinastia, uma aura de eficiência e determinação nos projectos políticos que implementava, e o progressivo silenciamento –pelo respeito ou pelo medo – das vozes dissidentes. Mas, sendo importante, este aspecto é subsidiário. Com efeito, o núcleo da política de Henrique VII foi o reforço do respeito devido à

⁴⁰ Serrão, Joel, *Cronologia Geral da História de Portugal*, Horizonte, Lisboa, 1988 , p. 234.

⁴¹ S. Brigden, *op.cit.*, p.25.

⁴² *Idem, ibidem*, p.26.

⁴³ S. Brigden, *op.cit.* p.29.

Coroa pela aplicação da lei.⁴⁴ O juramento imposto ao Parlamento, na presença do Rei⁴⁵, em prol da honestidade, lealdade e colaboração com a justiça, contando com o impacto que o facto não deixaria de ter pelo País, é um exemplo ilustrativo das intenções, a um tempo estabilizadoras e determinadas, do Monarca.

As medidas de 1495, tomadas em sintonia com o que resta do Parlamento, e das quais se destaca a assistência jurídica gratuita aos pobres, destinam-se a assegurar um predomínio da lei e das suas garantias, bem como a estabilidade política.⁴⁶ Neste contexto, surge ainda um terceiro recurso: a manutenção de fidelidades pela distribuição de benesses, sob a forma de cargos, anuidades, pensões e terras de que nenhum Nobre queria prescindir, gerindo de forma parcimoniosa os esparsos recursos da Coroa.⁴⁷

Os ministros de Henry VII são escolhas pessoais baseadas na lealdade e nas competências requeridas para os cargos, das quais faziam parte a astúcia e a disponibilidade, prática esta que seria constante na Dinastia.⁴⁸ O Rei erguerá um edifício fiscal e administrativo, em grande parte de sua concepção, num espaço de tempo muito curto. Prefere, aliás, tratar de assuntos de Estado, mais adequados a um Monarca, do que lidar com a comezinha repressão de

⁴⁴ K. Morgan, *op.cit.*, p.232.

⁴⁵ J.A.Williamson, *op. cit.*, p.20.

⁴⁶ *Idem, ibidem*, p.48.

⁴⁷ K.Morgan, *op. cit.*, p.233.

⁴⁸ *Idem,ibidem*.

distúrbios feudais,⁴⁹ o que condiz com uma concepção do Reino como uma *Commonwealth* baseada no carácter e na figura do Rei.⁵⁰

O Parlamento – tanto a casa dos Comuns como a dos Lordes – reflecte sobretudo a preponderância política do sudoeste da Inglaterra⁵¹ e perde importância – como já referimos – na construção e manutenção do edifício fiscal e administrativo⁵² em prol da antiga Star Chamber.

Esta construção jurídica é emblemática do reinado de Henrique VII. Parte Tribunal, parte Conselho, foi esta instância erigida em vértice do sistema real de propósitos políticos e de influências pessoais⁵³. Com a definição da sua composição e jurisdição, constituiu-se como uma instância de desembargo, adquirindo uma reputação de imparcialidade e de proximidade ao patrocínio real, sendo de especial alcance nas reformas contra a corrupção e o abuso de autoridades e potentados locais⁵⁴. O modelo da Star Chamber é, aliás, exportado para a resolução dos problemas específicos de Gales e da Irlanda.⁵⁵

A Inglaterra da primeira metade do séc. XVI veio a ser, então, um Estado em fase de centralização e homogeneização⁵⁶, sobretudo graças à acção de Henrique VII. A sua política do Rei centrou-se na recuperação da *estabilidade interna* – e.g., Henrique VII proíbe exércitos particulares – e prudência

⁴⁹ J.A. Williamson, *op. cit.*, p.24.

⁵⁰ S.Brigden, *op. cit.*, p.14.

⁵¹ H. Kearney, *op. cit.*, p.144.

⁵² K. Morgan, *op. cit.*, p.233.

⁵³ *Idem, ibidem*, p.235.

⁵⁴ J.A. Williamson, *op. cit.*, p.28.

⁵⁵ H.Kearney, *op. cit.*, p.142.

⁵⁶ Kennedy, Paul, *Ascensão e Queda das Grandes Potências, Europa-América*, Lisboa, 1990, p. 89.

financeira, fazendo do saneamento das contas e do estímulo comercial factores concorrentes para a criação de uma acalmia sentida como necessária.⁵⁷

A demografia, a agricultura e o comércio conheceram, durante a dinastia dos Tudor, um desenvolvimento interligado:⁵⁸ Tanto a população, que quase duplicou entre 1525 e 1601,⁵⁹ como o aspecto geral do país formam um contraste marcado com aquele reino sub-povoado e subdesenvolvido do século anterior.⁶⁰ Aliás, a questão da população e do seu constante aumento é crucial para compreender a Inglaterra Tudor e a sua maior vitória interna: a de ter conseguido alimentar-se sem que se verificassem as crises demográficas do passado.

O crescimento de Londres absorve muitos destes ganhos populacionais, enfraquecendo até outras cidades.⁶¹ Explica-se pelo aumento do comércio – detém uma ligação privilegiada com o comércio continental, sobretudo

⁵⁷ P. Kennedy, *op.cit.*, p. 88: a síntese deste historiador merece, com a devida vénia, a transcrição: “A chave da recuperação inglesa, depois da Guerra das Rosas, fora a concentração de Henrique VII sobre a estabilidade interna e a prudência financeira, pelo menos depois da paz com a França em 1492. Reduzindo as suas próprias despesas, pagando as suas dívidas e encorajando o comércio da lã, a pesca, e o comércio em geral, o primeiro monarca Tudor proporcionou a um país ferido pela guerra civil e pela agitação uma pausa de acalmia bem necessária; a produtividade natural da agricultura, o florescente comércio têxtil com os Países Baixos, o uso crescente dos ricos bancos de pesca costeiros e a azáfama geral do comércio costeiro fizeram o resto. Na área das finanças nacionais, a recuperação, pelo rei, das terras da coroa e a confiscação das que pertenciam aos rebeldes e a pretendentes ao trono rivais, as receitas aduaneiras do comércio crescente e os lucros da Star Chamber e de outros tribunais combinaram-se todos para produzir uma balança de pagamentos saudável.”

⁵⁸ Morgan, *op. cit.*, p.223.

⁵⁹ *Idem, ibidem*, p.224

⁶⁰ *Idem, ibidem*.

⁶¹ J.A. Williamson, *op. cit.*, p. 1.

flamengo - pela ampliação de uma Corte fixa e pela crescente importância da administração, das comunidades estrangeiras e das profissões jurídicas.⁶² Bristol, a segunda cidade em importância comercial, com as suas ligações comerciais ao Mediterrâneo, a França, a Espanha, às Canárias, a Portugal, aos Açores, à Madeira, à Irlanda e à Islândia, tenta lutar contra esta tendência de crescimento, em importância e dimensão, da cidade do Tamisa. Este facto não é despidendo para o tema que nos interessa: é Bristol quem procurará - e em grande medida encontrará - um novo complexo técnico e comercial na busca a uma alternativa à hegemonia de Londres.

Os grandes problemas económicos deste início de século advêm do aumento da procura, fruto do constante aumento populacional,⁶³ a inflação e a especulação com a posse da terra, a que se juntam os espectros da mendicidade, da pobreza rural e urbana, resultantes de um consistente excesso de mão de obra⁶⁴ mas também de uma evolução nos costumes e nas mentalidades, valorizando a liberdade e a penalização da prevaricação à segurança das condições servis.⁶⁵

Neste âmbito, a atenção prestada por Henry VII ao comércio foi crucial⁶⁶, fazendo-se o rei eco das aspirações das classes prejudicadas por longos períodos de guerra, por desentendimentos, como o protagonizado pelo Rei da Dinamarca e que restringiu o acesso à Islândia, ou de acordos desastrosos,

⁶² *Idem, ibidem*, p.4.

⁶³ S. Brigden, *op. cit.*, p.9.

⁶⁴ K.Morgan, *op. cit.*, p. 226

⁶⁵ J.A.Williamson, *op.cit.*, p.3.

⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 20 e seguintes.

como aquele que regulava as transacções com a Hansa, firmado numa época de debilidade económica e militar pelo Tratado de Utrecht de 1474. O Acto de Navegação de 1486, tornado permanente pelo Parlamento em 1489, ao promover o frete em navios ingleses e promover o crescimento da marinha de comércio, destina-se a enfrentar uma Hansa com tradição de ingerência nos assuntos internos ingleses, como a restauração de York de 1471.⁶⁷ Mas é este instrumento, pouco valorizado pela historiografia em detrimento de outros mais célebres e de teor similar, também a evidência de uma nova forma de enfrentar os problemas económicos com uma abordagem política inovadora, para além de significar uma atenção redobrada às possibilidades do mar, do comércio marítimo e do Atlântico. Assim, vai poder realizar a síntese entre as aspirações políticas que simboliza e a vontade de sucesso comercial dos interesses de classe que saberá instrumentalizar.⁶⁸ A prática de naturalizações e acto de navegação de 1486 recolhem sob a autoridade real uma política de navegações de cariz comercial.⁶⁹

A impressão duradora que os mercadores de Bristol terão deixado no Rei, aquando da sua visita de 1489 – um dos primeiros itinerários – tê-lo-á feito guardar com especial atenção os interesses do comércio marítimo, e o de Bristol em particular, durante todo o seu reinado.⁷⁰ Veremos a importância deste facto:

⁶⁷ *Idem, ibidem*, p.22.

⁶⁸ Kennedy, Paul, *The Rise and Fall of British Naval Mastery*, Penguin, Londres, 2001

⁶⁹ Varela, Consuelo, *Ingleses en España y Portugal – 1480-1515*, Edições Colibri, Lisboa, 1998, p.51.

⁷⁰ J.A.Williamson, *op. cit.*, p.24.

Bristol oferece um mundo fértil em possibilidades de afirmação política a par das certezas técnicas e mercantis que já alardeia.

O rei confirma pessoalmente os *Chamber Books*, erigidos em peça central da administração dos recursos financeiros da Coroa.⁷¹ Mas nem só de gestão corrente se faz o tesouro: a guerra com a França, com o seu corolário no Tratado de Étapes, foi uma forma astuciosa de fazer dinheiro – com os impostos votados no Parlamento e com os pagamentos que Carlos VIII concordou em fazer.⁷² Também a vantajosa guerra económica que, a propósito do pretendente Perkin Warbeck, exilado na Flandres, lançou contra os mercadores e artesãos Flamengos, privando-os da lã e dos panos ingleses em bruto de que careciam (contando com a surpreendente visão dos comerciantes ingleses, que suportaram importantes perdas) constitui um bom exemplo da crescente sintonia de interesses em política económica. Esta questão em particular será resolvida com o Tratado de 1496, conhecido como *Magnus Intercursus*, e que moldará as relações comerciais anglo-holandesas até ao séc. XVII.

A marinha era, à altura da ascensão do primeiro dos Tudor, praticamente inexistente, e o Monarca tomava medidas para suprir o facto, apesar de confiar mais na diplomacia; lança as bases de uma marinha eficaz⁷³ bem como do sistema administrativo e logístico – docas, contabilidade e importação de

⁷¹ K. Morgan, *op. cit.*, p.233.

⁷² J.A. Williamson, *op.cit.*, p.36.

⁷³ *Idem, ibidem*, p.68.

navios, entre os quais uma carraca portuguesa, a primeira aquisição naval do novo Rei.⁷⁴

Na ausência de um grande exército permanente, e pela impossibilidade financeira de o constituir, resta ao primeiro Tudor (se bastas vezes o confronto armado⁷⁵ para o controlo de parcelas do território onde o seu poder não era efectivo pressupunha ser este o principal, se não único instrumento) sobretudo a gestão parcimoniosa das sensibilidades das facções nobiliárquicas, fazendo-as funcionar no sentido pretendido pela Coroa – o do seu fortalecimento.⁷⁶

Apesar de depender, num primeiro momento, de exércitos privados (que em breve proibirá) para o policiamento do reino,⁷⁷ prossegue a sua acção centralizadora. Fá-lo em oposição a uma nobreza enfraquecida⁷⁸ pelo desgaste das lutas do século XV, mas cuja tendência para a revolta se encontrava favorecida pelas dificuldades de comunicação e pelos vácuos políticos.⁷⁹ Aliás, a geografia do reino, apresentando regiões distintas em paisagem e densidade populacional, que as comunicações da época acentuam, convida a uma centralização das valências administrativas como forma de prevenir revoltas.⁸⁰ Mais uma vez, a lei, a sua aplicação intensiva e, frequentemente, abusiva⁸¹ para os direitos dos acusados, torna-se a principal aliada da Coroa na sua construção

⁷⁴ Nelson, A., *The Tudor Navy*, Conway, Londres, 2001, p. 24.

⁷⁵ K. Morgan, *op. cit.*, p.235.

⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 234.

⁷⁷ S. Brigden, *op. cit.*, p.13.

⁷⁸ J.A Williamson, *The Tudor Age*, London, Longmans, 3ª ed., 1964, p.2.

⁷⁹ K.Morgan, *op. cit.*, p.235

⁸⁰ J.A.Williamson, *op. cit.*, p. 11 e seguintes.

⁸¹ K.Morgan, *op. cit.*, p.237.

de um tecido político homogéneo, resultando com frequência na apropriação, pela Fazenda Real (sob a forma de multas ou confisco, para além das penas pessoais que as acusações de traição acarretavam) de vastas quantidades de dinheiro e bens da aristocracia.⁸² Diga-se de passagem que esta praxis encontra uma continuidade, no reinado de Henrique VIII, sobretudo virada contra um Clero em crise de autoridade moral e económica⁸³. Mas, sob o primeiro Tudor, o Clero, apesar de criticado enquanto proprietário material e referência moral,⁸⁴ devido ao comportamento de alguns dos seus titulares e altos dignitários, é ainda um sólido pilar social e cultural, ainda que necessitando de uma reforma. É a própria intervenção correctora de abusos por parte da Coroa que o torna mais evidente; desta maneira indirecta e involuntária contribuem os *oratores* para o fortalecimento do poder real.

Mas a lei – e os tribunais do Rei – tem também na classe dos *yeomen* novos clientes, ansiosos por afirmar os seus direitos de rendeiros ou pequenos proprietários livres. Planeadamente ou não, a política fiscal de Henrique VII concorre com este fim, contribuindo para mudanças na tecedura social: ao chegar, como chegou, no termo do seu reinado, a raiar a “evidente ganância”⁸⁵ (com dois terços da nobreza sob exacção fiscal⁸⁶) tornou-se a acção do Rei numa poderosa fonte de renovação.

⁸² *Idem, ibidem*, p.235.

⁸³ J.A.Williamson, *op. cit.*, p.2.

⁸⁴ *Idem, ibidem*, p.10.

⁸⁵ Vergílio Polidoro citado por K. Morgan, *op. cit.*, p.237.

⁸⁶ S. Brigden, *op. cit.*, p.29.

Vitórias do seu reinado, e da sua competência, são a pacificação interna, a política de alianças, o incremento do património e finanças reais, os casamentos dinásticos, a recuperação da Irlanda⁸⁷; conseguiu o apoio das classes proprietárias rurais - *esquires* - e dos burgueses, pilares do reinado.⁸⁸ Mas, como corolário, esboçou um Estado moderno, de vocação centralizadora, disponível para os empreendimentos que revertam em fortalecimento da sua própria condição. A Coroa de Henrique VII solidificou-se com um projecto interno; faltava-lhe um objectivo externo susceptível de lhe conferir a importância que os arcanos obstáculos da diplomacia continental teimavam em negar-lhe. Um projecto conciliador das aspirações comerciais - protagonizadas pelo dinamismo de Bristol - e da vontade de política de congregar, apanágio de Henrique Tudor.

⁸⁷ *Idem, ibidem* p.35.

⁸⁸ J. A. Williamson, *op. cit.*, p.64.

1.3- Tentativas de afirmação no quadro político europeu

A historiografia inglesa apresenta o rei como um amante da paz, ainda que sob argumentos de pragmatismo.⁸⁹ Mas, apesar da sua predileção pelos assuntos domésticos, a Europa força-o a tomar parte do jogo diplomático.⁹⁰

Henrique VII pretende manter uma posição de equilíbrio entre as posições do Império, de Espanha e da França. Na questão do Condado da Bretanha, que dominou os primeiros tempos do seu reinado, foi delineada uma forma pragmática de actuação; não hostilizar a potência Ibérica, capaz de travar as ambições francesas no continente, tornou-se uma pedra angular da sua política, tanto quanto evitar fornecer-lhe novos motivos de interesse - e envolvimento - na política continental que colidissem com os seus.⁹¹ A trégua prontamente declarada, e ampliada, com a França não desmente este propósito, bem como a aproximação pacífica ao inimigo do norte, a Escócia. Significativas são também as aproximações comerciais com o ducado da Bretanha e diplomáticas ao Império e a Castela, com quem se iniciam conversações para o

⁸⁹ Mackie, J.D., *The Earlier Tudors*, Clarendon Press, Oxford, 1962, p.81.

⁹⁰ Hume, D., *The History of England*, Liberty Fund, Indianapolis, 1983, p.23.

⁹¹ J.D. Mackie, *op. cit.*, p.92-93: "Henry's deference to Spain in the matter of Maximilian is illustrative of his general attitude. He could impose his will upon Brittany, he could deal equally with the King of the Romans, but as regards Spain he was the suitor, and though he bargained resolutely he was content to accept the best terms he could get. Evidently he valued highly the alliance with this rising monarchy whose shipping would be useful to his trade, whose power would limit overmighty France, and whose ambitions would be directed to fields in which England had little concern."

casamento do primogênito Artur com a Princesa Catarina. Os princípios orientadores da sua política, além da paz, resumem-se à promoção das condições internas e externas para a criação de riqueza, entendidas ambas as premissas como coadjuvantes.

Espanha apresenta-se aos olhos ingleses como uma potência em ascensão,⁹² com as suas possessões mediterrânicas a conferir-lhe um peso importante; a França, com a sua importância económica, demográfica e estratégica, assume-se, com Carlos VII e Luís XI, como um poderoso Estado moderno;⁹³ a Borgonha encontra-se espartilhada entre as ambições imperiais e francesas⁹⁴, e o Ducado da Bretanha, a quem Henrique VII estava ligado por laços de gratidão dos tempos de exílio, está sob a mira das ambições dos Valois, contra quem havia, ainda, que defender Calais. Confiante que a sua vontade de defender a Bretanha seria suficientemente dissuasora,⁹⁵ é contudo forçado a uma tentativa de compromisso. Decide-se tudo numa extemporânea invasão particular, protagonizada por Lord Scale, a França, prestando auxílio ao Duque Francisco II; foi um desastre militar, e suscitou uma nova ofensiva diplomática para contrariar as evidentes intenções da França sobre o Ducado⁹⁶, com o qual de assina o tratado de Redon em Fevereiro de 1489.

Mas várias dificuldades se acumulam: manter o Império apaziguado e a Espanha tranquilizada quanto a um excesso de protagonismo inglês, essa

⁹² D. Hume, *op. cit.*, p. 24

⁹³ J.D. Mackie, *op. cit.*, p.84.

⁹⁴ *Idem, ibidem*, p.85.

⁹⁵ D. Hume, *op. cit.*, p.29.

⁹⁶ J.D. Mackie, *op.cit.*, p.88.

Espanha por quem Henrique VII mostra tão grande deferência. As prioridades diplomáticas e estratégicas serão: impedir, pelo arbítrio e a neutralidade,⁹⁷ a anexação do Ducado da Bretanha pela França, apesar da sua francofilia,⁹⁸ o que não consegue, estabelecer uma aliança de longo prazo com a Espanha⁹⁹ e fazer reconhecer a dinastia Tudor entre as famílias reais de respeito na Europa. A aliança que sai do Tratado de Medina del Campo é estruturante na política externa inglesa durante décadas. Mas, assinado como foi três anos antes do feito maior de Colombo, não contempla a protecção de outras possessões espanholas que não as Canárias.¹⁰⁰ As negociações entre a Inglaterra e a Espanha têm, para os espanhóis, o objectivo de instrumentalizar a política externa inglesa, separando-o da aliança com Portugal e envolvendo-o numa guerra com França.¹⁰¹ O tratado final, assinado em 27 de Março de 1489, mantém - pormenor assinalável - a firmeza inglesa em relação à aliança com Portugal, muito embora constitua a entrada da Inglaterra na órbita diplomática espanhola, mercê da introdução de cláusulas leoninas cujo destinatário óbvio era a França. Henrique VII parece ter-se apercebido das desvantagens deste acordo, e nunca o ratificou formalmente,¹⁰² ao mesmo tempo que se entendia com Maximiliano.

⁹⁷ S.Brigden, *op. cit.*, p.30.

⁹⁸ J.A. Williamson, *op. cit.*, p.32.

⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 31.

¹⁰⁰ *Idem, ibidem*.

¹⁰¹ J. D.Mackie, *op. cit.*, p.93: Tratado de Julho de 1488.

¹⁰² *Idem, ibidem*, p.96.

Segue-se a invasão da Bretanha – a sua situação estratégica de porta de entrada continental foi sempre considerada¹⁰³ - em apoio da Duquesa Ana, mas as dissensões internas entre os locais impedem uma acção militar concertada. Salva-se, neste contexto, a intervenção dos ingleses em Dixmude, onde derrotam os rebeldes de Bruges e Ghent, apoiados estes pelos Franceses, em nome do seu temperamental aliado, o Imperador; contudo, esta acção permite-lhes salvar Calais,¹⁰⁴ talvez a principal intenção do pragmático Tudor.

O Tratado de Francoforte restaura a paz entre o Império e a França e coloca a Bretanha na esfera dos interesses gauleses, deixando Henrique com um problema militar e diplomático. Neste contexto, e com apoio parlamentar, perseverou na paz negociada com a França sem descurar, por um lado, a ameaça militar, e por outro, o reatar da ofensiva diplomática. Renovou, assim, os laços com Portugal (Agosto a Dezembro de 1489),¹⁰⁵ com Maximiliano e Ludovico Sforza, este ameaçado pela França. Pelo tratado de 1490 foi restabelecida a paz com a Dinamarca, com consequências para o comércio e a navegação inglesas, resolvendo a questão do acesso aos bancos de pesca da Islândia, à Noruega e ao Báltico, e firmando golpe contra a Hansa.¹⁰⁶ Mas a Espanha, o seu mais forte aliado, abandona a coligação e a Bretanha, razão imediata da intervenção militar, está perdida: o casamento de Carlos VIII e da Duquesa Ana, em 6 de Dezembro de 1491, sela os acontecimentos e o fracasso da intervenção militar inglesa. Com o seu prestígio abalado, interna e

¹⁰³ D. Hume, *op. cit.*, p. 31.

¹⁰⁴ J. D. Mackie, *op. cit.*, p.98 e segs.

¹⁰⁵ *Idem, ibidem*, p.102.

¹⁰⁶ J.A.Williamson, *op. cit.*, p.29.

externamente, Henrique VII convoca um Parlamento de guerra - onde se esgrimiram curiosos argumentos na definição de uma “guerra justa”¹⁰⁷ - e inicia, em 1492, os preparativos militares para a invasão de França. Fáz-lo, e cerca Bolonha, em Outubro desse ano; a França não quer a guerra e o Tratado de Étaples, datado de 3 de Novembro, conclui com lucros a campanha. Sem elegância na acção, tinha conseguido colocar a Inglaterra no meio da alta diplomacia e conseguido, de permeio, importantes vantagens comerciais no Báltico e no Mediterrâneo. Mas se o esforço é estrénuo, os ganhos são relativamente parcos, e o monarca Tudor parece esgotar a sua iniciativa neste domínio.

A derradeira parte do seu reinado é mais defensiva. Sob o pano de fundo do perigo turco e das questões entre França e Espanha a propósito do reino napolitano, o monarca Tudor assiste com afastamento às divergências entre Valois e Habsburgos e recusa envolver-se no Mediterrâneo e na guerra com a França. Em contrapartida, tenta o entendimento com a Escócia, selado com o casamento da princesa Margaret com Jaime IV em 8 de Agosto de 1503. As possíveis consequências dinásticas do casamento levam a um período de tensão apenas desanuviado com um entendimento com a França, tradicional aliada da Escócia.

O sucesso seguinte prende-se com o casamento de Artur e Catarina a 14 de Novembro de 1501, em Londres, a que se seguiu a morte prematura do herdeiro do Trono e a longa saga da infeliz princesa em solo inglês, que incluiu

¹⁰⁷ J.D. Mackie, *op. cit.*, p.107.

um noivado com o seu sogro e o casamento com o seu cunhado. Henrique tem ainda tempo para se aproximar dos Países Baixos e de se encontrar com Filipe em Calais e de completar acordos comerciais com a Borgonha em 1506. A Princesa Maria foi prometida ao Arquiduque Carlos ao mesmo tempo que Henrique VII perseverava na tentativa de desposar Margarida de Sabóia – nenhum dos casamentos se realizaria e, nos derradeiros anos, a diplomacia inglesa foi ultrapassada pelos acontecimentos.

O que colhe dos seus insucessos na planificação de casamentos, em particular, e no desenho das diferentes estruturas diplomáticas (contida entre dois pólos, Império e França, numa conjuntura agravada por um Papado incapaz de manter a coesão na *Respublica Christiana*)¹⁰⁸ será uma Inglaterra carecida de massa crítica para ombrear com as potências continentais,¹⁰⁹ apesar de ter conseguido manter uma posição de equilíbrio em função da coligação que se desenhou para contrariar as pretensões da França de Carlos VIII na Itália.¹¹⁰ Foi Henrique VII bem sucedido num princípio de solidificação da imagem de par da Inglaterra, no uso que faz de uma rede de informações junto das Cortes europeias,¹¹¹ na promoção do comércio e no lançamento das bases da Expansão¹¹², como veremos.

¹⁰⁸ Martinez, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Verbo, Lisboa, 1986, p.104.

¹⁰⁹ J.Hale, *op. cit.*, p. 81.

¹¹⁰ J.A. Williamson, *op. cit.*, p.47.

¹¹¹ *Idem, ibidem.*

¹¹² J.D. Mackie, *op. cit.*, p.188.

O quadro diplomático entre Portugal e a Inglaterra não pode ser dissociado do jogo de pesos e contrapesos que envolve Castela e a França.¹¹³

Em 1177, o casamento da filha do Fundador, a Infanta D. Teresa, ou Matilde, com o Conde da Flandres, mereceu o patrocínio de Henrique II de Inglaterra, no intuito de enfraquecer as pretensões francesas à importantíssima região.¹¹⁴ Nesta senda, o projecto de matrimónio, não concretizado, de João-Sem-Terra com uma das Infantas portuguesas, no reinado de D. Sancho I, foi um dos primeiros exemplos da procura inglesa de equilíbrios político-diplomáticos no contexto da rivalidade anglo-francesa.¹¹⁵ Mas a iniciativa também pertenceu aos interesses portugueses: D. Fernando, na sequência da sua ingerência na sucessão de Pedro I, o Cruel, envia um Almirante em embaixada a Inglaterra. Este facto poderá ser interpretado como uma intenção de cooperação naval, com consequência no tratado de Tagilde de 1372, com o Duque de Lencastre, pretendente da Coroa castelhana, e na intervenção do Conde de Cambridge, em 1381¹¹⁶. O reinado d'o *Formoso*, que “tinha a Cruz de S. Jorge escrita no coração,” amplia os “tratos feitos com os ingleses”. No leito de morte, D. Fernando coloca uma forte carga emocional na Aliança.¹¹⁷ Não esqueçamos que, no Ciclo de José de Arimateia, a Inglaterra é a Terra

¹¹³ Barros, H.G, *História da Administração Pública em Portugal*, Tomo X, Sá da Costa, Lisboa, p.245: “A França inclinava-se para Castela; a Inglaterra, portanto, para Portugal.”

¹¹⁴ P.S. Martinez, *op. cit.*, p.33.

¹¹⁵ *Idem, ibidem*, p.35.

¹¹⁶ *Idem, ibidem*, p.50.

¹¹⁷ P.S.Martinez, *op.cit.*, p.56.

Prometida.¹¹⁸ E a *Matéria da Bretanha* exerceu uma forte influência na formação da mentalidade de cavalaria em Portugal, nos séculos XIV e XV¹¹⁹, com valores messiânicos conformando um sacerdócio laico.¹²⁰

Neste quadro de aproximação entre os dois países, e no contexto do Cisma, a fidelidade a Roma afasta Portugal da órbita francesa e consolida a Aliança Inglesa.¹²¹ A situação interna - que não podia deixar de reflectir o quadro diplomático - motivou, em alguma historiografia, a pretensão da existência de dois partidos, um pró-Castela, e outro pró-Inglaterra, fragmentando o tecido social português no último quartel do séc. XIV.¹²²

A aliança com a Inglaterra não resulta de um fortuito acto diplomático, mas de uma aproximação gradual (a crescente presença de mercadores de um no outro país é disso evidência)¹²³ e da resultante de imperativos estratégicos, entre os quais ressalta a necessidade de compensar a força de Castela com a de uma potência militar em clara ascensão. O afastamento de Castela e da França, enquanto aliada desta, torna natural a aproximação a Inglaterra. E o destino atlântico, por oposição ao jogo continental: F. Mauro atribui à Aliança Inglesa uma parte da responsabilidade pela vocação marítima de Portugal, com o tirocínio, se permeio, dos combates com Castela e França.¹²⁴

Ou, na fórmula de outro historiador:

¹¹⁸ Saraiva, António J., *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Gradiva, Lisboa, 1988 p.62

¹¹⁹ *Idem, ibidem*, p.72.

¹²⁰ *Idem, ibidem*, p.70.

¹²¹ P.S. Martinez, *op.cit.*, p.54

¹²² *Idem, ibidem*, p.57.

¹²³ Marques, A. H. de Oliveira, *Nova História de Portugal*, Presença, Lisboa, 1986, vol IV, p.155.

¹²⁴ Mauro, Frédéric, *A Expansão Europeia*, Editorial Estampa, Lisboa, 1995, 2ªed., p.41.

“(...)fugidos á atracção centrípeta da unificação ibérica, escudavamo-nos na aliança inglesa e fazíamos-nos ao Mar(...)”¹²⁵

O casamento de D. João I é o corolário de uma política matrimonial até aí sem resultados práticos e que será retomada, sem efeito, por D. Manuel, receoso de uma aproximação entre a Inglaterra e Espanha.¹²⁶ Os casamentos das filhas de D. João I, por outro lado, devem ser vistos à luz da Aliança: D. Beatriz com o conde de Arundel e D. Isabel com Filipe da Borgonha, principal aliado dos ingleses na questão francesa.¹²⁷

Mas os destinos de Portugal e Inglaterra entrecruzam-se também no acto fundador da Expansão. Há notícia de navios e lanças inglesas, em 1414 na expedição a Ceuta, e é concedida, a 26 de Janeiro de 1415, isenção de taxas para armamentos saídos de Inglaterra para Portugal. A 12 de Julho de 1417, por graça especial do monarca inglês, é concedido um “salvo conduto” ao cavaleiro Pedro Lobato para transporte de 300 lanças para D. Henrique, livre de direitos.¹²⁸ A Aliança desenhada nascida em Tagilde é também invocada pelos ingleses. Henrique V pede socorro a Portugal no âmbito da Guerra dos Cem Anos¹²⁹, sendo o Infante D. Henrique convidado para comandar os exércitos ingleses deste seu primo.¹³⁰ E há notícias de tropas inglesas na expedição a

¹²⁵ Guedes, M., *A Aliança Inglesa*, Editorial Enciclopédia, Lisboa, 1943, p. 199.

¹²⁶ Santarém, Visconde de, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal(...)*, Aillaud, Paris, 1854, vol.xv, p. xi e xii, xvi e segs.

¹²⁷ M. Guedes, *op. cit.*, p. 100.

¹²⁸ *Idem, ibidem*, p. 98.

¹²⁹ Howarth, David, *British Sea Power*, Constable & Robinson, Londres, 2003, p.69.

¹³⁰ M. Guedes, *op.cit.*, p. 100.

Tânger,¹³¹ bem como da porfia de D. Duarte na busca navios Ingleses para a malograda expedição.¹³² Dá-se também a confirmação da aliança com D. Duarte e com D. Leonor como Regente.¹³³ Compreende-se, no imaginário português da época, a invocação da “fortaleza de Inglaterra” como ideal e termo de comparação entre estatutos políticos e militares, segundo as letras de Zurara na *Crónica dos Feitos da Guiné*.¹³⁴

Tão cedo quanto o terceiro quartel do séc. XIV deu-se então início à aliança militar, com grande cópia de tratados: 1372, 1373, 1380 (confirmação), 1381 (confirmação); 1386; esta última peça jurídica será confirmada em 1403, 1435, 1439, 1440, 1442, 1471 e 1472.¹³⁵ Num século turbulento como foi o de quatrocentos em Inglaterra, esta constância é notável e deixa marcas: a consolidação da aliança transforma o que até aí não passava de uma fixação esporádica na presença permanente de mercadores, merecendo um procurador de colónia em 1440¹³⁶; estas relações escapam à mácula, apesar dos mal-entendidos provocados pelo comércio e pelo corso e que motivam sucessivas demandas, protestos e confirmações de ambas as partes.¹³⁷ Tanto assim será que, mais tarde, nos reinados Tudor, Portugal será uma presença diplomática

¹³¹ Andrade, A.A. Banha de, *Novos Mundos do Mundo, Panorama da Difusão, pela Europa, de Notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1972, p.61.

¹³² M.Guedes, *op. cit.*, p. 105.

¹³³ *Idem, ibidem*, p.104.

¹³⁴ Banha de Andrade, *op. cit.*, p. 55.

¹³⁵ Oliveira Marques, *op.cit.*, p.320.

¹³⁶ *Idem, ibidem*, pp 42 e 43.

¹³⁷ Marques Guedes, *op. cit.*, pp. 106-7.

constante, nos articulados negociados pela diplomacia inglesa, como potência amiga e aliada.

Os contactos entre os dois aliados mantiveram-se ao longo do séc. XV, quer no plano diplomático, quer no plano económico e cultural. João Sem Medo concede, em 1411, privilégios à navegação portuguesa.¹³⁸ Mas merece referência especial a ligação comercial protagonizada pelos mercadores da cidade do Severn: os contactos entre o Algarve, a Madeira, os Açores e Bristol constituem uma linha de força de todo o século de Quatrocentos. Com efeito, a Aliança Portuguesa, e as facilidades prodigalizadas aos Ingleses¹³⁹, até aí concentrados no comércio com a Flandres e o Báltico, trouxeram os mercadores da Albion para o Atlântico Meridional, facilitada que estava a sua navegação com a posse - ainda que a prazo - da Aquitânia.¹⁴⁰ Esta alternativa ao complexo comercial do Báltico e de Itália, de que Londres e Southampton se configuravam como entrepostos prioritários, explicará a ascensão de Bristol ao triplo papel de rival de Londres, de percursora de uma nova esfera de iniciativas¹⁴¹ e de aliada das empresas reais.

A aliança inglesa não conhece, epistolarmente, um período demasiado fecundo no reinado de Henrique VII - sem embargo dos instrumentos produzidos pela chancelaria de D. Manuel. Se as actividades de Penamacor, sob o nome de Pêro Nunes, suscitam alguma actividade diplomática entre Portugal

¹³⁸ Banha de Andrade, *op.cit.*, p. 9.

¹³⁹ Barros, G., *História da Administração Pública em Portugal*, Tomo X, Lisboa, Sá da Costa, p.12.

¹⁴⁰ M.M.du Jourdin, *op.cit.*, p. 81.

¹⁴¹ M.M.du Jourdin, *op. cit.* p.85.

e Inglaterra,¹⁴² os sucessos relativos à passagem do pretendente Perking Warbeck por Portugal, ao serviço de *Pregent Meno, Prynghent* ou *Prijan Menon*, onde chegou com a mulher de Sir Edward Brampton,¹⁴³ (o arrivista Eduardo Brandão, comerciante de especiarias, judeu português naturalizado inglês, com uma carreira entre o misterioso e o meteórico) não são suficientes para derramar tinta sobre as boas relações entre os Reinos. Há, de uma forma geral, um cuidado inglês em não hostilizar Portugal¹⁴⁴ e a Aliança permanece uma referência, uma vez que é prontamente confirmada pelo Tudor: em Agosto de 1489 procede-se à renovação do tratado de 1387, ratificado por D. João II em Dezembro.

Os enredos diplomáticos, já tratados, que resultam das ofensivas de Henrique VII nas questões continentais trazem-lhe dissabores vários, mas também a constância do apoio português; Espanha procura, como já entrevimos, e de um só golpe, isolar a Inglaterra e Portugal a propósito da sempiterna questão do Ducado:

“Evidently Ferdinand had hoped to take complete control of Henry’s dealings with Brittany and with Maximilian, to detach him from Portugal, and to involve him in an open war with France, to be waged without help from Spain”¹⁴⁵

Mas os plenipotenciários ingleses, decerto sob instruções severas, não consideram a possibilidade de esconjurar a “velha” Aliança:

¹⁴² Consuelo Varela, *op. cit.*, p. 48.

¹⁴³ J. D. Mackie, *op. cit.*, p. 119.

¹⁴⁴ Consuelo Varela, *op. cit.*, p. 51.

¹⁴⁵ J. D. Mackie, *op. cit.*, p.93.

*“declined to abandon the old english understanding with Portugal”*¹⁴⁶

As aproximações a Castela são matizadas, assim, por deferências a Portugal, por ocasião da atribuição de um lugar no cadeiral da Ordem da Jarreteira a D.Manuel, em 1501.¹⁴⁷

“Dr Thomas Savage and sir Richard Nanfan were accredited to Ferdinand and Isabella, and also charged to deliver the insignia of the Garter to the King of Portugal.”¹⁴⁸

A importância do aliado luso é constantemente reconhecida pelas potências que tratam com a Inglaterra. Os Reis Católicos apresentavam as suas pretensões diplomáticas solidariamente com as posições do seu vizinho ibérico¹⁴⁹. A necessidade – e a vontade – de não hostilizar os interesses lusos motivam, por exemplo, a ordem de expulsão dos ingleses que tinham vindo a Sevilha para angariar pilotos com vista ao trato da Guiné.¹⁵⁰

Portugal é incluído como aliado e confederado nos Tratados e tréguas de 1497/98 da Inglaterra com a Escócia¹⁵¹ e figura, novamente, entre os aliados ingleses chamados à colação no Tratado de 1502 entre a Inglaterra e a arquival do norte, signatária de uma *Auld Alliance* com França. D. Manuel propôs uma cruzada no pontificado de Alexandre VI, com Inglaterra como parceiro,

¹⁴⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁴⁷ Visconde de Santarém, *op. cit.*, vol.xv, p. x.

¹⁴⁸ J. D. Mackie, *op. cit.*, p. 88.

¹⁴⁹ Consuelo Varela, *op. cit.*, p. 39.

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 51.

¹⁵¹ Visconde de Santarém, *op. cit.*, p. vii.

segundo António Pucci, enviado da Santa sé a Portugal entre 1514 e 1515.¹⁵² Veremos ainda Portugal arrolado como aliado de Inglaterra no Tratado de Paz com a França em 7 de Agosto de 1514.¹⁵³ Mas talvez o melhor exemplo desta consideração chegou-nos de 1502 (voltaremos ao assunto, na conclusão dos nossos trabalhos) com a carta-patente de Henrique VII aos açorianos João Gonçalves e Francisco Fernandes para, em conjunto com Elyot e Ashurste, partirem à descoberta

“(…)com a restrição porém, que não causassem prejuízo algum aos países anteriormente descobertos e reduzidos à obediência d`El Rei de Portugal, ou de outros Principes amigos e aliados de Portugal.”¹⁵⁴

A neutralidade que, quanto aos assuntos de Inglaterra, se desenha de D. João II a D. João III¹⁵⁵ prenuncia, no reinado de D. Manuel, a manifestação da “frialdade” dos ingleses perante os “casamentos de Portugal” e a intensificação do curso à Guiné e Mina.¹⁵⁶ Ainda assim, são, por iniciativa de D. Manuel, elaborados planos para uma reconquista da Terra Santa, envolvendo a Espanha e a Inglaterra.¹⁵⁷ O Venturoso não terá obtido, da pátria de Chaucer, resposta Real ao seu propósito de cruzada à Terra Santa como forma de desafogar as

¹⁵² Banha de Andrade, *op. cit.*, p. 669.

¹⁵³ Visconde de Santarém, *op. cit.*, p. xx.

¹⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. xi.

¹⁵⁵ P. Martinez, *op. cit.*, p.103.

¹⁵⁶ Marques Guedes, *op. cit.*, pp. 146-7.

¹⁵⁷ *Idem, ibidem*, pp.134-5.

possessões no Oriente, empreendimento no qual Espanha fazia depender o seu concurso da anuência de Henrique VII.¹⁵⁸

O século XVI verá, com outras vicissitudes, matizar-se esta aproximação. Com efeito, Portugal é, no decorrer da centúria de Quinhentos, ora um parceiro privilegiado, ora adversário de circunstância; mas também um dos factores de avaliação que da Europa fazem os Ingleses. Francis Bacon pôde escrever,¹⁵⁹ em 1595, a propósito das ambições territoriais de Espanha, que considerava serem um perigo eminente para Inglaterra:

"A França está em completa desordem[...] Portugal usurpado[...] Os Países Baixos são atacados [...] o mesmo se tenta neste momento contra Aragão[...]".

¹⁵⁸ Visconde de Santarém, *op. cit.*, p p. xiii e segs.

¹⁵⁹ Paul Kennedy, *op. cit.*, p. 62.

2.Inglaterra e Portugal: dinâmicas na viragem para o séc. XVI

2.1.-Mercadores e circuitos económicos: permanências e inovações; o caso de Bristol

O Professor Cipolla é taxativo:

“No final do século XV, a Inglaterra era um “país subdesenvolvido”(…) relativamente aos padrões dos países desenvolvidos da época, como a Itália, os Países Baixos, a França e o sul da Alemanha.”¹⁶⁰

Este “país periférico”, segundo Coleman¹⁶¹, era-o sob os pontos de vista geográfico, como cultural e económico, e a sua capital fazia as vezes de uma média cidade europeia.¹⁶² Mas esta análise não deve impedir o reconhecimento de um dinamismo económico próprio.

Foram variadas as respostas à crise europeia do séc. XIV,¹⁶³ como a conversão das plantações de cereais em pastagens de carneiros, explicável também pela necessidade de reduzir os custos da mão-de-obra¹⁶⁴. Assim, o fenómeno de baixa da procura da lã inglesa, verificado na primeira metade do séc. XV, levou à reconversão da economia para o fornecimento de produtos com procura mais elástica que a dos cereais, como a lã, a cevada (ingrediente da

¹⁶⁰ Cipolla, Carlo M., *História Económica da Europa Pré-Industrial*, Edições 70, Lisboa, 1984, 1ª ed., p.307.

¹⁶¹ Coleman, D.C., *The Economy of England 1450-1750*, Oxford University Press, Londres, 1977.

¹⁶² Citado por Carlo M. Cipolla, *op. cit.*, p.307.

¹⁶³ Miskimin, Harry A., *A Economia do Renascimento Europeu*, Editorial Estampa, Lisboa, 1984 -44

¹⁶⁴ *Idem, ibidem*, p.45.

cerveja),¹⁶⁵ com vantagem sobre as produções tradicionais. As alterações económicas abrangeram ainda, no sentido de uma maior flexibilização de processos e de modernização da economia rural, a crescente mercantilização dos campos, sujeitando a propriedade fundiária a tensões económicas crescentes. As flutuações conjunturais - e estruturais - colocaram a pressão sobre a classe proprietária dos activos rurais - a aristocracia e, cada vez mais frequentemente, a *gentry* - enquanto a sorte do camponês melhorou, tal como a situação estratégica do pequeno proprietário. Como corolário do aumento dos rendimentos das classes assalariadas, assiste-se a uma melhoria do regime alimentar.

Como aspectos determinantes e reveladores das modificações económicas em curso, devemos salientar que, se se verifica uma subida generalizada dos preços dos artigos manufacturados, na segunda metade do séc. XIV, dá-se a estabilização, por comparação com os preços agrícolas, na primeira metade do séc. XV. A partir de meados do séc. XIV a Inglaterra passou a ser uma grande exportadora de panos, resultado aliás de uma política de afrontamento diplomático, comercial e bélico com a Flandres protagonizada por Eduardo III, e que resultou no transplante de toda uma indústria.¹⁶⁶

O declínio do comércio de lã é significativo no séc. XIV, mas conhece a estabilização no séc. XV; constata-se uma tendência de subida, ainda que irregular, a partir de 1460. O comércio de panos, ao longo dos séculos XIV e XV, ressentia-se das conjunturas político-militares: fase florescente cerca de 1390,

¹⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 47.

¹⁶⁶ H.A.Miskimin, *op. cit.*, p.99.

grande subida conjuntural em 1420/1440, uma fase recessiva entre 1440 e 1470 (correspondente à guerra civil) e pico maior em 1480¹⁶⁷. Encontramos capas de Inglaterra e Irlanda no comércio com a Guiné¹⁶⁸ e na Mina.¹⁶⁹ No final do reinado de Henrique VII a exportação de panos era já a principal actividade económica inglesa, se desconsiderarmos momentaneamente a agricultura.¹⁷⁰

Temos, assim, que na época que nos interessa em particular, assistia-se à recuperação das exportações inglesas de panos, pilar fundamental da economia inglesa, apoiada por uma indústria artesanal mais mecanizada e menos local¹⁷¹ que a sua congénere continental,¹⁷² ainda que insuficiente para afastar a fama de país subdesenvolvido aos olhos dos restantes europeus.¹⁷³ E se sofre um percalço em meados do século XVI, acaba por recuperar, ainda que parcelarmente, ao contrário das suas congéneres flamengas.¹⁷⁴

Outros produtos exportados incluem artigos em latão e cabedal, que se esforçam por ombrear com importações como azeite, sabão, plantas tintureiras - com destaque para a garança - linho, panos alemães,¹⁷⁵vinhos, a pimenta,

¹⁶⁷ *Idem, ibidem.*, p. 100.

¹⁶⁸ Banha de Andrade, *op. cit.*, p. 44.

¹⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 147.

¹⁷⁰ Ramsey, Peter, *Tudor Economical Problems*, Victor Gollancz LTD, Londres, 1963, p.48.

¹⁷¹ Bolton, J.L., *The Medieval English Economy 1150-1500*, Dent, Rowne & Hill, Ltd, Londres, 1980, p.253: sobre o séc XIV: "There was an active cloth industry in both town and surrounding countryside and new markets were found in the Iberian Peninsula, Toulouse and Iceland"

¹⁷² H.A. Miskimin, *op. cit.*, p.102.

¹⁷³ Cipolla, Carlo M., *Canhões e Velas na Primeira Fase da Expansão Europeia*, Gradiva, Lisboa, 1989, p.35.

¹⁷⁴ Godinho, Vitorino M., *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Ed. Presença, Lisboa, 2ªed., 1991, vol IV, p.220.

¹⁷⁵ P. Ramsey, *op. cit.*, p. 51.

açúcar e gengibre comprados aos feitores portugueses em Antuérpia, vestuário variado (sobretudo chapelaria e marroquinaria), índigo, alúmen, lã, drogas e frutos,¹⁷⁶ tecidos luxuosos de Itália, como veludos e sedas.¹⁷⁷

O padrão do comércio inglês da época compreendia, como é óbvio, uma forte componente marítima, fazendo o máximo uso da localização estratégica de nóculo do comércio europeu, da sua ilha.¹⁷⁸ Produtos do Norte Europeu, volumosos e baratos, são trocados por produtos de luxo, o que, numa época de ostentação, e sendo estes últimos, na sua quase totalidade exclusivos do Mediterrâneo e dos mercadores italianos¹⁷⁹ - com especial relevo para as especiarias - dá origem a constantes desequilíbrios na balança económica. Esta realidade é pontuada por reacções como, por exemplo, a outorga de numerosas leis sumptuárias em Inglaterra, após a peste;¹⁸⁰ ou a apaixonada defesa de um comércio patriótico, inclusa no *Lybelle* de 1436; ou ainda nos *Navigation Acts* do final do século, em 1486 e 1489. O desejo de autarcia levará a conflitos com a *Hansa*, na sequência do tratado de Utrecht de 1474¹⁸¹, com outros mercadores alemães¹⁸² e com Veneza¹⁸³.

Um bom indicador constitui o ritmo de cunhagem de moeda, que em Inglaterra depende da disponibilidade de numerário importado lançado ao

¹⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 52.

¹⁷⁷ J.L. Bolton, *op. cit.*, p. 288.

¹⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 289: "(...)where north met south."

¹⁷⁹ H.A. Miskimin, *op. cit.*, pp.125 e seg.

¹⁸⁰ *Idem, ibidem*, p.136.

¹⁸¹ J.D. Mackie, *op. cit.*, p.220.

¹⁸² *Idem, ibidem*, p.222.

¹⁸³ *Idem, ibidem*, p.223.

cadinho; sofre uma quebra acentuada após 1350 e mantém-se, durante o séc. XV, comparativamente baixo:

“A cunhagem inglesa de prata confirma-nos com segurança(...) que a balança de pagamentos não era favorável à Europa do Noroeste”

o que motiva aliás as queixas dos agentes económicos¹⁸⁴. Na denúncia desta realidade, o *Libelle of Englyshe Polycye*, de 1436, interessantíssimo estudo anónimo versando temas da actualidade económica inglesa, insurge-se contra as frivolidades importadas e com os ganhos dos mercadores italianos através de letras de câmbio, com a correspondente drenagem de capitais.¹⁸⁵ O comércio externo inglês encontrava-se, assim, e no início do séc. XVI, condicionado à troca de têxteis por uma variedade de outros produtos da oferta continental, e demasiado dependente da sua principal exportação, por um lado, e do porto de Londres, por outro,¹⁸⁶o que vai provocar atritos entre as classes mercantis das diferentes cidades portuárias e explica a dinâmica centrífuga de Bristol.¹⁸⁷As tentativas, por parte da Coroa, de interpor restrições ao avolumar dos desequilíbrios financeiros levam às proibições normativas de exportação de

¹⁸⁴ H.A.Miskimin, *op. cit.*, p. 139.

¹⁸⁵ H.A. Miskimin, *op. cit.*, p. 142.

¹⁸⁶ P. Ramsey, *op. cit.*, p.53: “English foreign trade in the early 16th century, therefore, consisted in the exchange of cloth for a variety of foreign wares” (...)“Not only was trade thus narrowly based; it was also heavily concentrated in a single port-London. This was already the case in 1485, and during the first six years of Henry VIII’s reign 70per cent of England’s cloth exports passed through the capital”

¹⁸⁷ *Idem, ibidem*, p.54: “Throughout the Tudor period bitter jealousy existed between London and the provincial ports, jealousy inspired partly by the simple fact of London’s ascendancy, partly by the deliberate exclusive policy that the rich London merchants adopted towards their less fortunate rivals.”

moeda de 1348, 1351, 1364, 1400, 1439 e 1449¹⁸⁸ e que são ainda de uso casuístico nos reinados dos dois primeiros Tudor. Os sentimentos proteccionistas são visíveis até meio do séc. XVI¹⁸⁹

Sob o ponto de vista monetário e cambial, assistimos a uma longa depressão monetária em Inglaterra, abrangendo a melhor parte do séc. XV,¹⁹⁰ a que sucede a estabilização monetária que a introdução do *angel-noble*, substituto do *nobre* em depreciação¹⁹¹.

A Guerra das Rosas devasta a Inglaterra entre 1455 e 1485, mas os ganhos de produtividade em sectores como a mineração e os lanifícios permitem manter as actividades económicas em índices estáveis.¹⁹² Apesar da Guerra civil não há muitas depressões e regista-se até uma fase de prosperidade a partir de 1471.¹⁹³ A evolução da população (sempre um bom índice) das Ilhas Britânicas, e inglesa em particular, conhece, depois das sangrias do século XV, um incremento no decorrer do século XVI. Sobe de 2,2 milhões de habitantes em 1500 para 3,75 milhões em 1600, num contexto de crescimento geral.¹⁹⁴

O relativo subdesenvolvimento da Inglaterra, em meados do séc. XV, não a impede de ser descrita, por um enviado papal, como uma região “muito rica, abundante em ouro e prata e muitas coisas preciosas, cheia de prazeres e

¹⁸⁸ H.A.Miskimin, *op. cit.*, p.149.

¹⁸⁹ P. Ramsey, *op. cit.*, p.52.

¹⁹⁰ Vitorino M. Godinho, *op. cit.*, vol I, p.111.

¹⁹¹ *Idem, ibidem*, p.133.

¹⁹² Carlo M. Cipolla, *História Económica...*, pp. 240, 241.

¹⁹³ J.D. Mackie, *op. cit.*, p. 218.

¹⁹⁴ H.A. Miskimin, *op. cit.*, p.213.

delícias”¹⁹⁵. Contudo, o fracasso das negociações em Arras e as crescentes dificuldades económicas suscitam um escrito inovador, o já mencionado *The Libelle of English Polycye*, datável de 1436 e visto hoje como um retrato, talvez demasiado pessimista, do comércio inglês de então.¹⁹⁶ Destinado, caso tivesse tido verdadeiro impacto, a iniciar novos caminhos nos planos geo-estratégico e comercial, advogava o regresso a uma política forte baseada no poder naval e na promoção do comércio como fundamentos do bem estar doméstico.¹⁹⁷ Recordemos que os ingleses tinham, em Dover e Calais, então as suas derradeiras possessões em território continental; o eixo estratégico¹⁹⁸ proposto no *Libelle*, o do comércio dos *narrow seas*, formando um todo com a Flandres (como ponto nevrálgico), motivou as propostas de restrição de acesso até a mercados amigos, como os Portugueses, no tratado de 18 de Fevereiro de 1436;¹⁹⁹ se não foram conselhos seguidos, revelam contudo a permanência de uma mentalidade continental.

A sua proposta basilar assentava, contudo, não numa vaga posição de força comercial, mas na prescrição do domínio do comércio da Flandres enquanto fulcro económico, enumerando os produtos que aí chegavam de Portugal – copiosamente citado como exemplo - e de outros países. No fundo, tratava-se de prescrever para Inglaterra o papel de árbitro, ou potência

¹⁹⁵ Jacob, E.F., *The Fifteenth Century 1399-1485*, The Clarendon Press, Oxford, 1976, p.346.

¹⁹⁶ J.D. Mackie, *op. cit.*, p. 218: “*Libelle of englyshe polycye* (1436) lurid picture of decay must not be taken too literally.”

¹⁹⁷ E.F. Jacob, *op. cit.*, p.347.

¹⁹⁸ E.F. Jacob, *op. cit.*, p.347.

¹⁹⁹ *Idem, ibidem.*

administrante, de uma plataforma comercial com ligações privilegiadas ao Báltico, a Hansa, a Bretanha, a França e a Itália e ao Atlântico, através de Portugal. Mas assenhorear-se do comércio de toda uma região estava claramente para além das forças – e, por isso, das prioridades – da Inglaterra de então.²⁰⁰

No comércio externo, de destacar ainda as relações antigas com a zona do Báltico, havendo notícia ingleses em Dantzig em 1388²⁰¹. O comércio Inglês com o Mar nórdico era antigo e intenso, evoluindo para uma rivalidade entre os mercadores dos portos da *Hansa* e os seus pares ingleses, visível na luta por privilégios no comércio Flamengo nas disputas alfandegárias. Tem o seu epílogo no bloqueio ao comércio inglês no Tratado de Utrecht de 1474, onde as vantagens concedidas aos hanseáticos em Inglaterra não conhecem reciprocidade.²⁰² Empurrados para sul, os Ingleses reforçam os laços com Antuérpia,²⁰³ e assim as ligações ao comércio no Sul da Europa. Novas realidades comerciais e técnicas estão agora ao seu alcance, embora, no seu conjunto, o comércio inglês de longa distância tenha demorado a adaptar-se.

²⁰⁰ *Idem, ibidem*, p.349.

²⁰¹ H.A. Miskimin, *op. cit.*, p.143.

²⁰² P. Ramsey, *op. cit.*, p.56: “England had always traded substantially with the Baltic.(...)Their victory (da Hansa) had been sealed in 1474 by the treaty of Utrecht, were(...) they obtained extensive privileges in England without offering any comparable ones to their rivals at home.”

²⁰³ *Idem, ibidem*, p. 60: “There was much friction between English and hansards throughout the reigns of Henry VII, and neither king was able to gain material concessions for his subjects. The hansards (...) effectively monopolised the Baltic trade. Wether they willed or not, the English were forced to resort to Antwerp as their one major outlet in northern Europe.” “(...)for a variety of reasons, (...) English trade in the early 16th century had come to be centred mainly on Antwerp.”

Assiste-se a um relativo insucesso inglês no Mediterrâneo tal como no Báltico, apesar dos contactos privilegiados com Portugal, Espanha e Islândia, e a Flandres consolida a sua posição de plataforma de eleição no trato com os Ingleses.²⁰⁴

Ao longo do séc. XV diminui progressivamente a importância das exportações de lã em bruto inglesa, sendo proporcionalmente substituída pela crescente indústria da manufactura - um sinal de desenvolvimento económico.²⁰⁵ As mutações económicas em Inglaterra -crescimento da burguesia mercantil, reconversão dos campos para pastagens, disseminação da indústria têxtil, aumento do nível de vida - na viragem do séc. XVI coincidem com a criação de um eixo económico Londres-Antuérpia.²⁰⁶ Paralelamente, desenha-se um cenário de concorrência interna que tem a cidade de Bristol como desafiadora num contexto de hegemonia comercial como financeira da cidade do Tamisa. Para isto concorre a reestruturação, em bases novas, do comércio inglês.

A indústria de panos, organizada numa base capitalista, presidiu à alteração de modos de produção e ao aparecimento de uma manufactura de estreita coordenação com o comércio externo, embora não corte totalmente com as bases rurais.²⁰⁷ Isto age em paralelo com a depressão rural e as epidemias que despovoam os campos em favor das cidades.

²⁰⁴ J.L. Bolton, *op. cit.*, p. 315: "But the main route of English commerce was across the Channel and the North sea to the low countries."

²⁰⁵ Carlo M. Cipolla, *História Económica...*, pp. 308 e 309.

²⁰⁶ *Idem, ibidem*, p. 311.

²⁰⁷ E.F. Jacob, *op. cit.*, p.366.

A crescente importância do comércio de panos, por oposição à exportação de lã, marca estruturalmente o comércio inglês. Paralelamente, emerge um novo tipo de mercador; não já especializado, mas comerciando em panos, vinhos e mercadorias variadas. Estes *Merchant Adventurers* têm, para além dos estímulos próprios da sua actividade, os decorrentes da crescente rivalidade com a *Hansa* e os outros mercadores baseados em solo inglês, motivo aliás de constantes revoltas e sedições. A crescente diferenciação entre uma versão interna e estes comerciantes exteriores leva ao aparecimento de verdadeiras dinastias de mercadores, passando da mera transacção comercial para a armação.²⁰⁸ A articulação dos *Merchant Adventurers* dá-se, portanto, no séc. XV, ao ponto de exercerem, no final do século, influência política e diplomática e de, pela sua actividade e expectativas, condicionarem as escolhas estratégicas dos Tudor. Se um historiador pôde afirmar:

*“indeed, it is hard to see how the maritime expansion would have continued without the support of those who quickly lost their original scepticism and perceived the economical benefits which would accrue from such developments; already naval power and commercial strength were being closely linked.(...)”*²⁰⁹

resta-nos estabelecer que, por maioria de razão, o mesmo é verdade para o início da Expansão inglesa. Mas também noutro plano, mais comezinho - o dividendo para o erário da coroa - o tráfego comercial inglês começa a afirmar a sua crescente importância. Os portos ingleses são objecto de um escrutínio fiscal

²⁰⁸ *Idem, ibidem*, p.350.

²⁰⁹ Paul Kennedy, *The Rise...*, p15.

bem organizado e no final do séc. XV a actividade comercial tinha-se convertido num instrumento essencial das finanças reais.²¹⁰

São dos séculos XII e XIII as primeiras notícias do trato de Portugueses com Ingleses. Temos, no séc. XII, notícia de Portugueses na Irlanda, Inglaterra, Normandia e Flandres²¹¹. O ano de 1203 marca o início de contactos comerciais e 1207 vê a concessão de privilégios a Portugueses em Inglaterra.²¹² No século XIII verifica-se já uma intensa relação comercial e diplomática, nomeadamente com a acreditação de mercadores, entre Inglaterra e Portugal.²¹³ A Inglaterra figura entre os destinos tributados na no embrião de uma associação mútua comercial em 1293.²¹⁴ Há também pescadores portugueses em águas inglesas em meados do séc. XIV, obtendo de Eduardo III, em 1353, as necessárias autorizações; a Bristol chegam mel e frutos secos e azeite no início deste século.²¹⁵ Este tratado comercial de 1353 prefigura, em certos aspectos, a Aliança de 1373.²¹⁶

A rota portuguesa é já sobejamente demandada no séc. XIV:

“There was an active cloth industry in both town and surrounding countryside and new markets were found in the Iberian Peninsula, Toulouse and Iceland”

²¹⁰ E.F. Jacob, *op. cit.*, p.362.

²¹¹ Cortesão, Armando, *Esparsos*, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, 1975, Vol II, p.48.

²¹² Banha de Andrade, *op. cit.*, p.5.

²¹³ Cortesão, Jaime, *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 4ªed. 1984, p.78.

²¹⁴ *Idem, ibidem*, p.81.

²¹⁵ Vitorino M. Godinho, *op. cit.*, p.122.

²¹⁶ Banha de Andrade, *op. cit.*, p.9.

permitindo falar em

“Traditional lines(...)to Portugal” ²¹⁷

Segundo Virgínia Rau, “mesmo antes do primeiro quartel do séc. XV os principais rumos de comércio português estavam intimamente ligados a Inglaterra e Flandres.”²¹⁸ A posição geográfica de Portugal faz com que as linhas de cabotagem se transformem em contactos regulares na rotas da Terra Santa e na demanda dos portos do Mediterrâneo e do Norte de África, onde traficam muitos Ingleses. Estabelecem-se, muito cedo, comunidades de mercadores Ingleses em Portugal, e a partir do século XIII que beneficiam de cartas de privilégio. A evolução destes contactos está sujeita às vicissitudes da política e do comércio, mas vemos já mercadores ingleses em destaque e gozando de uma imagem comparativamente melhor no séc. XV.²¹⁹ Os principais produtos vendidos aos Ingleses são vinho, sal, couros, frutos secos e mel.

No decorrer do que foi, para os Ingleses, um turbulento século XV – com a perda das possessões francesas e a Guerra Civil, dita das Duas Rosas – este comércio, sem conhecer interrupção, vicejou ainda nas vantagens proporcionadas pela colonização e exploração, pelos portugueses, dos Arquipélagos dos Açores e Madeira.

Os panos ingleses são já muito apreciados no comércio com os negros das vizinhanças do cabo Não, na primeira fase dos Descobrimentos

²¹⁷ J.L. Bolton, *op. cit.*, p. 253.

²¹⁸ Citado em Banha de Andrade, *op. cit.*, p.9.

²¹⁹ H.G. Barros, *op. cit.*, p.280.

Henriquinos.²²⁰ Mas esta colaboração tem duas vias. Se há uma Confraria de mercadores ingleses sedeada na igreja de São Domingos em Lisboa que recebe, na década de 1440, com um procurador designado por D. Pedro,²²¹ o Rei Inglês Henrique V, em 1416-17, tinha chamado, entre outros, carpinteiros e calafates portugueses para a reparação de galeras genovesas capturadas.²²² Portugal - e Castela, por sinal - dependem em muito do comércio com a Inglaterra, com o primeiro em vantagem na manutenção em aberto das rotas, uma vez que se podia valer da Aliança.²²³ A exportação do açúcar da Madeira, iniciada entre 1450 e 1455, encontra-se nos primeiros registos alfandegários ingleses - em Bristol - tão cedo quanto em 1456;²²⁴ a Inglaterra revelar-se-á bom cliente, absorvendo, até ao final da centúria, quantidades equivalentes às de Portugal.²²⁵

Activas parcerias comerciais e marítimas, envolvendo também os Reis de Portugal, estão em actividade na primeira metade do século XV, no abastecimento de trigo a Ceuta ou de fruta a Londres.²²⁶

Demandada a Índia, são de Janeiro de 1504 as notícias da chegada a Londres dos primeiros cinco navios portugueses carregados de "*specie trate de Coloquut*", ainda que o grosso das importações inglesas se venha a fazer, nos decénios seguintes, através da praça comercial de Antuérpia. A Flandres, antigo entreposto do comércio inglês, além de área estratégica dos seus interesses

²²⁰ Pereira, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Sociedade de Geografia, Lisboa, p. 67.

²²¹ Consuelo Varela, *op. cit.*, p. 40.

²²² M.M. du Jourdin, *op. cit.*, p. 110.

²²³ Consuelo Varela, *op. cit.*, p. 13.

²²⁴ Vitorino M. Godinho, *op. cit.*, p. 83.

²²⁵ *Idem, ibidem*, p. 84.

²²⁶ *Idem, ibidem*, vol III, p. 193.

territoriais no continente, vê a sua posição reforçada com a abertura da feitoria portuguesa em Antuérpia, fornecedora dos produtos de maior procura e elevado valor intrínseco. Aliás, os mercadores portugueses e ingleses, são, em Antuérpia, um exemplo de cooperação e organização.²²⁷

Com a abertura da rota do Cabo, são navios portugueses que descarregam as especiarias na Flandres e em Inglaterra, uma nova realidade comercial e marítima²²⁸ que Veneza se esforça por mitigar; o sucesso do comércio português com a Inglaterra é, inclusivamente, usado como argumento junto do mercado sírio-egípcio para uma revisão de condições.²²⁹ Também no plano diplomático se verificam mudanças, com Londres como teatro das questões diplomáticas e comerciais entre Portugal e Veneza ou da solicitação, também em 1517, por parte do Embaixador luso, da participação inglesa numa cruzada que visava impedir o que se afigurava como a expansão do Turco - auxiliado como era pelo Veneziano - até à Índia.

O início do séc. XVI assistiu ao reposicionamento das Ilhas Britânicas enquanto espaço político. Em lugar de uma comunidade de povos sem centro político estável e ao sabor das evoluções feudais e dinásticas, assiste-se à confirmação de Londres e do sudeste de Inglaterra - da sua riqueza, população

²²⁷ P. Ramsey, *op. cit.*, p.56: "The English and Portuguese were the best organised and closest-knit."

²²⁸ Vitorino M. Godinho, *op. cit.*, vol III, p.95.

²²⁹ *Idem, ibidem*, p.97.

e recursos²³⁰ - como fulcro de um processo de centralização administrativa, afirmação nacional e revitalização económica.

Paralelamente, e com o complexo tratado comercial conhecido como *Intercursus Malus*, a Flandres permanece como principal alvo comercial inglês²³¹, confirmada como tal em novo tratado no ano seguinte.²³² A manufactura e o comércio têxteis, por um lado, e a emergência de Londres como capital política e económica - com a capacidade de mobilização de capitais e recursos ainda sem concorrência por parte de Bristol ou Norwich, as suas rivais mais directas - deu à Monarquia inglesa o instrumento de afirmação no contexto insular²³³ e, por inerência, internacional. Mas este panorama económico e político sofre de limitações: as dificuldades diplomáticas e comerciais sentidas pelos Ingleses nos tratos continentais - o Báltico e a sempre sensível Flandres - por um lado, e o declínio do comércio inglês no Mediterrâneo, na primeira metade do séc. XVI, atribuível ao crescimento da pirataria e ao ascendente turco²³⁴, tornam desejável e viável a diversificação de interesses e o redireccionamento dos esforços políticos. O caso temporão do comerciante Sturmy, com as suas tentativas de transporte marítimo de especiarias do Levante em 1446 e 1457, provocou o azedar das relações anglo-

²³⁰ H. Kearney, *op. cit.*, p.139.

²³¹ A. F. Pollard, *op. cit.*, vol. II, pp. 322 e 323.

²³² *Idem, ibidem*, p. 324.

²³³ H. Kearney, *op. cit.*, p.141.

²³⁴ Woodward, G.W.O., *A Short History of Sixteenth-Century England*, Mentor Books, Nova Iorque, s.d., p.178.

genovesas²³⁵ mas mostrou também as potencialidades de uma nova abordagem comercial.

A feição do comércio inglês começa a modificar-se no final do séc. XV com a crescente abertura aos tratos atlânticos, a que não será estranho, entre outros factores o conjunto de alterações climáticas no Norte da Europa.²³⁶ Sir Eduardo Brampton, que já conhecemos, recebeu um tratamento inovador:

“As early as 1473 he had been especially exempted from import duties foreigners had to pay.”

o que revela interesse no comércio de especiarias, o trato a que se dedicava.²³⁷ O comércio inglês torna-se apreciável com os Açores, a Madeira e as Canárias, com uma pirataria activa.²³⁸ Ficou famoso, ao tempo, um João Bretão, activo na zona de Cascais, em conluio com marinheiros ingleses.²³⁹

A novidade e o proveito aliam-se nesta conjuntura: o comércio entre Inglaterra e Portugal é altamente lucrativo, com margens brutas superiores a 100% em alguns casos.²⁴⁰

O hiato entre este desenho e as suas consequências é preenchido por Bristol, como veremos. Mas com a chegada do primeiro dos Tudor, o panorama

²³⁵ M.M.du Jourdin, *op. cit.*, p.85.

²³⁶ Matos, L.J.S, *O Atlântico Noroeste e a Terra Nova*, in *Oceanos*, nº45, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2001, p. 28.

²³⁷ E.F. Jacob, *op.cit.*, pp. 592-594.

²³⁸ Consuelo Varela, *op. cit.*, p. 41.

²³⁹ *Idem, ibidem*, p. 42.

²⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 14.

comercial e político concorria para a valorização do Atlântico, com a correspondente reapreciação das vantagens dos tratos continentais.

Destarte, com Henrique VII assiste-se, assim, a uma mudança estratégica. Os Ingleses descobrem novos interesses comerciais em Lisboa e Sevilha, para alternar com os do Norte da Europa.²⁴¹ Sem abandonar inteiramente as ligações comerciais com o continente – ou seja, sem desistir de afrontar a Hansa e de aproveitar com a Flandres – preparam-se para variar a sua base de interesse comercial e, com isso, autonomizar a economia do reino.

Henrique VII tem uma frota pequena; aluga ou compra navios no estrangeiro, amplia e reforma como pode a marinha.²⁴² Tem soldados e marinheiros contratados. Mas o Rei interessa-se pelos novos feitos e paga recompensas pessoalmente. Envolve-se num novo projecto. Para tanto, a nova realidade atlântica – da qual Bristol se configura como expoente – revela-se instrumental:

“Not only did he [Henrique VII] promote English trade in the Netherlands, but he challenged the monopolies of the Hansa and of the Venetians, and though his efforts brought no immediate gain, his encouragement of the Bristol merchants in their western ventures set England upon the path of ocean navigation. The rounding of the Cape and the crossing of the Atlantic had changed the geographical importance of England; no longer was she on the outer edge of world commerce. That Henry perceived the full implications of the change is unlikely; but it is significant that with a kind of

²⁴¹ Consuelo Varela, *op. cit.*, p.14.

²⁴² A.Nelson, *op.cit.*, p.

instinctive skill he directed the economic energies of England to meet the new conditions".²⁴³

Assistiremos a um deslocamento do eixo comercial inglês do Mediterrâneo para o Atlântico.²⁴⁴ As razões para isto são múltiplas: climáticas, diplomáticas, económicas, técnicas, culturais e políticas. Os tratos portugueses e as oportunidades que se vislumbram a Ocidente configuram uma nova visão sobre o Oceano.

O caso de Bristol

As ligações da cidade comercial da foz do Avon com Portugal são bem antigas. Logo a partir dos mais antigos registos portuários de Bristol há a menção da importação de figos do Algarve, sobretudo nos meses de Inverno.²⁴⁵ Há registos sistematizados de comércio com Portugal, na parte inglesa, remontando pelo menos a 1303. Em 1380 os mercadores ingleses servem-se de Lisboa como plataforma giratória, no contexto da guerra entre Inglaterra e França, para os contactos entre a Flandres e o Norte de Itália.²⁴⁶ Há razões geoestratégicas para isto: empenhada em contrariar o ascendente da praça londrina – ainda que isso significasse a busca de novos mercados e a iniciativa em novos

²⁴³ J. D. Mackie, *op. cit.*, p.268.

²⁴⁴ L.J.S. Matos, *op. cit.*, p.12.

²⁴⁵ Carus-Wilson, E.M., *The Overseas Trade of Bristol in the Later Middle Ages*, Merlin Press, London, 1967, p.45.

²⁴⁶ *Idem, ibidem*, p.37.

domínios - Bristol apresenta-se, no dizer de um historiador britânico, como o ponto de convergência entre o Norte e o Sul europeus. Na expansão para Oeste e na tentativa de chegada a Cipango

“England had (...) her share with Bristol, which traded with Madeira as well as with Iceland, was the place where sailors from north and south met one another.”²⁴⁷

A partir do final do séc. XIV intensificam-se os contactos comerciais entre Bristol e a Península Ibérica.²⁴⁸ A prosperidade inglesa, baseada no comércio de panos, está escorada no aumento da população - e da procura - à escala europeia.²⁴⁹ E ao longo do séc. XV mantém-se a estreita ligação entre Bristol e Portugal, e não apenas nos domínios já estabelecidos. Data de 1456 o primeiro registo de um carregamento de açúcar madeirense para Bristol.²⁵⁰ No final do século, as exportações de panos ingleses conhecem um recrudescimento; o reinado de Henrique VII assiste a uma recuperação das exportações inglesas, compreensivelmente afectadas, até aí, pela guerra civil que opõe as Rosas.²⁵¹

Torna-se por vezes útil seguir percursos individuais para melhor conhecer todo um conjunto de circunstâncias. E é impressionante a presença dos destinos lusos na rede de contactos dos mercadores de Bristol na segunda metade do séc. XV. Vejamos, em concreto, as carreiras de proeminentes

²⁴⁷ J.D. Mackie, *op. cit.*, p. 224.

²⁴⁸ E.M. Carus-Wilson, *op. cit.*, p. 40 e segs.

²⁴⁹ Holderness, B.A., *Pré-Industrial England- Economy and Society 1500-1750*, J.M.Dent and Sons, Ltd, London, s.d., p. 120.

²⁵⁰ J. Serrão, *op. cit.*, p.78.

²⁵¹ E. M. Carus-Wilson, *op. cit.*, p. 143.

mercadores de Bristol: João Barstaple, ou Berstaple, para começar, permite estabelecer uma ponte comercial entre Portugal, Espanha o Báltico e a Irlanda.²⁵² Este padrão de comércio internacional na Baixa Idade Média abrange, no extremo Sul, o Mediterrâneo, a Península Ibérica e a Gasconha, para se complementar com a Flandres, as regiões do Sena e a Alemanha.²⁵³ Importa lembrar que o comércio com a região flamenga, a todos os títulos crucial para os ingleses – Antuérpia é importante até meados do séc. XVI²⁵⁴ - estava longe de ser uma manifestação de hegemonia por parte dos Anglos; os conflitos com a Hansa têm aqui muita da sua *raison d'être*.

Mas outros exemplos particulares cumpre referir. Guilherme Canynges e João Straunge – este último o maior armador da cidade, com doze navios recenseados²⁵⁵ – têm em comum os contactos comerciais com Portugal e a carreira política: exerceram, tal como o primeiro nomeado, o cargo de Mayor na cidade.²⁵⁶ Havendo reconhecidamente um conjunto de relações de causalidade entre comércio e política,²⁵⁷ será inevitável que a edilidade seja, numa urbe com estas características, ocupada por mercadores; e sê-lo-á, também, ousamos nós, incontornável o facto de terem estes homens transportado, para o desempenho político, as motivações e os interesses da sua actividade profissional, e com eles os conhecimentos de novas técnicas e objectos geográficos que,

²⁵² *Idem, ibidem*, p.44.

²⁵³ B.A. Holderness, *op. cit.*, p.119.

²⁵⁴ *Idem, ibidem*, p.120.

²⁵⁵ E.M. Carus-Wilson, *op. cit.*, p.156.

²⁵⁶ *Idem, ibidem*, p.155.

²⁵⁷ Consuelo Varela, *op. cit.*, p. 12.

necessariamente, terão feito seus. Esta relação terá os seus frutos; Bristol comercia longamente com Portugal e os interesses comuns que Portugueses e Ingleses estabeleceram dão origem a uma base de entendimento numa empresa - o comércio marítimo entre Portugal e a Inglaterra - não isenta de riscos e mal-entendidos (nesta última categoria, a pirataria ²⁵⁸ tem lugar de destaque).

Continuemos a seguir percursos: João Jay sénior, importante pela sua posse do *Trinity* - o navio mais prolixo nos anuários aduaneiros concernentes a Bristol - comercia com Portugal em 1463;²⁵⁹ há registos da sua actividade comercial em Lisboa²⁶⁰ em mais de uma ocasião.²⁶¹ Concede ao seu filho, João Jay também ele, uma sociedade no transporte marítimo, no ano de 1468.²⁶² Como corolário, relata-se no *Itinerarium* de Guilherme de Worcester²⁶³ que

“a 15 de Julho de 1480, um navio pertencente a John Jay júnior, de 80 tonéis de carga, saiu de King`s Road em Bristol, em busca da ilha de Brasil, para lá da parte ocidental da Irlanda [sob o comando de Tomás Lloyd], o mais experiente marinheiro de toda a Inglaterra(...).”²⁶⁴

A este galês são também atribuídas iniciativas autónomas:

“John Lloyd set off to find “Brasil.”²⁶⁵

²⁵⁸ E.M. Carus-Wilson, *op. cit.*, p.74.

²⁵⁹ *Idem, ibidem*, p.130.

²⁶⁰ P. Ramsey, *op. cit.*, p. 263.

²⁶¹ *Idem, ibidem*, p.283.

²⁶² E.M Carus-Wilson, *op. cit.*, p.157.

²⁶³ Morison, S.E., *As Viagens Portuguesas à América*, Teorema, Lisboa, s.d., p.33.

²⁶⁴ J.D. Mackie, *op. cit.*, p. 43.

²⁶⁵ *Idem, ibidem*, p.224.

A viagem de Bristol protagonizada por João Jay filho, com Lloyd, “ad insulam de Brasyllie in occidentali parte Hiberniae” realiza-se em 1480;²⁶⁶ uma outra de efectuará, em 1481, sob o comando de Tomás Croft.²⁶⁷

Caiba a quem couber os louros de uma investida em particular, o cenário está montado para uma actividade contínua de reconhecimento das águas a Ocidente. Isto faz-se concomitantemente com um período de intenso incremento económico, que dura de 1470 a 1550.²⁶⁸ O aumento da população e o encerramento dos bancos pesqueiros da Islândia pelos Dinamarqueses em 1478²⁶⁹ coloca um novo conjunto de problemas. A partir de 1481 diminui drasticamente o número de expedições pesqueiras,²⁷⁰ o que, para além de significativo quanto às prioridades económicas, explica a abundância dos recursos humanos consignados às novas tarefas de descobrimento. Os pescadores de Bristol procuram a lendária *Brazil*, de forma sistemática, a partir de 1480; são efectuadas cinco viagens de exploração, pelo menos, entre 1480 e 1497; os resultados terão sido palpáveis, já que a carta de Day a ao Lord Admiral refere uma “terra firme de que falaram os de Bristol.”²⁷¹

²⁶⁶ P. Ramsey, *op. cit.*, p. 157.

²⁶⁷ *Idem, ibidem*, , pp.161-2.

²⁶⁸ B.A. Holderness, *op. cit.*, p.117.

²⁶⁹ L.J.S. Matos, *op. cit.*, p. 28.

²⁷⁰ J.D. Mackie, *op. cit.*, p. 46.

²⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 58.

Não é despicienda a consideração da actividade piscatória:²⁷² Os bancos pesqueiros da Terra Nova são já conhecidos, e a demanda para Oeste tem relação com este mister, ²⁷³ para além de outras motivações:

“prior to Cabot`s arrival, the sailors of Bristol appear to have thought of their discovery of western lands across the Atlantic exclusively in terms of rich fishing.”²⁷⁴

Seguem-se, na década de 1490 várias expedições anuais ao Oeste atlântico, cada uma com três ou quatro navios,²⁷⁵ que poderão ter tido como resultado a descoberta das *Newfound Landes* em 1494 por Thorne e Elyot.²⁷⁶

Entrementes, e num outro plano, os avisos dos Reis Católicos a Henrique VII para que não prejudique os interesses geo-políticos de Espanha e Portugal, em 1496, são anteriores a uma elucidativa carta do embaixador Ayala, a que voltaremos, e que dá conta de sucessivas expedições de Bristol ao Ocidente. E a carta de Day, datável do final de 1497, reportando ao Lord Admiral uma mal sucedida viagem de Cabot, por falhas da tripulação e do aprovisionamento, poderá ter que ver com a descoberta de bancos de pesca; é numa destas viagens de Bristol à Islândia em que terá participado Colombo. O genovês terá estado

²⁷² B.A. Holderness, *op. cit.*, p.124.

²⁷³ M.M.du Jourdin, *op. cit.*, p. 126.

²⁷⁴ Fritze, Ronald, *New Worlds-The Great Voyages of Discovery 1400-1600*, Sutton Publishing Ltd, Phoenix Mill, 2002, p.123.

²⁷⁵ Mackie, J.D., *The Earlier Tudors*, Clarendon Press, Oxford, 1962, p.224.

²⁷⁶ *Idem, ibidem*, p.225.

em Bristol tão cedo quanto 1477,²⁷⁷ ou seja, quando não teria grande dificuldade em se aperceber da azáfama das expedições desses e dos anos seguintes.

A sucessão de viagens não está em causa. Indica algum sucesso? Os homens de Bristol porfiam, e são mercadores. Se a empresa não fosse estimulante, perseverariam? A companhia de Tomás Thorne, com filial em Lisboa, auxilia João Cabot na sua viagem,²⁷⁸ o que se nos afigura como uma solução de continuidade dos esforços até então realizados. E o início da pirataria inglesa em grande escala não se pode dissociar das perspectivas de lucro que então se abrem.

A conexão Lavrador – Bristol, ilustrada pelas patentes de D.Manuel e de Henrique VII, é o corolário de uma longa comunhão de interesses e permitirá a S.E. Morison – céptico e insuspeito historiador - cunhar o apodo de “sindicato anglo-açoriano.” As expedições de Bristol apresentam-se-nos, assim, como empreendimentos privados que se exercem paralelamente aos sucessos portugueses: na mesma esfera geográfica, de interesses económicos e conhecimentos técnicos, e por um efeito de mimetismo sobre o que a Coroa Portuguesa tinha estado a organizar ou a apadrinhar.

De qualquer modo, e a partir de 1498, “a monarquia inglesa empenhou-se activamente em converter a sua *rota do Bacalhau* numa questão de Estado, ao contribuir [para o] financiamento das expedições de pesca.”²⁷⁹ A este concurso

²⁷⁷ D. Howarth, David, *British Sea Power*, Constable & Robinson, Londres, 2003, p. 70.

²⁷⁸ L.J.S. Matos, *op. cit.*, p. 24.

²⁷⁹ *Idem, ibidem.*

juntar-se-ão outras considerações de ordem política, como procuraremos demonstrar.

3. Os Efeitos da Expansão Portuguesa

3.1. O tardio Renascimento Inglês

A guerra das Rosas, a perda das possessões continentais, a insularidade, a tardia penetração da imprensa e o espírito inglês - desconfiado perante o estrangeiro, pragmático e culturalmente pouco dado a especulações - são alguns dos factores explicativos do relativo atraso cultural da Inglaterra - no tempo e no modo - no Renascimento. Parecia haver, entre a Nobreza inglesa, uma especial aversão às letras.²⁸⁰

O caso inglês tem também, entre as suas causas - e entre as razões do seu relativo atraso temporal - o fortalecimento do poder central e da consciência nacional.²⁸¹

No caso específico da literatura, as letras inglesas da viragem do século são limitadas pela escassa implantação da imprensa (haverá poucas impressoras em Inglaterra²⁸²), por um espírito prático que se reflecte no carácter educativo da maioria das obras,²⁸³ e no carácter prático do humanismo inglês²⁸⁴ em geral. Com poucos patronos, Arte Renascentista conhece uma penetração

²⁸⁰ J. Hale, *op. cit.*, p.175.

²⁸¹ Burns, Edward McNall, *História da Civilização Ocidental*, , Círculo de Leitores, Lisboa, 1981, Vol.II, p.137.

²⁸² J. Hale, *op. cit.*, p. 228.

²⁸³ G. Woodward, *op.cit.*, p.184.

²⁸⁴E. Burns, *op. cit.*, p.137.

lenta.²⁸⁵ No caso concreto das relações culturais com Portugal, manifesta-se um interesse tardio dos Ingleses pela cultura Lusa, apesar de inúmeros contactos económicos, militares, políticos e diplomáticos.²⁸⁶ Damião de Góis é o primeiro autor a merecer tradução;²⁸⁷ muitas obras não alcançam senão uma difusão indirecta, pelas línguas espanhola e italiana. Esperaremos pela União Ibérica para ter o primeiro relato completo, dada a importância política do assunto. Os canais de recepção formal da cultura estavam ainda mal definidos:

*“O alcance das formas culturais para definir os povos, entre si, encontrava-se mal expresso, e menos ainda sistematizado. Assim, eram os modos úteis, correntes, ou curiosos da vida portuguesa que interessavam aos ingleses.”*²⁸⁸

O calendário do Pastor, de Spenser, marca, em 1579, a entrada tardia do renascimento literário em Inglaterra²⁸⁹, até aí condicionado pela dependência do latim e pelos condicionalismos da Reforma; enquanto corrente artística, só atingirá uma expressão verdadeiramente genuína na “*Elisabethan Age*”.²⁹⁰ Ainda assim, permanecerá, na sua base, e até bastante tarde, um fenómeno dependente das universidades.

A acrescer às idiosincrasias do Renascimento Inglês temos a lentidão dos processos de capilaridade pelo qual os novos informes fazem o seu

²⁸⁵ Corvisier, André, *O Mundo Moderno*, Ática, Lisboa, 1976, p.63.

²⁸⁶ Macedo, J.B., *A Historiografia Britânica sobre Portugal*, Lisboa, 1973, Palestra nº42 (separata), p.7.

²⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 9.

²⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 10.

²⁸⁹ Iánez, E, *História da Literatura- O Renascimento Literário Europeu*, , Planeta Editora, Lisboa, 1993, Vol.III p.181.

²⁹⁰ *Idem, ibidem*, p.182.

percurso. A percepção da descoberta de Colombo, por exemplo, como a de uma realidade física e cultural autónoma da Ásia, é um processo lento, de progressiva acomodação pelos geógrafos e demais agentes culturais e políticos, e cujo corolário se pode situar na viagem de Magalhães/Elcano, de 1521-22.²⁹¹ O Novo Mundo foi objecto uma reacção de incorporação por parte dos Europeus no séc. XVI.²⁹² Nalguns aspectos, poderemos falar de relutância, de uma cortina mental, fruto de obstáculos culturais e psicológicos que se opõem à acomodação de tanta informação nova, ou de uma desvalorização pela catalogação no exótico²⁹³. O processo de assimilação do Novo Mundo, por parte dos Europeus em geral, prolongou-se pelo séc. XVI e tem um marco fundamental no reconhecimento, na bula de Paulo III *Sublimis Deus*, da condição humana dos Índios²⁹⁴.

Com efeito, as *New Found Landes* de Cabot opõem-se à Ásia de Colombo como o resultado de duas escolas geográficas²⁹⁵ e de dois processos distintos de tratamento da informação disponível: consignação a objectivos grandiosos num caso, pragmáticos no outro. Enquanto cresce, em muitos casos, a importância da

²⁹¹ A. Corvisier, *op. cit.*, p. 25.

²⁹² Elliott, J.H., *The Old World and the New 1492-1650*, Cambridge University Press, London, 1998, p.31.

²⁹³ *Idem, ibidem*, p.32.

²⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 43.

²⁹⁵ R. Fritze, *op. cit.*, p. 126.

geografia ptolemaica em paralelo com os Descobrimentos²⁹⁶, o que é contraditório,²⁹⁷ vemos um Esmeraldo ainda influenciado por Ptolemeu.²⁹⁸

A Inglaterra, em concreto, é um campo cultural suficientemente esparso, isolado e inconsistente para se manter permeável a uma nova abordagem, mais simplista, sobre o desconhecido. O facto de o Renascimento Inglês ter sido tardio pode explicar a facilidade com que os novos empreendimentos marítimos colheram no reinado de Henrique VII – não existiam escolas culturais viradas para o passado e reverentes em relação ao mundo esboçado pelos Antigos ou que dificultassem, através de barreiras mentais, a concepção de um novo espaço.²⁹⁹ E o reinado do primeiro Tudor marca um ponto de viragem:

“The supply of and the demand for humanist talent in fifteen-century England remained small until the period just after 1485, the first years of the reign of Henry VII. Estimates of his capacity for appreciating finer things have varied; in any case, he was the first English king to patronize humanism regularly(...)and his example was of consequence.”³⁰⁰

Outro exemplo desta simplicidade de processos é-nos dado pela permanência das lendas medievais. Como já entrevimos, e exporemos ainda, o

²⁹⁶ J. Hale, *op. cit.*, p. 43.

²⁹⁷ Bethencourt, F., Chaudhuri, K., dir., *História da Expansão Portuguesa*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1998, vol. I, p. 41.

²⁹⁸ Banha de Andrade, *op cit.*, p. 42.

²⁹⁹ J. Hale, *op. cit.*, p. 43.

³⁰⁰ Carlson, David R., *English Humanist Books*, , University of Toronto Press, Toronto, 1993, p.15.

imaginário das navegações e da ilha de S.Brandão exerce forte influência nos navegantes de Bristol, integrando o Atlântico Norte - Madeira, Açores, Mar dos Sargaços - num conjunto de estímulos e possibilidades, e tendo-os talvez distraído de propósitos mais práticos e sistemáticos:

*"Columbus believed in it, and if the Bristol seamen of the 1480`s had not wastes time in searching for it, they might have re-discovered America before him. Expeditions were sill being sent to find it in the eighteenth century."*³⁰¹

A Expansão Portuguesa era em interesse próprio e também em nome da Cristandade: duplo mandato, na fórmula de Lord Lugard.³⁰² As notícias sobre Descobrimentos e navegações eram objecto, nos círculos Humanistas³⁰³, de leitura ávida no séc. XVI, fazendo jus ao sentimento de Vives de que o globo *se tinha aberto à raça humana*³⁰⁴. Mas os canais de difusão destes informes eram relativamente restritos: Diplomatas, Humanistas, Colonos, Comerciantes.³⁰⁵ Deste lote, são os últimos que, entre Inglaterra e Portugal, detêm um papel preponderante, moldando as expectativas de outros pelas suas.

Em Inglaterra o interesse geral pelos tratos de além-mar não despertou senão depois de 1550.³⁰⁶ Mas o interesse específico, prático e utilitário de um Rei - que aprende com a sua segunda cidade - despertaria muito antes disso. Este

³⁰¹ D. Howarth, *op. cit.*, pp. 9-14.

³⁰² P.S. Martinez, *op. cit.*, p. 90.

³⁰³ J. Elliott, *op. cit.*, p.12.

³⁰⁴ Juan Luis Vives, na dedicatória do *De Disciplinis* a D. João III, citado por J Elliott, *op. cit.*, p.9.

³⁰⁵ Banha de Andrade, *op. cit.*, p. 23.

³⁰⁶ J.Elliott, *op. cit.*, p.12.

facto, por si só, tece loas à capacidade de leitura dos tempos demonstrada por Henrique VII.

3.2. Impacto técnico e cultural dos Descobrimentos Portugueses em Inglaterra; Sete Cidades; Antilha

A saga ao estilo homérico de S. Brandão tem importância na construção do imaginário medieval, sobretudo na concepção do oceano como entidade aberta³⁰⁷, susceptível de encerrar segredos e novas realidades. A *Ilha de S. Brandão* e a *Ilha das Sete Cidades* – esta última assumindo a forma *avant la lettre* de uma utopia política, almejada pelos navegadores - chegam a confundir-se numa única tradição.³⁰⁸

Sete Cidades e Antilha

Atendendo a que, como diz Morison,

“a procura de novas ilhas atlânticas pelos Portugueses foi persistente e quase contínua durante os últimos quarenta anos do século XV”³⁰⁹

este esforço sistemático dificilmente terá escapado, no seu alcance técnico/científico e económico, aos homens de Bristol, tanto mais que a colonização e exploração da Madeira e Açores poderiam ser já aduzidas como exemplo concreto da viabilidade destas empresas. Neste contexto, terão as Descobertas dos Portugueses sido talvez decisivas para o salto qualitativo que

³⁰⁷ Nascimento, A.A. coord., *Navegação de S. Brandão nas Fontes Portuguesas Medievais*, Ed. Colibri, Lisboa, 1ªed(reimpressão); 2002, p.53.

³⁰⁸ *Idem, ibidem*, p.58.

³⁰⁹ S. E. Morison, *op. cit.*, p.22.

terá representado a passagem do “maravilhoso” – e inatingível – para o simplesmente “estranho”³¹⁰ e passível de ser conhecido pelo esforço consciente e pela empresa comercial razoável.

As viagens portuguesas para Ocidente, após 1452, exerceram grande influência nas navegações que têm a descoberta da América como corolário.³¹¹ Martin Behaim faz a síntese entre duas entidades mitológicas: as *Sete Cidades* e a *Ilha de S. Brandão*³¹², as mesmas “Sete Cidades” fazem parte do imaginário religioso, marítimo e cultural português, ³¹³ facto admitido até pelo menos suspeito de lusofilia dos historiadores anglo-saxónicos.³¹⁴

Os contactos culturais formais, sendo talvez escassos, existem: há portugueses a estudar em Oxónia, o Infante D. Pedro causa grande impressão em Inglaterra nos idos de 1425. E em 1483 a *Confessio Amantis*, de John Gower, foi traduzida para português.³¹⁵ Matteo de Pisano tinha vindo de Inglaterra a pedido de D. Afonso V para traduzir crónicas para o latim.³¹⁶

Mas o fulcro da questão é do domínio onírico.

Nos relatos de navegações para Ocidente e para o Noroeste, o mito das *Sete Cidades* e da *Antilia*, ou *Antilha*, são recorrentemente invocados como

³¹⁰ T. Todorov citado por A. Nascimento, *op. cit.*, p. 53.

³¹¹ S.E. Morison, *op. cit.*, p.20.

³¹² A. Nascimento, *op. cit.*, p. 58.

³¹³ S.E. Morison, *op. cit.*, p.14

³¹⁴ Morison, S.E., *The European Discovery of America*, Oxford University Press, New York, 1971. p. 97 e segs.

³¹⁵ Consuelo Varela, *op. cit.*, p. 12.

³¹⁶ Matos, Luís, *L'Expansion Portugaise dans la Litterature Latine de la Renaissance*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 72.

motivação e destino. Colombo, e Toscanelli antes dele, propõem-se utilizar a *Antilha* como base se operações para chegar ao *Cataio*.³¹⁷ Na expedição de 1486, Dulmo procura reencontrar, ou encontrar, as *Sete Cidades*.³¹⁸ Os mitos das *Sete Cidades* e da *Antilha*, de origem portuguesa, influenciam a Europa.³¹⁹

Os pescadores, marinheiros e comerciantes de Bristol – essa cidade que se põe de permeio entre a Islândia e a Península Ibérica³²⁰ - formam um corpo técnico cujos conhecimentos são instrumentais para a empresa a que se propõe João Cabot, que, também ele, terá passado por Lisboa.³²¹ Neste particular, o domínio técnico e a vontade prática, se concorrem entre si, não deixam de ceder espaço à lenda, ao mistério, ao folclore. A busca das lendárias *Ilhas de Brasil* e das *Sete Cidades* desempenharam o seu papel nas motivações dos mareantes de Bristol, ³²²dignos sucessores desses aventureiros ingleses presentes na tomada de Ceuta.³²³

O impacto das navegações e Descobrimientos dos Portugueses é insofismável na criação de uma nova dimensão geográfica e temática, com reflexos no imaginário cultural, económico e político. Em 1471, um nobre inglês, *Earl Rivers*, impressionado com os feitos de que tinha notícia,

³¹⁷ R. Fritze, *op. cit.*, p. 22.

³¹⁸ Costa, M.F., *As Navegações Atlânticas no séc. XV*, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1979, p. 90.

³¹⁹ R. Fritze, *op. cit.*, p. 22.

³²⁰ Morison, S.E., *The European...*, p. 162.

³²¹ *Idem, ibidem*, p. 159.

³²² L.J.S. Matos, *op. cit.*, p. 33: “atraídos pelas lendárias ilhas do Brasil e das Sete Cidades, os mercadores de Bristol apoiaram Giovanni Cabotto.”

³²³ Banhade Andrade, *op. cit.*, p. 6.

*“in fact, was at this time meditating a voyage to Portugal, where he meant to go in a expedition agains the Saracens, and he actually embarked on Christmas Eve following.”*³²⁴

Trata-se de um guerreiro. Mas um poeta, Sebastião Brant, célebre em Inglaterra no final do século, canta no seu amplamente divulgado e influente *Ship of Fools*, de 1494:³²⁵

“They`ve found in Portugal since then (the time of Pliny and Strabo)

And in Hispania naked men

And sparkling gold and islands too

Whereof no mortal never knew”

Encontramos, neste trecho, todo um programa: o pioneirismo Português - seguido por Espanha; o contraponto ao saber antigo; o exótico antropológico; a possibilidade económica; a dimensão quase sobre-humana do feito.

Os *Merchant Adventurers* fazem de Antuérpia a sua base, a partir de 1485.³²⁶ É lá que os Portugueses tem a sua feitoria, o que constitui uma ótima plataforma de troca de informações. As notícias dos sucessos portugueses e espanhóis chegaram - inevitavelmente - a Inglaterra através dos contactos comerciais e marítimos mantidos; um bom exemplo deste facto será a relação da segunda viagem Vasco Gama, editada por João de Doestberg, em Antuérpia, possivelmente em 1504, e que é tesouro do Museu Britânico (foi reimpressa em

³²⁴ Gairdner, J., ed., *Paston Letters*, Chatto&Windus, Londres, 1904, vol. I, p. 263

³²⁵ R. Fritze, *op. cit.*, prefácio.

³²⁶ J.A. Williamson, *op. cit.*, p. 6.

1874³²⁷). A rápida circulação dos informes prova-se, ademais pelo quase imediato aproveitamento comercial feito pelos Ingleses dos Descobrimentos Portugueses.

O choque cultural e o potencial de comparação entre a Natureza e a Humanidade idílicas, sugerida pelos relatos de viagens e navegações, são usadas, como o fez More, para a crítica social e de valores³²⁸.

A tradução de 1511 para o inglês das *Quatuor Americi Vesputii Navigationes* é conhecida de Tomás More.³²⁹ Mas neste autor o que transparece é a admiração pelos feitos dos Portugueses – de onde retira a personagem arquetípica do navegador-descobridor-narrador *Rafael Hitlodeu* – e “depreende-se Duarte Barbosa como o navegador informador de T. More; a Índia como *locus*, a acção de Afonso De Albuquerque como paradigma; uma cousa porém se torna indubitável: “que o marinheiro português correspondeu à curiosidade de More, traçando-lhe “un tableau des civilizations orientales^{330”}”.

Mas o esboço intelectual de uma teoria imperial – ou pelo menos expansionista – está denunciada no desejo, não isento de uma certo ciúme, de protagonismo inglês na colonização do Novo Mundo:

They that be Englishmen

Might have been the first of all

That there should have taken possession

³²⁷ Banha de Andrade, *op. cit.*, p. 312.

³²⁸ J. Elliott, *op. cit.*, p. 26.

³²⁹ J.D. Mackie, *op. cit.*, p. 228.

³³⁰ Banha de Andrade, *op. cit.*, p. 737.

And made first building and habitation

*A memory perpetual!*³³¹

A admiração de More pelos feitos dos Portugueses é um facto estabelecido, mas não é único. Se há, em 1506, uma colónia fixa de pescadores portugueses na Terra Nova, se a segunda vaga datar de 1534 e a terceira de 1567,³³² teremos noutra conta a tentativa de João Rastell, o cunhado de More, de, em 1517, fundar uma colónia em *New Found Land*. Sabemos que a colonização foi – com o corso e a pirataria – uma das primeiras formas adoptadas pelos Ingleses na aproximação às novas realidades geográficas.

Encontraremos outros ecos ao longo do séc. XVI, alimentados pelas informações de não podem ter deixado de circular e que não coligimos senão elementos esparsos.

Assim, em 14 de Setembro de 1516 pôde Henrique VIII escrever ao monarca português a carta de recomendação de João Wallop nos seguintes termos:

“(...)recomendável por sua nobreza e virtudes, que tinha feito grandes serviços à Inglaterra tanto por mar como por terra (...) o qual tendo-lhe constado das grandes victorias que os portugueses tinham alcançado por sua coragem, e de ter a nação portuguesa descoberto um mundo inteiramente desconhecido, e levado os estandartes de Cristo vencedores às praias do Oceano, submetendo os povos até ao Mar Roxo, (...) experimentara um tal entusiasmo de o servir a ele Rei D. Manuel(...)”

³³¹ Rowse, A.L., *The Elizabethans and America*, MacMillan&Co, Londres, 1959, p.3.

³³² L.J.S. Matos, *op. cit.*, p.p. 28 e 29.

que se impunha a intercessão abonatória do Tudor³³³.

Temos cartas de D João II sobre a pirataria inglesa ³³⁴ e de D. Manuel aos soberanos ingleses,³³⁵ em especial, uma proposta Manuel I para uma aliança contra o turco, incluindo a Inglaterra³³⁶; o Tudor, aliás, escreve ao papa Júlio II a manifestar interesse no projecto, em 1507,³³⁷ uma carta do Venturoso ao Rei de Inglaterra pela chegada de Mateus, embaixador do prestes João, de 1514.³³⁸ Mas de especial significado temos outras duas: o embaixador inglês na Santa Sé considera as movimentações diplomáticas de D. Manuel I “uma manobra para assegurar o monopólio das especiarias”,³³⁹ e o Papa Júlio II escreve um Breve a Henrique VII onde recorda os sucessos do reinado de D. Manuel.³⁴⁰

“qui vero nomen Christianum navigatione, classibus utque exercitibus propagare coeperunt, prout rex ipse Catholicus et illustris portugalliae rex, , victoriam prosequi commodius et fortius valeant”³⁴¹.

Temos então o fundador Tudor profusamente informado dos acontecimentos que envolvem a Expansão Portuguesa.

Existe também a cópia de uma *litera del Re de Portugallo al Re de Castella*, no Museo Britânico,³⁴² e estoutra, uma cópia de carta de D. Manuel ao Papa

³³³ Visconde de Santarém, *op. cit.*, vol.xv, p. xxiii e xxiv

³³⁴ L. Matos, *op. cit.*, p. 103.

³³⁵ Banha de Andrade, *op.cit.*, p. 268.

³³⁶ L. Matos, *op. cit.*, p. 172.

³³⁷ *Idem, ibidem*, pp. 323 e 324.

³³⁸ *Idem, ibidem*, p. 20.

³³⁹ *Idem, ibidem*, p. 199.

³⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 325.

³⁴¹ Gairdner, James, *Letters and Papers Illustrative of the Reigns*, London, Vol II, p.172.

Júlio II,³⁴³ que não é única naquela instituição.³⁴⁴ Temos notícia de uma *Gesta proxime per portugalenses*, baseada na carta de D. Manuel a D. Jorge, Cardeal Alpedrinha,³⁴⁵ de uma *letera* de Vespúcio, de Lisboa.³⁴⁶ Ainda do espólio do Museu Britânico, um exemplar, datado de Dezembro de 1508 em Augsburg, de *Die Reyse van Lissebone*, de Hans Burgkmair,³⁴⁷ e de uma *Carta das Novas que vieram a el-Rei nosso Senhor do Descobrimento do Preste João*, de Simão Galhardete datada de 1521.³⁴⁸ Em 1520, João de Doesborowe compõe *Of the newe landes and of Ye people found by the messengers of the kynge of portyngale*³⁴⁹ Sabemos ainda que Henrique VII terá recebido cópia da carta ao Papa Júlio II sobre o sucesso de Malaca, protagonizado por Afonso de Albuquerque.³⁵⁰

Os efeitos desta circulação de informação – de que não damos senão incompleta resenha – perduram no tempo. Em meados do século XVI, Sebastião Cabot está em Sevilha com um

“mappe of the world, with certain particular navigations, as well of he Portugals, as of the Spaniards(...)”

³⁴² Banha de Andrade, *op. Cit.*, p. 425.

³⁴³ *Idem, ibidem*, p. 435.

³⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 441.

³⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 434.

³⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 450.

³⁴⁷ Banha de Andrade, *op. Cit.*, p. 480.

³⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 855.

³⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 849.

³⁵⁰ Visconde de Santarém, *op. cit.*, vol.xv, p. xix.

segundoum Legado eclesiástico do Papa em Espanha, Galécio Butrigário.³⁵¹ Extraordinário personagem aquele, que reencontraremos, e que, como seu Pai, interpreta o papel de intermediário de saberes.

O filho de Guilherme Hawkins servir-se-á de intérpretes e guias portugueses, em 1564, numa expedição negreira na Serra Leoa.³⁵² Em 1582 Castanheda é traduzido por Nicolau Lichefield sob o título *The fist book of the historie of the discoverie and conquest of the East-Indies*,³⁵³ obra reputada por João Dee, o célebre matemático isabelino, como importante. Dee possuía, aliás, obras de Barros em tradução espanhola. Segundo E.G.R. Taylor, o mesmo João Dee aplica os conhecimentos do seu amigo Pedro Nunes.³⁵⁴

Em Ricaedo Hakluit encontramos talvez a síntese das influências feitas sentir em Inglaterra, ao longo do séc.XVI, pelos sucessos portugueses. Numa epístola ao secretário Roberto Cecil, datada de 1599, Hakluyt anota e manifesta a sua admiração pelas técnicas *variadas e infalíveis* usadas pelos Portugueses na transposição do Cabo da Boa Esperança.³⁵⁵ Mas é logo no prefácio da edição de 1598-1600 das suas *Principal Navigations...*³⁵⁶ que Ricardo Hakluyt dá o tom, com uma abertura de homenagem a esse português *de renome*, Vasco da Gama, que sofre a comparação com os feitos de Ricardo Chancellor. O autor, antes de concluir serem as navegações inglesas para nordeste *de resultado menos certo com*

³⁵¹ A.F. Pollard, *op. cit.*, vol.II, p. 337.

³⁵² Aughterson, Kate, *The English Renaissance: an anthology of sources and documents*, Routledge, London, 2002, p.494.

³⁵³ Banha de Andrade, *op. cit.*, p. 521.

³⁵⁴ A.Cortesão, *op. cit.*, p. 63.

³⁵⁵ K. Aughterson, *op. cit.*, p.521.

³⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 520.

*pelo menos tantos perigos quanto as protagonizadas pelos Povos Ibéricos, admite não terem aquelas tido o mesmo brilhante sucesso, lucro em colónias e ganho em conquistas.*³⁵⁷

Tardia no séc. XVI, a obra de Hakluyt serve o propósito político de comparar as navegações inglesas com as de Portugal e Espanha, num contexto de afirmação da Inglaterra como potência marítima - o que não retira à política de Isabel I, no que diz respeito às navegações e à Expansão, as características que lhe permitem designá-la por “cautelosa e céptica”³⁵⁸. Uma vez mais, o exemplo ibérico na aquisição de metais preciosos a partir das explorações das suas descobertas está presente no delinear da política económica, a par com a importância da pesca e da procura de especiarias e produtos exóticos.

A caravela, versátil e integrando harmoniosamente um conjunto de inovações até aí dispersas, apresenta a vantagem da relação desempenho/preço, determinante nos empreendimentos apoiados por mercadores e com fins lucrativos a concretizar, se possível, desde o primeiro momento.³⁵⁹ Jourdin envolve-se numa elaborada explicação das origens, etimológica e técnica, da *carvelle*, mas acaba por reconhecer a influência determinante da nova técnica de construção em Inglaterra entre 1480 e 1530, razão que foi para a remodelação de navios já construídos.³⁶⁰ Entre as

³⁵⁷ *Idem, ibidem*, p.520.

³⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 485.

³⁵⁹ Heers, Jacques, *O Mundo Medieval*, Ática, Lisboa, 1976, p.235.

³⁶⁰ M.M.du Jourdin, *op.cit.*, p.110.

importações de Henrique VII consta uma carraca portuguesa.³⁶¹Mais tarde, o padre Fernando Oliveira, autor da *Ars Nautica*, influencia Mateus Baker no seu *Fragments of Ancient English Shipwrigthry*, datado dos anos de 1570.

O espírito sistemático, científico, na recolha e tratamento de dados remonta a 1425, em Portugal e tem a sua expressão prática, entre outros, nos roteiros. Espanha não usa estes métodos, e as suas observações são, a princípio, triviais; a observação sistemática é tardia. A colheita de informações beneficia muito com o sistema e a eficácia.³⁶² O espírito prático dos ingleses cedo beneficia do contacto: é um português, Garcia Ferrande, o autor do mais usado roteiro do final do séc.XV, originalmente escrito em francês e traduzido noutras línguas.³⁶³ Diz Boxer sobre os roteiros portugueses:

“(...)the standard they set was never surpassed...those works on navigation and sailing directions which served as guides and models to the early English and Dutch navigators(...)and were the origin of the magnificent English Pilots series(...)”³⁶⁴

Também os mapas ingleses beneficiam com a influência portuguesa.³⁶⁵ Lisboa foi, no último quartel do séc. XV e em largos trechos do seguinte, o melhor centro cartográfico europeu, com enorme poder de atracção sobre os

³⁶¹ A. Nelson, *op. cit.*, p. 24.

³⁶² Landes, David S., *A Riqueza e a Pobreza das Nações*, Gradiva, Lisboa, 2001, p.101.

³⁶³ M.M.du Jourdin, *op. cit.*, p.114.

³⁶⁴ A. Cortesão, *op. cit.*, p. 57.

³⁶⁵ Banha de Andrade, *op. cit.*, p. 187.

artífices estrangeiros, sedentos dos últimos informes; segundo J. Denucé,³⁶⁶ além dos irmãos Colombo, terão ali trabalhado Canério, Roselli e o autor da cartas que compõem o atlas *Egerton 2803* do Museu Britânico.

Bartolomeu Colombo vai a Inglaterra, resume os seus conhecimentos e, segundo Las Casas, apresenta um mapa-mundi ao recém-coroadado Henrique VII Tudor no ano de 1488.³⁶⁷ Voltaremos ao assunto.

Ainda que avulso, poderemos citar alguns exemplos da disseminação dos conhecimentos cartográficos portugueses. O cartógrafo alemão João Ruych navega em barcos portugueses, ingleses e espanhóis, e coloca ingleses e portugueses em paralelo.³⁶⁸ André Bianco, vindo de Portugal, desenha ou acaba de desenhar, em Londres, o mapa de 1448.³⁶⁹ Já Cristóvão Soligo esboça a carta, guardada no Museu Britânico, com configuração aproximada dos Açores e com a nomenclatura Henriquina, provando influências da casa da Guiné (segundo Teixeira da Mota).³⁷⁰ O mapa de La Cosa, com informes portugueses, mostra as terras descobertas por Cabot para a Inglaterra.³⁷¹

O esquema de Cantino terá vasta e rápida aceitação na Europa.³⁷² Há uma carta de Pedro Reinel, datada de 1518, no Museu Britânico³⁷³ e sabemos

³⁶⁶ Cortesão, Armando, *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos Séculos XV e XVI*, Seara Nova, Lisboa, 1935, vol I, p.139.

³⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 12.

³⁶⁸ Banha de Andrade, *op. cit.*, pp. 499 e 500.

³⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 29.

³⁷⁰ Banha de Andrade, *op. cit.*, pp. 29 e 39.

³⁷¹ L.J.S. Matos, *op.cit.*, pp. 33/34; Banha de Andrade, *op. cit.*, p. 388.

³⁷² Banha de Andrade, *op. cit.*, p. 44

³⁷³ *Idem, ibidem*, p. 879.

que Diogo Homem está em Inglaterra antes de 1547.³⁷⁴ Antão Luís, Gaspar Caldeira e Diogo Homem oferecem os seus préstimos ao estrangeiro, acabando os dois primeiros decepados e enforcados em Lisboa.³⁷⁵

³⁷⁴ Brazão, Eduardo, *A Descoberta da Terra Nova*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1964, p. 319.

³⁷⁵ Banha de Andrade, *op. cit.*, p. 321

4-O Embrião da Expansão Inglesa

4.1. A influência Portuguesa no arranque expansionista inglês: elemento determinante?

Chegados ao ponto nevrálgico da nossa exposição, propomo-nos reunir, numa síntese coerente, os factos relacionados com o complexo da Expansão Quatrocentista Portuguesa com influência directa no dealbar do interesse Inglês por idêntica ventura.

Afirmações, genéricas ou específicas, quanto à influência que o exemplo da Expansão marítima protagonizada pelos Portugueses exerceu sobre a génese do movimento similar ocorrido a partir de Inglaterra são frequentes na historiografia que se debruça sobre a Expansão Britânica. A sequência e a prioridade dos acontecimentos é estabelecida, como em Woodruff, em termos de competição internacional:

“The first European monarch to demonstrate his nation`s might on a world scale was Portugal`s Manoel I[...]. Were Portugal led, Spain followed.[...] The only limits to Iberian expansion were those set by the other European powers – Britain, France and the Netherlands. Of these, Britain became Spain`s nemesis.”³⁷⁶

³⁷⁶ Woodruff, William, *A Concise History of the Modern World*, Abacus, London, 2005, p. 46.

Mas segundo Theo Layng, o feito de Cabot – o momento de arranque da Inglaterra - terá sido exagerado, no seu alcance, em detrimento da contribuição portuguesa:

“For over a century the intriguing web of fact and fancy so diligently spun on behalf of the Cabots has obscured the significance of contemporary Portuguese discoveries in north Atlantic. Surely it was João Fernandes and Pedro de Barcelos of the Azores, and not John Cabot out of Bristol, who were the first to rediscover the North route to America.”³⁷⁷

Contudo, o fulcro do problema – e o alcance da nossa hipótese – não se medirá tanto em aferições de prioridade ou sequência mas de interligação de factores – técnicos, políticos, económicos, culturais – que resultarão num efeito de dependência e coesão. Existirá, perguntamo-nos, e apesar da relativamente fraca actividade diplomática entre Portugal e Inglaterra, na viragem para o séc. XVI,³⁷⁸ uma relação tangível entre os feitos dos Portugueses e a abertura, ao mar e à Expansão, da Inglaterra?

Com efeito, Portugal contemplava como possibilidade – e envidava esforços para encontrar – uma passagem ocidental para a Índia a partir da segunda metade do séc. XV ou, pelo menos, do início do último quartel.³⁷⁹ Temos evidências do interesse que estas tentativas despertam em Inglaterra, e que se traduzem em iniciativas de descobrimento protagonizadas por

³⁷⁷ E. Brazão, *op. cit.*, p.45.

³⁷⁸ Visconde de Santarém, *op. cit.*, p. xxiii.

³⁷⁹ Cortesão, Jaime, *Os Descobrimentos Portugueses*, Arcádia, Lisboa, p. 146,147

portugueses e ingleses. Chegar ao Oriente: “That was the quest. The skill to follow it came mainly from Portugal.”³⁸⁰

Estabelecer-se-á uma dinâmica de parada e resposta, o que não só não parece ter ferido as boas relações entre as Coroas, como se materializou em reconhecimentos de serviços prestados por estrangeiros, ou à recomendação de pelo menos dois ingleses, atraídos, em períodos distintos, pelas façanhas nacionais, ao serviço da Casa Real Portuguesa.³⁸¹ Procuremos então estabelecer o fio condutor que nos permite interligar os esforços que se desenharão, especialmente no último quartel do século XV, na busca de terras a Oeste e no Setentrião.

Para a generalidade da historiografia britânica, as expedições marítimas de Descobrimento sob a égide da Inglaterra começam com João Cabot, este veneziano que bebe em Portugal os ensinamentos necessários à sua empresa, segundo Biggar.³⁸² Esteve de visita Portugal e Espanha - entre 1490 e 1492, João Cabot terá estado em Lisboa com um mapa e um globo, feito por ele, para angariar apoios para uma viagem ao Oeste.³⁸³ E em Lisboa terá conhecido João Fernandes Lavrador. Numa carta aos seus Senhores, os Reis Católicos, o embaixador espanhol Pedro de Ayala³⁸⁴, tido como fonte geralmente bem

³⁸⁰ Howarth, D. *op. cit.*, p. 68.

³⁸¹ Visconde de Santarém, *op. cit.*, p.xiii.

³⁸² E. Brazão, *op. cit.*, p. 55.

³⁸³ Quinn, David.B., *Sebastian Cabot and Bristol Exploration*, 1968, Bristol University, Bristol.

³⁸⁴ J. Cortesão, *Os Descobrimentos...*, p. 158.

informada,³⁸⁵ comunica a estadia em 25 de Julho de 1498.³⁸⁶ O que nos coloca à soleira de uma problemática crucial para a aferição da nossa hipótese: a influência das demandas marítimas Portuguesas, em particular as que para Oeste e Noroeste se dirigem, por Açoreanos ou a partir dos Açores, e dos seus reflexos na questões conexas: a da sedimentação de um imaginário comum a Portugueses e Ingleses (de que já nos ocupámos), da Groenlândia, da aprendizagem de Colombo, de Colombo em Inglaterra, das iniciativas de Bristol e do Rei Henrique VII, que emprega Cabot, e finalmente, do Descobrimento da Terra Nova.

Quanto à Terra Nova, a tradição da viagem patrocinada por Cristiano I a pedido do Rei D. Afonso V de Portugal é trabalhada pelo historiador Sofus Larsen, que coloca a hipótese, cotejando com os informes de Gaspar Frutuoso, da viagem de João Vaz Corte-Real àquelas paragens em 1473.³⁸⁷ Nesta viagem de Descobrimento –que é, aliás, contestada na sua autenticidade³⁸⁸ - teriam participado, segundo revela Francisco Lopez de Gomara na sua *Hispânia Victrix*, marinheiros ingleses e Sebastião Caboto, confundindo o nome do filho com o do progenitor.³⁸⁹ A este propósito, refira-se que, segundo o autor da *História*

³⁸⁵ Consuelo Varela, *op. cit.*, p. 79.

³⁸⁶ E.F. Pollard, *op. cit.*, pp. 344 e 345.

³⁸⁷ J. Cortesão, *Os Descobrimentos...*, pp. 149/150.

³⁸⁸ S.E. Morison, *op. cit.*, p. 43 e segs.

³⁸⁹ Barreto, A. Mascarenhas, *O Português Cristóvão Colombo*, Referendo, Lisboa, 1988, p. 158.

Insulana, o Padre António Cordeiro, e na senda de Frutuoso, João Vaz Corte Real terá chegado à Terra Nova, que baptizou *Terra dos Bacalhaus*, em 1463.³⁹⁰

Outra vertente de abordagem é-nos fornecida pela análise dos factos em redor de Fernão Teles. É comerciante e armador, e provinha de uma família de marítimos. Reflecte, pois, o espírito e a mentalidade da época no cruzamento da iniciativa descobridora e da busca de proventos comerciais que vemos na actividade de Bristol. Parte em busca das “Ilha das Sete Cidades”, de que Diogo de Teive –na viagem de 1452, denunciada pelo seu piloto a Colombo³⁹¹ - tinha já feito *leitmotiv* e de cuja existência terá aquele tido, segundo Colombo, a percepção³⁹². Segundo Cortesão, a data da segunda concessão a Teles, 1475, e o estabelecimento, no ano seguinte, de uma “pensão, muito importante para a época, de trinta mil réis” configuram uma dinâmica de empreendimento, estabelecendo o ilustre historiador um nexos de complementaridade entre a “expedição de Teive, as cartas de doação a Teles e as viagens às terras do Norte”, tomando este o lugar que Frutuoso conferira, anos mais cedo, a Corte-Real.³⁹³ E assim se compreende, ainda segundo Cortesão, a inclusão, num mapa que Roncière atribui a Colombo, uma referência à *Ilha das Sete Cidades* situada a noroeste dos Açores, e, acrescente-se, a convicção de Cabot de que a tinha alcançado³⁹⁴. O historiador Arthur Davies sustenta, por seu turno, o

³⁹⁰ Domingues, Mário, *D. Manuel I e a Epopeia dos Descobrimentos*, Ed. Romano Torres, Lisboa, 1971, 2ª ed, p.190.

³⁹¹ Godinho, V.M., *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, Cosmos, Lisboa, p.342 e segs.

³⁹² J. Cortesão, Jaime, *Os Descobrimentos...*, p. 148.

³⁹³ *Idem, ibidem*, p. 152; V.M. Godinho, *Documentos...* p.332.

³⁹⁴ V.M. Godinho, *Documentos...*, p.333.

Descobrimto da Terra Nova por Ingleses pilotados por um *Fernandes*, que estivera em Inglaterra em busca de financiamento.³⁹⁵

Já na carta do Doutor Monetário a D. João II, datada de 14 de Julho de 1493, a “Grulândia” é referida como tendo sido descoberta “não há muitos anos.”³⁹⁶ Mas importa estabelecer que, se se deve à pertinácia e engenho dos Portugueses boa parte da navegação no Setentrião, começa desde logo a ser estabelecida uma ligação à cidade de Bristol. Interessados simplesmente na pesca³⁹⁷ ou com outros desígnios, os ingleses da cidade do Severn iniciam, como vimos, um conjunto paralelo de viagens exploratórias a Noroeste a partir de 1480³⁹⁸ (onde ressaltam os nomes de Jay, Croft e Lloyd) e, anualmente, com dois a quatro navios de pesca e com sal, entre 1490 e 1497.³⁹⁹ Teriam mesmo descoberto terra firme antes de Cabot, conforme o mercador e navegador João Day assegura a um Almirante em 1497.⁴⁰⁰

Convém, a propósito, destacar que os alguns dos Mercadores-Navegantes (numa tradução algo livre do famoso apodo *Merchant Adventurers*) que obtiveram licenças de descoberta dos Monarcas ingleses são mercadores com contactos em Lisboa e na Baixa Andaluza; a Embaixada Portuguesa a

³⁹⁵ E. Brazão, *op. cit.*, p. 151.

³⁹⁶ J. Cortesão, *Os Descobrimentos...*, p. 151

³⁹⁷ D.B. Quinn, *op. cit.*, p. 15.

³⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 4.

³⁹⁹ *Idem, ibidem*.

⁴⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 3; S.E. Morison, *op.cit.*, p. 208: Day: “It is considered certain that this same point of land at another time was found and discovered by those of Bristol who found *el Brasil* as you are already aware, which is called *Ysla de Brasil*, and is presumed and believed to be the *tierra firma* which those of Bristol discovered.”

Inglaterra de 1481 queixa-se das actividades de uns *João Tristão* e *Guilherme Fabian* que são associados de Roberto Straunge, Tomás Croft, Guilherme Holebrum e Guilherme de la Fount.⁴⁰¹

Ainda quanto à temática da prioridade, possuímos também o informe da legenda do mapa de Diogo Ribeiro, datado de 1529, descrevendo a *Groenlândia*:

“Tiera del Labrador, la qual descubrieron los ingleses, de la villa de Bristol en la qual nõ allaron cosa de nehu provecho.”⁴⁰²

Outra carta de Diogo Ribeiro, datada de 1525, do espólio da *Hersoglishe Bibliothek* de Wolfenbuttel, apresenta em dístico

“Tierra del Labrador, la qual fue descubierta por los Yngleses de la villa de Bristol, e porque el que dio el aviso della era labrador de las islas de los açores le quedó este nombre.”⁴⁰³

reforça a ideia de ter sido esta a designação primeira da Groenlândia.

Em conformidade, no espanhol *Islário General de Todas las islas del Mundo*, de Alonso de Santa Cruz, datável entre 1541 e 1556, refere-se, a propósito da Groenlândia⁴⁰⁴:

“Fue dicha tierra del Labrador porque dio della aviso e indicio um labrador de las islas dos Açores al Rey de Inglaterra quando en la enbio a descubrir por António Caboto, piloto ingles y padre de Sebastián Caboto, piloto mayor que fue de Vuestra Majestad”

⁴⁰¹ Consuelo Varela, *op. cit.*, p.69.

⁴⁰² E. Brazão, *op. cit.*, p. 51.

⁴⁰³ *Idem, ibidem.*

⁴⁰⁴ E. Brazão, *op. cit.*, p. 55.

sendo esta última uma alusão ao cargo ocupado pelo filho do Veneziano em Espanha, a meio da sua aventureira vida. Ainda segundo Biggar, teria sido particularmente fácil a Alonso de Santa Cruz, acompanhante de Sebastião Cabot na expedição de 1526 ao Rio da Prata, confirmar estes factos⁴⁰⁵ a partir das recordações de um navegador que se apropria, com alguma facilidade, das glórias alheias.

A expressão

“e nos praz e lhe prometemos por esta de lhe darmos como de feito daremos a capitania de qualquer Ilha ou Ilhas asy povoadas como despovoadas que ell descobrill (sic) e achar novamente e esto com aquelas remdas homrras proveitos e interesses com que temos dadas as capitancias das nossas Ilhas da Madeira e das outras”

constante na carta patente de D. Manuel I a João Fernandes datada de 28 de Outubro de 1499,⁴⁰⁶ faz luz sobre a possibilidade de um conhecimento prévio a confirmar e estabelecer nas suas potencialidades económicas.⁴⁰⁷ Tanto mais que a expressão descobrir é utilizada ainda em 1520 com o significado de exploração e consolidação de conhecimentos geográficos.

Por fim, concorre a alusão a uma, ou mais, viagens de exploração portuguesas goradas, pela hostilidade dos nativos, nas cercanias do cabo Bretão, inclusa na relação *Les Voyages Aventureux du Capitaine Jean Alfonse*,

⁴⁰⁵ J. Cortesão, *Os Descobrimentos...*, p.158.

⁴⁰⁶ *Idem, ibidem*, p. 57.

⁴⁰⁷J. Cortesão, Jaime, *Os Descobrimentos...*, p.155.

datável de 1527.⁴⁰⁸ Se não se referir, como parece sugerir a proximidade temporal e a análise contextual da expressão *autrefois*, à expedição de João Álvares Fagundes, de 1521, pode ter a sua razão nos sucessos de Lavrador e Barcelos, como aventa Cortesão, ou dos Corte-Real, alvitramos nós.

Pondo de parte as polémicas sobre a naturalidade de Colombo, é consensual entre a historiografia temática a profundíssima influência que o futuro Almirante recebeu na sua estadia em Portugal. Para além das técnicas de marinagem, navegação e cartografia, aprendeu também o Genovês em Portugal⁴⁰⁹ os rumores de uma *Terra dos Bacalhaus*, remontando a 1452 as primeiras evidências da sua existência; Las Casas relata o informe, dado a certamente a um grato Colombo por um marinheiro “estacionado em Santa Maria”, da terra que o dominicano garante ser “a que nós chamamos agora de los Bacallaos”, resultado até aí inconsequente de uma viagem à Irlanda.⁴¹⁰ O que confirma, segundo Charles de la Roncière, na comparação das suas ilhas da colónia portuguesa das *Sete Cidades*, tal como estão inscritas no seu mapa de 1492, com a posição e desenho da Terra Nova no Planisfério dito *de Cantino*, de 1502, a prioridade lusa neste Descobrimento.⁴¹¹

Também o instrumento em que Fernão Dulmo lhe vê conferida, em 3 de Março de 1486, a doação de terras a descobrir, constando no articulado a

⁴⁰⁸ *Idem, ibidem*, p. 162.

⁴⁰⁹ J. Cortesão, *Os Descobrimentos...* p. 154.

⁴¹⁰ Citado por Morison, S.E., *As Viagens...* p.20.

⁴¹¹ J. Cortesão, *Os Descobrimentos...* p.157.

inevitável referência às *Sete Cidades*, é conhecido de Colombo⁴¹², porque do domínio público, e corresponde com a motivação das expedições saídas de Bristol a partir de 1491, se não antes.

As condições admitidas por D. João II na viabilização da empresa de Fernão Dulmo são elucidativas, pela sua proximidade⁴¹³ às do genovês, da razão de Estado por detrás da recusa do apoio a Colombo: é a autoridade real, mais que o patrocínio, que está em jogo, e com isso o fundamento de uma nova noção - conceptual antes de ser territorial - do poder. A proposta de Colombo não terá sido, assim, rejeitada por considerações quanto ao conteúdo, mas possivelmente quanto à forma e consequências. A apresentação do navegador Genovês foi considerada um exercício de vaidade, ele que possuía uma imagem generalizada de imodéstia.⁴¹⁴

Após a rejeição do plano de Cristóvão Colombo por D. João II, e enquanto não recebe o patrocínio dos Reis Católicos, decide to navegador entrar uma terceira via. Significativamente, não a França, mas a Inglaterra, que teria já visitado (a viagem de Colombo a Bristol e à Islândia não é aceite por todos, embora o seja por muitos dos historiadores⁴¹⁵), será a convidada a entrar neste círculo da sabedoria do mar, concedendo-lhe a faculdade de usufruir do complexo de conhecimentos técnicos e científicos que fazia dos Descobrimientos

⁴¹² *Idem, ibidem*, p.157.

⁴¹³ S.E. Morison, *As Viagens...* p.30.

⁴¹⁴ Harisse, Henri, *Christophe Colomb*, Hachette, Paris, 1991, p. 195.

⁴¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 194.

a vanguarda técnico-científica.⁴¹⁶ Envia o seu irmão Bartolomeu Colombo, parceiro em muitas demandas (lembremo-nos que Las Casas os admite, erradamente, na viagem de Bartolomeu Dias que vence o Cabo das Tormentas⁴¹⁷) a Inglaterra, em data anterior a 1488⁴¹⁸, onde chegará em deplorável condição, roubado como foi por piratas franceses. Depois de se recompor, trabalha como cartógrafo em Londres como forma de recuperar algum crédito junto dos Ingleses.⁴¹⁹ Não deixará de ilustrar os mais recentes conhecimentos dos Portugueses – e obtém a desejada entrevista com Henrique VII.

Tomemos a transcrição do décimo terceiro capítulo da História de Fernando Colombo, que tão ligeiro tratamento recebeu de Henri Harisse,⁴²⁰ tal como Pollard a transcreve⁴²¹:

“Bartholomew Columbus was departed for England(...)At length he began to deale with king Henry the seventh the father of Henry the eight, which reigneth at this present: unto whom he presented a mappe of the world, wherein these verses were written, which I found among his papers: and I will here set them downe, rather for their antiquity then for their goodness.”

⁴¹⁶ Barreto, L.F., *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber*, Gradiva, Lisboa, 1987, p.57.

⁴¹⁷ Las Casas, Bartolomé de, *Brevíssima Relação da Destruição de África*, Antígona, Lisboa, 1996, p.346.

⁴¹⁸ Ao contrário do que pretende D. Howarth, *op. cit.*, p. 71.

⁴¹⁹ D. Howarth, *op.cit.*, p.71.

⁴²⁰ Veja-se H. Harisse, *op.cit.*, p.116.

⁴²¹ E.F. Pollard, *op. cit.*, p. 325 e segs

Segue a legenda em verso que, eloquentemente, explicará ao Monarca Inglês a origem e o alcance dos informes contidos no mapa, e assim, a importância do projecto em causa:

“Thou which desirest easily the coasts of lands to know,
This comely mappe right learnedly the same to thee will shew:
Which Strabo, Plinie, Ptolemew and Isodore maintaine.
Yet for all that they do not all in one accord remaine.
Here also is set downe the late discovered burning zone.
By Portingalo, unto the world which whilom was unknown,
Whereof the knowledge now at length thorow all the world is blowen.

And a little under he added:

For the Author or the Drawer.

“He , whose deare native soile hight stately Genua
Even he whose name is Bartholomew Colon de Terra Rubra,
The yeere of Grace a thousand and four hundred and fourscore.
And eight, and on the thirteenth day of February, more
In London published this worke. To Christ all laud therefore.”

“I say, that after he had seene the map, and that which my father Christopher Columbus offered unto him, he accepted the offer with joyful countenance, and sent him to England.”⁴²²

A partir deste importantíssimo testemunho, podemos concluir que:

⁴²² E.F. Pollard, *op. cit.*, p. 325 e segs.

-na escolha da Inglaterra como patrocinador da sua expedição fundem-se duas ordens de razões: o reconhecimento de abertura do Monarca a semelhante empreendimento, e em que condições o faria – veja-se a denúncia contida no primeiro verso, que declara o projecto destinado a quem quer conhecer *facilmente* (i.e. seguramente, e com um mínimo de dispêndio) as costas; e a capacidade do Tudor para interpretar politicamente os novos conhecimentos lançados pelo mundo, tal como se infere da conjugação do primeiro e sétimo versos;

- Bartolomeu Colombo, cartógrafo, que trabalhou nos últimos anos, antes da viagem a Inglaterra, em Portugal, produz e oferece ao monarca inglês um mapa, datado de 1488, e elaborado com a melhor argumentação destinada a convencê-lo no apoio ao plano de seu irmão. Oferta-lho, em conjunto com outro da autoria de Cristóvão Colombo. E que argumentos usa na dedicatória?

Vejamos:

-o mapa representa o estado actualizado dos conhecimentos geográficos, capaz de satisfazer aquele que anseia por esclarecimentos, ou, o que é o caso, que deles precisa para decidir;

- esses conhecimentos baseiam-se nas autoridades clássicas das ciências geográficas, Plínio, Estrabão, Ptolemeu, e Isidoro, cujos informes aliás nem sempre coincidem;

-aos conhecimentos contraditórios dos Clássicos junta-se outro de alcance insuspeito – um mundo até aí desconhecido, um outro mundo, um *Novo Mundo*(verso 6);

-esse Mundo foi descoberto por *Portingallo*, ou seja, Portugal;

-a zona tórrida, de recente descoberta, está aí cartografada, marcando, no fraseado, a diferença entre o antigo e o novo conhecimento.

Resumindo:

-estamos perante a afirmação de que, por Portugal, foram dados a conhecer, ao mundo, os mundos até aí desconhecidos;

-e que foi principalmente este mapa, e secundado pelo de Colombo, que convenceu o Rei Inglês a aderir, dando o seu apoio de forma expressiva e chamando Colombo ao seu reino.

Impressiona a forma como, de uma forma geral, a historiografia de Língua Inglesa omite ou menospreza o significado desta entrevista.⁴²³ Ao contrário do que pretendem alguns historiadores, Bartolomeu Colombo não só convenceu⁴²⁴ o Monarca a patrocinar a viagem do seu irmão Cristóvão, como o deixou entusiasmado com a perspectiva: a expressão de alegria do Rei - *a joyful countenance* - deve ter sido inequívoca num homem geralmente tão sisudo. Chamou imediatamente Colombo ao seu reino - "*sent him to England*", para dar continuidade ao projecto; e fê-lo inspirado numa visão delineada com base em dados científicos colhidos em Portugal e expostos de tal forma que, para adquirirem maior poder argumentativo, fosse inequívoca a ordem do saber a que pertenciam. E - repetimo-lo - Henrique VII mandou chamar Colombo, colocando a Inglaterra na História enquanto potência expansionista moderna -

⁴²³ Entre outros exemplos, S. E. Morison, *The European Discovery...*, p. 159: "Henry VII, in turning down the proposition of the Columbus brothers, had missed his chance to be the "first"".

⁴²⁴ J.D. Mackie, *op. cit.*, p.225.

se não em acto, pelo menos em potência. Não se concretizou ainda o plano porque, entretanto, foi aceite pelos Reis Católicos o projecto do Genovês. Terá sido, para tanto, decisivo um contributo português: Pedro de Velasco, coadjuvante de Diogo de Teive, facilitou a Colombo a tarefa de reunir uma tripulação, com os incentivos e encorajamentos que prodigalizou em Palos.⁴²⁵

Mas Henrique VII não desistiu do projecto, e manteve-se atento às oportunidades que eventualmente surgissem. Procurava uma entrada institucional, oficial, na senda dos Descobrimentos. O caso de Cabot é prova disso. Para Henrique VII, ele é um segundo Colombo. Mas, enquanto este se não oferece, o Rei porfia: são as expedições dos anos de 1490, feitas a partir de Bristol, a que aludirá Ayala. Destes acometimentos dos mercadores de Bristol, potencialmente lucrativos e prestigiantes, o Rei, tão minucioso com as suas alfândegas, não pode deixar de ter tido conhecimento.

Um documento inglês, citado por Francisco Lopez de Gomara no 4º capítulo, segundo volume da sua *História Geral das Índias Ocidentais*⁴²⁶ afirma: “He which brought most certaine newes of the countrey and people of Bacallaos, saith Gomara, was Sebastian Cabote a Venetian, which rigged up two ships at the cost of K. Henry the 7 of England, having great desire to traffique for the spices as the Portingals did.”

⁴²⁵ S.E. Morison, *As Viagens...*, p.20.

⁴²⁶ E.F. Pollard, *op. cit.*, p. 342.

Ressalvado o erro, que outros cometem, do primeiro nome trocado pelo do filho Sebastião, temos mais um testemunho das motivações por detrás do empreendimento de Henrique VII e João Cabot: a emulação das navegações e do sucesso comercial dos Portugueses.

Mas convém começar por dizer que alguma historiografia coloca João Cabot em Portugal e afirma que teria tentado convencer D. João II da bondade do seu projecto: a navegação para Ocidente.⁴²⁷

Com a devida vénia:

“Note-se[...]que na primeira viagem de Cabot(1497), que é aquela em que teria visto a Terra Nova, já o navegador veneziano ia guiado por informações portuguesas. A sua convicção, ao regressar, de acordo com o que se sabe pela carta de Raimundo de Soncino ao Duque de Milão sobre a Viagem, era que havia descoberto as Sete Cidades a 400 léguas a Ocidente da Inglaterra. Nomenclatura, posição e identificação geográfica são de evidente origem portuguesa[...].Para mais, [...]desde 1491 os marinheiros de Bristol procuravam as mesmas Sete Cidades sem conseguir descobri-las. E se o monarca inglês se resolveu a financiar uma empresa até àquela data tão infrutuosa deve ter sido depois de receber informações concretas.”⁴²⁸

O historiador estabelece umnexo causal entre três acontecimentos em curta sucessão cronológica: a expedição de João Fernandes Lavrador e Pêro de Barcelos em 1492 ou 1491, a presença de João Cabot em Lisboa e a exposição do projecto ao primeiro Tudor, em 1495, carta patente de Henrique VII , datada de

⁴²⁷ ConsueloVarela, *op. cit.*, p.80.

⁴²⁸ J. Cortesão, *op.cit.*, pp. 158/159.

5 de Março de 1496, e a primeira expedição de João Cabot, que zarpou de Bristol a 2 de Maio de 1497. A morte de D. João II teria precipitado a ida de João Fernandes Lavrador para Inglaterra,⁴²⁹ levando consigo o património de experiência e conhecimentos resultantes da sua actividade descobridora. lembremos carta de D. Manuel, datada de 7 de Junho de 1509, em que se concede privilégio ao filho do adjuvante de Lavrador, Pêro de Barcelos, lembrando o sentimento de

“respeito aos serviços que temos recebido de Pêro de Barcelos, já finado, morador que foy na nosa ilha Terceira, narmaçã e descobrimento da parte de norte”

expressão interpretada por Jaime Cortesão como referência à América do Norte.⁴³⁰

João Cabot pode ter oferecido os seus serviços, num plano similar a Colombo, aos Reis de Espanha e Portugal.⁴³¹ Mas no contexto, para si desfavorável, que constitui a assinatura de Tordesilhas, não consegue captar o interesse das Monarquias Ibéricas, que tinham acabado de resolver um problema.⁴³² Assim

*“as a consequence, Cabot made his way to England and presents his project for a western voyage to Asia to the prudent King Henry VII, possibly following in the footsteps of Bartholomew Columbus.”*⁴³³

⁴²⁹ *Idem, ibidem*, p. 159.

⁴³⁰ E. Brazão, *op. cit.*, p. 56.

⁴³¹ L.J.S. Matos, *op.cit.*, p. 122.

⁴³² R. Fritze, *op. cit.*, p. 122.

⁴³³ R. Fritze, *op. cit.*, p. 123.

A carta patente prontamente outorgada por Henrique VII a João Cabot, “muy similar a las *cartas de doação* portuguesas,”⁴³⁴ revela semelhanças com as concedidas pelos monarcas portugueses, o que revela a atenção com que um Rei inexperiente nestes domínios concede aos exemplos.⁴³⁵ De acordo com Morison:

“The letters patent follow the form of the *cartas de doação*[sic] that the Portuguese kings had been granting to navigators who wished to be lords of any new country that they found”⁴³⁶

Terão as patentes sido redigidas por um escrivão inglês, baseada numa cópia portuguesa, e apresentada ao soberano Inglês? Seja como for, Henrique VII subscreveu um documento cujo molde se encontra na experiência administrativa portuguesa. Neste contexto, João Fernandes Lavrador, uma vez ao serviço de João Cabot, não terá deixado de influenciá-lo, ilustrando os procedimentos náuticos em uso pelos marinheiros Portugueses. Veremos que foi agraciado pelo Tudor por serviços prestados; bem entendido, terá sido um veículo de transposição, além da informação geográfica e de marinharia, da instrumentação legal (as patentes, a instituição donatária⁴³⁷) que, no que diz respeito aos Descobrimentos pretendidos por Henrique VII, serviria para proteger os interesses da Coroa e dos navegantes.⁴³⁸

⁴³⁴ Consuelo Varela, *op. cit.*, p. 61.

⁴³⁵ *Idem, ibidem.*

⁴³⁶ S.E. Morison, *The European...*p.159.

⁴³⁷ *Idem, ibidem.* p.23.

⁴³⁸ Consuelo Varela, *op. cit.*, p. 45.

O Rei de Inglaterra mantém um especial cuidado com a quantidade e a qualidade da informação que lhe é prestada. Entre os diferentes assuntos, relevam os prejuízos que a Veneza, pelo comércio de especiarias, que lhe são comunicados com relevância de Estado.⁴³⁹ Na viragem para o séc.XVI, as perturbações políticas no Império Mameluco – com as correspondentes turvações económicas no comércio levantino, provocam a subida considerável do preço das especiarias na praça de Londres.⁴⁴⁰ Isto estimula o eixo Londres-Antuérpia, mas também a alternativa proposta por Bristol. Os tempos estão mudados, como reconhece o embaixador da Sereníssima República em Londres, ao analisar os danos que o comércio português de especiarias provoca na sua estrutura mercantil e sequentes lucros.⁴⁴¹ De Roma, a 23 de Outubro de 1505, o Cardeal Adriano de Corneto, numa carta a Henrique VII, faz uma resenha dos últimos sucessos diplomáticos e dá conta que os

“Veneti(...)acceperunt magnam jacturam in aromatibus quae passim veniant de illis insulis per Portugalenses repertis”⁴⁴².

Lembremos que a Inglaterra possuía fortes ligações monetárias a Veneza.⁴⁴³ Mas isto irá mudar, por força das circunstâncias:

⁴³⁹ E.F. Pollard, *op. cit.*, p. 258.

⁴⁴⁰ V.M. Godinho, *Os Descobrimentos...* p. 87.

⁴⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 92.

⁴⁴² A.F. Pollard, *op. cit.*, vol I, p. 258 ; Gairdner, James, *Letters and papers Illustrative of the Reigns*, vol I, p. 247

⁴⁴³ V.M. Godinho, *Os Descobrimentos...*, vol I, p.233.

(...)the commerce of Venice was injured by the growing turkish control over the Levant, and it received a serious blow when India was reached by sea”⁴⁴⁴

Na potencial Expansão para Oeste na tentativa de chegada a *Cipango* assumia-se, assim um novo padrão, potencialmente mais lucrativo e parcialmente testado: “England had had her share with Bristol, which traded with Madeira as well as with Iceland, was the place where sailors from north and south met one another.”⁴⁴⁵

Henrique VII não estava apenas curioso com o resultado das navegações Portuguesas, estava predisposto a patrocinar um empreendimento do género.⁴⁴⁶

Com efeito,

“The King has the greatest desire to employ foreigners in his service”(...)“He likes to be much spoken of(...)”

escreve Ayala a Fernando e Isabel em 25 de Julho de 1498.⁴⁴⁷

Compreendemos assim o cenário de abertura do Rei Inglês para o empreendimento marítimo. E a razão porque o tempo que medeia entre as exposições a que dá atenção, provindas dos candidatos a Descobridores, e as cartas patentes que concede é muito curto, o que não deixa de ser surpreendente num Rei de copiosa produção legal e que não delegava muitos poderes num *Privy Council* restrito. Tenhamos presente que tinha acolhido

⁴⁴⁴ J.D. Mackie, *op. cit.*, p. 224.

⁴⁴⁵ *Idem, ibidem.*

⁴⁴⁶ Galvão, António, *Tratado dos Descobrimentos*, Livraria Civilização, Porto, 1987, p.89.

⁴⁴⁷ A.F. Pollard, *op. cit.*, vol II, p.4.

favoravelmente a exposição de Bartolomeu Colombo; o tema não era novo e a decisão, amadurecida, aguardava apenas o actor conveniente.

Cabot surgiu, então, como a oportunidade de colocar no terreno as decisões tomadas quanto à Expansão Marítima. Nas palavras de Galvão, é após Tordesilhas que o Veneziano consulta os instrumentos cartográficos, refaz os seus cálculos e conclui o projecto, prontamente aceite:

“No anno de 1494 & mês de Janeiro se auerigarão as differenças que antre estes dous Reys auia: & foi a isso Ruy de Sousa y dõ Ioão seu filho, & o doctor Ayres Dalmada: & da parte de Castela dom Anrique Anriquez, dom Iorge de Cardines, & o doctor Maldonado, ajuntaram se todos em Torresilhas, & partiram ha redondeza de Norte Sul por hum meridiano q está ao ponente das jlhas do Cabo Verde 370. legoas, & que ametade que ficasse ao Leuante fosse de Portugal, & Ocidente de Castela, & o mar & terra para caminhar fosse a todos igual. No anno seguinte de nouenta & cinco faleceo el Rey dom Ioão, & começou a reynar dõ Manoel seu primo.

No anno de 1496 achandose hum Venezeano por nome Sebastião Gaboto em Inglaterra, & ouuindo nova de tam nouo descobrimento como este era: & vendo em hua poma como estas jlhas acima ditas estão quasi em hu paralelo & altura, e muito mais perto de sua terra hua a outra, que de Portugal ne Castella o amostrou a el Rey dõ Anrrique o septimo de que elle ficou tam satisfeito, que mandou logo

armar dous nauios, partio na primavera co trezetos companheiros,
fez seu caminho a Loeste(...)"⁴⁴⁸

Desta passagem podemos concluir:

-o nexo temporal entre o projecto de Colombo e o de Cabot;

-o nexo material entre os dois projectos, no que às premissas e aos propósitos concerne, o que não pode deixar de ter pesado na decisão do Monarca Tudor, funcionando como garantia de exequibilidade;

-a convicção de João Cabot, transmitida ao Rei, de que possuía vantagens geográficas, com relevância técnica, que urgia aproveitar.

O impacto da chegada da primeira expedição de Cabot com notícias de terra firme é relatado por um embaixador, Soncino, ao duque de Milão, Sforza, em epístola datada de 18 de Dezembro de 1497⁴⁴⁹:

"Perhaps amid the numerous occupations of your Excellency, it may not weary you to hear how his Majesty here has gained a part of Asia, without a stroke of the sword. There is in this kingdom a man of the people, a Venetian, Messer Zoane Caboto, by name, of kindly wit and a most expert mariner. *Having observed that the sovereigns first of Portugal and then of Spain had occupied unknown islands, he decided to make a similar acquisition for his Majesty.*"

Importante documento este, que resume e confirma as motivações de João Cabot e do monarca Tudor, por um lado, e nos dá a medida comparativa do

⁴⁴⁸ A. Galvão, *op. cit.*, p.89.

⁴⁴⁹ A.F. Pollard, *op. cit.*, vol II, p. 333.

sucesso inglês. Cabot descobre *Newfoundland* e recebido como um herói, com banhos de multidão, tença e tratamento por “Great Admiral”.⁴⁵⁰ Era a novidade absoluta de um empreendimento oficial inglês, dedicado aos Descobrimentos, ter sido bem sucedido.⁴⁵¹ Para Soncino, como para muitos outros, e ainda por alguns anos, era da Ásia que se tratava. E destacamos a pontada de inveja pela economia de processos evidenciada pelo Rei Inglês. Mas o sublinhado, que é nosso, destaca a influência que os sucessos de Portugal, primeiro, e seguidamente de Espanha, tiveram na génese do projecto de Cabot e do monarca Tudor.

Abre-se um mundo, é certo, mas as velhas questões de posse permanecem em aberto, e avivadas pela incompreensão dos limites e da verdadeira dimensão da novidade. Atentemos na carta do Embaixador Ayala para Fernando e Isabel, em 25 de Julho de 1498:

“I think your Majesties have already heard that the king of England has equipped a fleet in order to discover certain islands and continents which he was informed some people from Bristol, who manned a few ships for the same purpose last year, had found. I have seen the map which the discoverer has made, who is another Genoese, like Columbus, and who has been in Seville and in Lisbon, asking assistance for his discoveries. The people of Bristol have, for the last seven years, sent out every year two, three or four light ships (caravelas)

⁴⁵⁰ J.D.Mackie, *op.cit.* p.226.

⁴⁵¹ D. Howarth, *op. cit.*, p.72: “This was the first successful voyage of pure discovery made by an English ship, although it was under Genoese command.”

in search of the island of Brazil and the seven cities, according to the fancy of the Genoese. The king determined to send out (ships) because, the year before, they brought certain news that they had found land. His fleet consisted of five vessels, which carries provisions for one year.(...)I have seen, on a chart, the direction which they took., and the distance they sailed; and I think that what they have found, or what they are in search of, is what your Highnesses already possess.(...) I write this because the king of England has often spoken to me on this subject, and he thinks, that your Highnesses will take great interest in it. I think it is not further distant than four hundred leagues. I told him that, in my opinion, the land was already in possession of your Majesties; but though I gave him my reasons, he did not like them.(...) [I] do now send the chart or mapa mundi which that man has made, and which, according to my opinion, is false, since it makes it appear as if the land in question was not the said islands.⁴⁵²

Trata-se de uma verdadeira s mula: das empresas de Bristol, das suas motiva es, da tecnologia empregue (a caravela); do interesse de Henrique VII pelo projecto, por ele largamente debatido; da determina o do Rei em n o aceitar as raz es espanholas; do impacto que o feito de Cabot teve no imediato. O Veneziano tinha conseguido uma *patent of privileges* em 1495 ou 1496 para navegar para Oeste, Este e Norte "to discover and annex all lands hitherto unknown to Christians." Trata-se de uma contesta o *de jure* ao postulado de

⁴⁵² A.F. Pollard, *op. cit.*, vol II, pp. 344 e 345.

Tordesilhas, mas com uma curiosa exceção, que se explicará pela admissão de um novo paradigma geográfico:

“The grant in effect repudiated the Bull of Alexander VI which divided the unknown world between Spain and Portugal; it recognized the rights of Spain and Portugal in the southern seas, but it plainly supposed that the adventurers could reach the Indies by following a route to the north of that taken by Columbus.⁴⁵³

Em 1498 realiza-se uma nova expedição contando, para além do apoio do Rei, com o investimento de mercadores de Bristol e da arqui-rival Londres, da qual não haverá notícia.⁴⁵⁴

Permitimo-nos concluir na senda de um historiador Inglês: a competição com Portugal, e contra Portugal, estimula os Ingleses, decididos a manter aberta a passagem que vislumbravam para o mundo de oportunidades asiático⁴⁵⁵.

O Tratado que Henrique VII estabelece com Espanha, a 10 de Julho de 1499, sem ser em si uma inovação – é uma cópia do *Intercursus Mallus* - inclui uma curiosa *nuance* que, à luz de Tordesilhas e das relações com Portugal, ganha outro significado. Neste instrumento diplomático fica estatuída a interdição, por parte dos novos aliados, de pôr em causa, ou ajudar a pôr em

⁴⁵³ J.D. Mackie, *op. cit.*, p. 225-226.

⁴⁵⁴ D. Howarth, *op. cit.*, p. 72.

⁴⁵⁵ J.D.Mackie, *op. cit.*, p.226-227 : “yet neither the King nor the Bristol merchants lost hope, and their interest was probably stimulated by the competition of the Portuguese.”

causa, os domínios então na respectiva posse.⁴⁵⁶ Mas se atendermos a que Tordesilhas é, da parte dos Espanhóis, sobretudo um discurso sobre futuras incorporações, ficam estas assim desprotegidas e sujeitas ao direito de ocupação. Se atendermos a que o monarca Tudor reivindicava já uma possessão – as *New Found Landes* – na área de influência espanhola, poderemos identificar aqui uma intenção de assegurar um espaço próprio, uma fenda na muralha erguida pelos plenipotenciários ibéricos em 1494, e que já está visível no articulado na *patent of privileges* concedida a Cabot em 1495 ou 96 para navegar para Oeste, Este e Norte “to discover and annex all lands hitherto unknown to Christians”⁴⁵⁷.

Mas, na confiança do sucesso, Portugal é respeitado. Em 1502, outorga Henrique VII a Hugo Elyot, enquanto líder de uma associação, poderes para descobrir e tomar posse, ou *recuperar* a posse, de “Terras gentias”, no que pode ser considerado precursor do estabelecimento de um conceito de legitimação territorial baseado na posse efectiva, mas também um indício das intenções políticas subjacentes às navegações de Cabot. Na extensíssima e meticulosa patente, que de facto estabelece um protocolo administrativo, concedida pelo monarca a 9 de Dezembro de 1502, é dado o benefício a Hugo Elyot, Tomás Ashehurst, ingleses de Bristol, e a João Gonçalves e Francisco Fernandes,

⁴⁵⁶ A.F. Pollard, *op.cit.*, vol II, p. 314 e 315: “Neither of the allies shall assist by deeds or by counsel, the enemies of the other ally who intend to invade the dominions which he **at present** possesses” (subinhado nosso).

⁴⁵⁷ J.D.Mackie, *op. cit.*, p.225-226: “The grant in effect repudiated the Bull of Alexander VI which divided the unknown world between Spain and Portugal; it recognized the rights of Spain and Portugal in the southern seas, but it plainly supposed that the adventurers could reach the Indies by following a route to the north of that taken by Columbus.”

açoreanos e súbditos “dilectos” do Rei de Portugal (a quem tinha sido concedida a nacionalidade inglesa, em patente similar de 19 de Março de 1501); e embora tenham recebido plenos poderes de navegação, estabelecimento, posse e execução legislativa nos territórios que se propunham descobrir, está rigorosamente interdita a interferência com as possessões do Rei de Portugal:

*“Proviso semper quod de Terris, Patriis, Regionibus, sive Provinciis Gentilium aut Infidelium, per Subditos Carissimi Fratris & Consanguinei nostri Portugalie Regis, seu aliorum quorum-cumque Principum, Amicorum, & Confoederatorum nostrum prius repertis, & in quarum Possessione ipsi Principes jam existunt, se nullo modo impediant aut intromitant.”*⁴⁵⁸

Amizade e reconhecimento pelo pioneirismo e estímulo proporcionado pelos Descobrimientos Portugueses, que impedem a usurpação. E, no minucioso articulado, exemplo da argúcia e frieza da diplomacia de Henrique VII, que, se não possuía uma Corte brilhante, estava, sob esse ponto de vista, no espírito da época.

O Rei queria um “short way to the Indies”; as suas iniciativas irão configurar alternativa nacional inglesa às rotas do Cabo e de Magalhães: a Passagem do Noroeste. São destes lances que, apesar de alguns insucessos, permitem à historiografia inglesa fazer um balanço favorável da sua política diplomática, pelo fortalecimento da imagem da Inglaterra, pela promoção do

⁴⁵⁸ Rymer, *Foedera*, tomo XIII, p.37.

comércio, pela consolidação da paz e pelo lançamento das bases da Expansão inglesa⁴⁵⁹.

Não se trata, de resto, senão de um processo dialéctico: Portugal foi breve na réplica e o primeiro a responder ao desafio inglês. João Cabot pode ter-se antecipado apenas em um ano à viagem que Duarte Pacheco Pereira realiza a Ocidente, em 1498⁴⁶⁰, e que permitirá ao nosso navegador afirmar a existência de uma nova terra, já explorada - "hachada e navegada hua tam grande terra firme". Pode o italiano ser também a origem do informe de que o limite desta se "estende a satenta graus de ladeza da linha equinoçial contra ho pollo artico"⁴⁶¹, de que é "grandemente povorada" e, dado importante, com "muitas e grandes ilhas adjacentes a ella", o que configura com nitidez a linha de costa de *Newfoundland* e *Labrador*. Consideremos ainda a reacção de D. Manuel à viagem de Caboto em 1497 na carta a João Fernandes Lavrador e Pedro de Barcelos para demandarem "em busca de uma ilha na nossa esfera de influência" e as viagens dos Corte-Real, no claro prosseguimento deste propósito. Lavrador vai para Inglaterra, mais precisamente para Bristol - onde comerciava desde 1493, pelo menos⁴⁶² - talvez em revanche pela preponderância, concedida aos Corte-Real, por D. Manuel. Consegue, em todo o caso, a carta patente de 15 de Março de 1501 com

⁴⁵⁹ J.D.Mackie, *op. cit.*, p. 228: "The foundation of a maritime empire resulted from the Tudor achievement."

⁴⁶⁰ Duarte Pacheco Pereira, *op. cit.*, p. 23.

⁴⁶¹ *Idem, ibidem.*

⁴⁶² Consuelo Varela, *op.cit.*, p.62.

Elyot e Ashhurste, velhos frequentadores dos tratos Atlânticos e armadores de Cabot.⁴⁶³

Com efeito, o rei Henrique concede cartas-patente a João Fernandes Lavrador e outros cinco navegadores, dois deles Portugueses, para descobrir e anexar terras até aí desconhecidas para os Cristãos. Uma sucessão de acontecimentos que permitem falar de um “sindicato anglo-açoriano”, na expressão de Morison. Uma empresa que se assemelha a um sucesso: o Rei, tão parcimonioso, concede a Lavrador e João Gonçalves o recebimento de uma pensão vitalícia em 1502 por parte da Coroa,⁴⁶⁴ tal como é concedida, em 1505, uma tença a Sebastião Cabot.

Os dados estão lançados para a continuidade do empreendimento. Não surpreenderá a fundação, em 1506, em Bristol, de uma *Company Adventurers into the New Found Lands*,⁴⁶⁵ herdeira desses *merchant adventurers* de 1467,⁴⁶⁶ e precursora da constituição, em 1550, da *Mysterie and Company of Marchant Adventurers for the Discoverie of Regions, Dominions, Islands and places Unknowen* com Sebastian Cabot como governador vitalício.⁴⁶⁷

⁴⁶³ *Idem, ibidem.*

⁴⁶⁴ *Idem, ibidem*, p.64.

⁴⁶⁵ J.D. Mackie, *op.cit.*, p.227.

⁴⁶⁶ *Idem, ibidem*, p.473.

⁴⁶⁷ D. Howarth, *op. cit.*, p.76.

4.2-A emergência do modelo inglês – o poderio naval como resposta

Se “em 1498, o armamento dos navios portugueses era totalmente inesperado e novo nos mares da Índia [e China] e lhes concedeu uma vantagem imediata,”⁴⁶⁸ a vitória portuguesa de Diu, em 1509, terá sido de uma importância maior que a de Lepanto, ao mostrar a eficácia da vela e do canhão contra o remo.⁴⁶⁹

Fazer-se transportar num barco a remos, impulsionado por uma tripulação coordenada e competente era um sinal de prestígio apreciado na dinastia Tudor.⁴⁷⁰ Também aí houve uma rápida aprendizagem. A conjugação, feita pelos portugueses, de vela e canhão foi determinante, em termos geo-estratégicos, no séc. XVI:

“Caravels and cannon were the technological developments that made European overseas expansion possible, not astrolabes and improved maps.”⁴⁷¹

É preciso relativizar a desvalorização feita à navegação astronómica, sendo certo que o seu aperfeiçoamento e domínio foi menos dramático que o poderio conferido pela articulação da arma de fogo com a navegação moderna:

“O navio armado de canhões desenvolvido pela Europa atlântica no decurso dos séculos XIV e XV foi o instrumento que tornou possível a saga europeia” (...)“a relativa vantagem dos europeus residia no mar.”

⁴⁶⁸ Carlo M. Cipolla, *Canhões...*, p. 100.

⁴⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 96.

⁴⁷⁰ D. Howarth, *op.cit.*, p.19.

⁴⁷¹ R. Fritze, *op. cit.*, p.73.

Esboça-se aqui um novo conceito – o da potência marítima e colonial – de que a Inglaterra fará um uso tão pleno: a fórmula da *naval mastery*, ou seja, a hegemonia com fundamento no poder naval.⁴⁷² Na senda dos sucessos portugueses, sobretudo no Oriente, reformula-se a noção de poder pela redefinição dos papéis relativos do comércio, da força militar e da estrutura política, administrativa e logística. Assim, nas últimas décadas do séc. XV e primeiras do séc. XVI a Inglaterra surge logo atrás de Portugal e Espanha na compra de artilharia flamenga; Portugal é aliás, um grande mercado para comerciantes de canhões,⁴⁷³ e D. João II interessa-se pessoalmente pela artilharia.⁴⁷⁴

O atraso secular de Inglaterra no armamento de fogo – apesar de conhecer o canhão desde 1327- vai esbater-se devido à insistência no desenvolvimento na preparação de um ferro abundante no país. Henrique XII desenvolve a artilharia neste metal, nas últimas décadas do século de quatrocentos. Henrique VIII estimulará a importação de canhões flamengos em bronze, que reputava superiores aos de fabrico doméstico, em ferro. Os progressos são rápidos: em 1543, e na eminência de guerra com a França, perante uma tesouraria enfraquecida, Henrique VIII volta-se novamente para a produção local em ferro, cujo sucesso iniciou uma longa tradição. O comércio inglês de canhões de ferro torna-se florescente no séc. XVI não pela qualidade absoluta, mas pela relação qualidade/preço/funcionalidade; ao ponto de, no

⁴⁷² P. Kennedy, *The Rise...*, p. 15e segs.

⁴⁷³ Carlo M. Cipolla, *Canhões...*, p. 30.

⁴⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 25.

final da centúria de Quinhentos, a própria Espanha tentar assegurar, nem sempre licitamente, artilharia inglesa.⁴⁷⁵ A Rainha Isabel chega a proibir a sua exportação por motivos estratégicos em 1574.

Há quem se interrogue se terão sido os ingleses a alterar a “divisão do trabalho” entre navios a remos guerra e navios à vela comércio:

“É(...) difícil afirmar quem foi o primeiro: tratou-se, provavelmente, de uma série de múltiplas e interdependentes influências entre as nações atlânticas.”⁴⁷⁶

O Regent e o Sovereign, orgulhos flutuantes do primeiro e segundo Tudor, foram “um bom e prematuro exemplo dos novos progressos que se estavam a verificar na área atlântica,” mas pretender mais que isso - a prioridade no modelo - é esquecer onde e quando as caravelas e caravelas redondas tinham já estabelecido e mantinham paradigmas de eficácia pelo poder de fogo, versatilidade e maneabilidade, ao ponto de serem, por muito tempo, temidas nos mares. Na viragem para o século XVI os navios ingleses, e a construção naval - Bristol é o caso evidente - voltam-se essencialmente para o comércio. Iniciam um padrão de predomínio dos mercadores sobre a Coroa, na propriedade de navios e na iniciativa comercial marítima, fazendo uso de uma independência em relação a concepções, laços e entraves feudais. Assim, a competição naval suscitada pelo *Henry Grace a Dieu*, lançado ao mar com pompa e perante os mais altos dignitários estrangeiros, não marca mais que um

⁴⁷⁵ Carlo M. Cipolla, *Canhões...*, p. 34.

⁴⁷⁶ Carlo M. Cippola, *Canhões...*, pp.76-77.

momento específico da política externa: é feito a pensar em França⁴⁷⁷ e destina-se a servir mais como argumento diplomático na esfera continental. O seu significado mais profundo é outro: constitui antes a transposição do que é, em relação a Portugal e Espanha, uma resposta e uma continuidade, não um repto ou uma inovação. Depressa se aperceberão do erro cometido: o galeão, talvez uma evolução da caravela redonda, configura a busca a maneabilidade perdida.⁴⁷⁸

Os Ingleses continuam, ao longo do século Tudor, a beneficiar das redes de informação constituídas: Sebastião Cabot, por exemplo, estabelece a ligação entre “o mundo Mediterrânico de Colombo e Cabot, Lisboa, Génova e Veneza – a Renascença marítima – e a marinharia Isabelina.”⁴⁷⁹ Práticas ancestrais também concorrem: o reinado de D. João III conheceu uma série de depredações corsárias ao comércio português da costa Ocidental Africana, nas quais os Ingleses tiveram um papel importante.⁴⁸⁰ Temos, a este propósito, de equacionar a pirataria como escola técnica, mobilizador social e embrião de um nacionalismo de raiz marítima.⁴⁸¹ Neste contexto, a intervenção inglesa no interregno, apoiando a causa do Prior do Crato, será talvez o primeiro exemplo moderno da aplicação de uma política baseada no doseamento de uma força naval atacante ou dissuasora, diplomacia e depredação.

⁴⁷⁷ P. Kennedy, *The rise...*, p. 25.

⁴⁷⁸ Carlo M. Cipolla, *Canhões...*, p. 79.

⁴⁷⁹ A.L. Rowse, *op. cit.*, p.4.

⁴⁸⁰ V.M. Godinho, *Os Descobrimentos...*, p.177.

⁴⁸¹ D. Howarth, *op. cit.*, p.57.

As páginas de Hakluyt, no final do séc. XVI estão plenas de elogios, de incitamentos ao cumprimento do pioneirismo Português⁴⁸². O eco ressoa mesmo na época Stuart; o Português é seguido pelo Inglês, como provam, por exemplo, as incursões no Gâmbia, em 1618, com o fito no comércio do ouro.⁴⁸³ Na origem estará um efeito cumulativo das percepções: nos finais do séc. XVI a Inglaterra beneficia de substanciais importações de moeda portuguesa, sobretudo aurífera, a ponto de ser luso o espécimen mais prestigiado – o são-vice.⁴⁸⁴ A moeda portuguesa era, ao tempo, copiosamente entesourada.⁴⁸⁵ Também o era o exemplo.

Mas é Henrique VII quem primeiro transformará a Inglaterra num país defensivamente forte, em fortalezas, estaleiros e indústria de armamento – sobretudo artilharia – apesar do estado do seu exército e das suas finanças não lhe permitir aventuras bélicas de longa duração ou de envergadura.⁴⁸⁶ Em Inglaterra, uma marinha do Estado, a Navy Royal[sic], como se vê surgir no século XV na generalidade das potências europeias com fronteira líquida, faz parte de uma nova doutrina a um tempo económica e político-militar,⁴⁸⁷ a que os ensinamentos do *Libelle of Englische Policie*, de 1436, não serão estranhos,⁴⁸⁸ e a que os Actos de Navegação do primeiro dos Tudor vão dar consistência.

⁴⁸² Ver, a este propósito, Puga, R.M., “Os Descobrimentos Portugueses em The Principal Navigations de Richard Hackluit”, *Centro de História de Além-mar, U.N.*, Lisboa, 2003.

⁴⁸³ V.M. Godinho, *Os Descobrimentos...*, p.182.

⁴⁸⁴ Vitorino M. Godinho, *Os Descobrimentos...* p.69.

⁴⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 111.

⁴⁸⁶ P. Kennedy, *Ascensão...* p. 89.

⁴⁸⁷ M.M. du Jourdin, *op. cit.*, p. 131.

⁴⁸⁸ *Idem, ibidem*.

Como vimos, Henrique VII não rejeitou o plano columbino,⁴⁸⁹ antes o abraçou com alegria⁴⁹⁰; o apoio a João Cabot surge assim, e em lugar de carimbado como um acaso, contradição ou incosequência, na lógica da introdução de uma Inglaterra, esse país na orla Ocidental da Cristandade⁴⁹¹, no convívio das potências europeias com interesses nas Descobertas.

⁴⁸⁹ Ridley, Jasper, *Henry VIII*, Penguin, Londres, 2ª ed., 2002, p.23.

⁴⁹⁰ D. Howarth, *op. cit.*, p.71.

⁴⁹¹ Jasper Ridley, *op. cit.*, p.23.

5-Conclusão

Embora as sementes lançadas no reinado de Henrique VII não tenham tido imediata sequência - ter-se-á que esperar pelo reinado da última Tudor para verificar o estabelecimento da Inglaterra, de forma definitiva, como potência marítima e expansionista - devemos remontar ao vencedor de Bosworth para conhecer as dinâmicas que se entrecruzam e se potenciam na escolha da vocação marítima, comercial e colonial.

Ligados ao Mediterrâneo desde o século XIII, instalados na Península Ibérica - e, sobretudo, em Portugal - com privilégios e comunidade reconhecida, os mercadores e marinheiros ingleses cedo se imiscuem - até porque estão presentes - nos tratos atlânticos do séc. XV - com os Açores e, sobretudo, a Madeira.

A navegação e o comércio de Bristol devem muito ao comércio com Portugal, exercendo-se os efeitos da promiscuidade de técnicas e de objectivos, a tal ponto que - para além das artes e das mercadorias - o próprio imaginário se entrecruza: disso é exemplo cabal o *leitmotiv* da Antília/ Brasil/Sete Cidades.

As iniciativas de Bristol imitam as Portuguesas no tempo e no modo. Navegadores Ingleses buscam as mesmas paragens e objectivos. A esta pletora de experiências e saberes acumulados, a que se adicionam motivações internas, i.e., a rivalidade com Londres, cuja preponderância no comércio continental inglês obriga Bristol a procurar de outras escápulas; as necessidades de afirmação de uma nova dinastia, desiludida com o jogo político continental como forma de alcançar prestígio. Resulta de tudo isto uma navegação de

Bristol de carácter instrumental mas decisivo no traçar dos objectivos da Coroa inglesa.

Henrique VII, frio e prático, ansioso por prestígio, é alguém que não arrisca senão com proveito seguro. Procura mover-se em terreno propício para as primeiras expedições, ou seja, para as suas primeiras afirmações de Monarca possuidor de aspirações expansionistas: a experiência e a área geográfica reconhecidas pelos homens de Bristol, sancionadas pelas iniciativas e sucessos dos Portugueses .

Como fonte de prestígio, e sopesadas as vantagens e os inconvenientes, como o primeiro dos Tudor certamente fez, a Expansão marítima apresentava uma relação custo-benefício extraordinariamente favorável, uma vez cumpridas duas condições: 1) corresponder às expectativas económicas da classe mercantil marítima, directamente interessada, e sem a qual a Coroa não pode agir; 2) estar escorada nas melhores informações geográficas, laborando a partir das mais recentes técnicas e informações.

Os factores decisivos para a oficialização do interesse do Monarca Inglês pelos Descobrimentos que lhe foram propostas são, por um lado, a crescente vontade de emular os feitos dos Portugueses nas navegações e no comércio de especiarias (as vantagens em perspectiva são promissoras: financeiramente, afirmar-se como alternativa à Flandres, centro exógeno do comércio inglês, e contrariar o ascendente da *Hansa*; na política interna, fortalecer-se pela novidade de uma empresa que convida a uma forte centralização administrativa); por outro lado, a qualidade das informações que até ele

chegavam, pela via diplomática ou nas pessoas de Bartolomeu Colombo, Caboto e Lavrador, entre outros.

São portugueses os feitos e conhecimentos levados à consideração de Henrique VII, e são nessa qualidade apresentados ao Rei; este interpreta-os num cenário diplomático, cultural e económico de admiração e quase reverência pelos feitos mercantis e marítimos de Portugal, o que explica as subtis diferenças no tratamento conferido a Espanha e Portugal por parte de Henrique VII.

A iniciativa do primeiro Tudor, não tendo dado frutos imediatos, esteve aquém de marcar o início do expansionismo inglês; só no reinado de Isabel I se confirmará e afirmará o carácter marítimo/comercial da nova potência europeia. Mas a Expansão Isabelina e dos Stuart não surge do éter. Usa o capital técnico e psicológico acumulados nos reinados do seu pai - que desenvolve decisivamente a marinha de guerra - e de seu avô, que desenha os alicerces da Navy Royal e lança as bases técnicas, administrativas e políticas de uma monarquia marítima centralizada, com interesses atlânticos.

6-Bibliografia

Fontes e colectâneas de fontes

Anselmo, A. J., *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no séc. XVI*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926.

Aughterson, Kate, *The English Renaissance: an anthology of sources and documents*, London, Routledge, 2002.

Carus-Wilson, E.M., *The Overseas Trade of Bristol in the Later Middle Ages*, London, Merlin Press, 1967.

Gairdner, James, *Letters and Papers Illustrative of the Reigns*, London, Hakluyt Society.

James Gairdner ed., *Paston Letters*, London, Chatto&Windus, 6 vols, 1904.

Galvão, António, *Tratado dos Descobrimentos*, Porto, Livraria Civilização, 1987 .

Godinho, V.M., *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, Lisboa, Cosmos.

Góis, Damião, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Universidade, 1955.

Hakluyt, *The Principal Navigations, Voyages,...* Glasgow, Hakluyt Society, 1903.

Marques, A.P., *Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988.

More, Tomás, *Utopia*, Mem Martins, Europa-América, s.d.

Pollard, A.F., *The Reign of Henry VII from Contemporary Sources*, London, Longmans, Green &Co., 1914. 3 vols.

Pereira, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, ed. fac., 1975.

Resende, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, INCM, 1973.

Santarém, Visconde de, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal(...)*, Paris, Aillaud, 1854, vol.xv.

Stow, John, *The Annales of England- 1592*, , London,Hackluyt Society.

Tovar, Conde de, *Catálogo dos Manuscritos Portugueses...*, Lisboa, Academia das Ciências, 1932.

Zurara, G. Eanes, *Crónica da Guiné*, Porto, Civilização, s.d.

Estudos

Albuquerque, Luís de, *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, Mem Martins, Europa América, s.d.; - *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Caminho, 1994, 2 vols.

Almada, José de, *A Aliança Inglesa, Subsídios para o seu Estudo*, Lisboa, INL, 1946, 3 vols.

Almeida, Fortunato, *História de Portugal*, Lisboa, Bertrand, 2003, 3vols.

Andrade, A.A. Banha de, *Novos Mundos do Mundo, Panorama da Difusão, pela Europa, de Notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972, 2 vols.

Azevedo, J.L. de, *Elementos para a História Económica de Portugal*, Lisboa, Inapa 1990; -*Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, Clássica, 1978.

Barreto, L.F., *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber*, Lisboa, Gradiva, 1987.

Barros, H.G., *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, Lisboa, 1945.

Bethencourt, F., Chaudhuri, K., dir., *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, 4 vols.

Brazão, Eduardo, *A Descoberta da Terra Nova*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1964 .

Bolton, J.L., *The Medieval English Economy 1150-1500*, Londres, Dent, Rowne & Hill, Ltd, 1980.

Boxer, C.R., *O Império Marítimo Português, 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1992.

Brigden, Susan, *New Worlds, Lost Worlds: the Rule of the Tudors, 1485-1603*, Nova Iorque, Viking Penguin, 2001.

Burns, Edward McNall, *História da Civilização Ocidental*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1981, 3 vols.

Carus-Wilson, E.M., Coleman, O., *England`s Export Trade 1275-1547*, Oxford, Clarendon Press, 1963.

Cipolla, Carlo M., *Canhões e Velas na Primeira Fase da Expansão Europeia*, Lisboa, Gradiva, 1989.

Las Casas, Bartolomé de, *Brevíssima Relação da Destruição de África*, Lisboa, Antígona, 1996.

Cipolla, Carlo M., *História Económica da Europa Pré-Industrial*, Lisboa, Edições 70, 1984.

Coelho, Latino, *A Ciência na Idade Média*, Lisboa, Guimarães Editores, 1988.

Cortesão, Armando, *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos Séculos XV e XVI*, Lisboa, Seara Nova, 1935.

Cortesão, Jaime, *Os Descobrimentos Portugueses*, , Arcádia, s.d. 2 vols.

Cortesão, Jaime, *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, 4ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

Corvisier, André, *O Mundo Moderno*, Lisboa, Ática, 1976.

Costa, M.F., *As Navegações Atlânticas no séc. XV*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

Dias, J.S. da Silva, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do séc. XVI*, Lisboa, Presença, 1988.

Diffie, B.W., e Winius, G.D., *A Fundação do Império Português*, Lisboa, Vega, s.d.

Domingues, Mário, *D. Manuel I e a Epopeia dos Descobrimentos*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Romano Torres, 1971.

Elliott, J.H., *The Old World and the New 1492-1650*, London, Cambridge University Press, 1998.

Ferro, Gaetano, *As Navegações Portuguesas no Atlântico e no Índico*, Lisboa, Teorema, 1989.

Favier, J. *De Marco Polo a Cristóvão Colombo, 1250-1492*, Lisboa, D. Quixote, 1980.

Finzi, C., *Nos Confins do Mundo*, Lisboa, Edições 70, 1982.

Fritze, Ronald, *New Worlds-The Great Voyages of Discovery 1400-1600*, Phoenix Mill, Sutton Publishing Ltd, 2002.

Godinho, V. M., *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar*, Lisboa, Difel, 1990.

Godinho, V. M., *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1991, 4 vols.

Guedes, Marques, *A Aliança Inglesa*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1943.

- Grimberg, Carl, *História Universal, Europa América*, s.d.
- Hale, J.R., *A Europa durante o Renascimento 1480-1520*, Lisboa, Editorial Presença, 1983.
- Harisse, Henri, *Christophe Colomb*, Paris, Hachette, 1991.
- Heers, Jaques, *O Mundo Medieval*, Lisboa, Ática, 1976.
- Holderness, B.A., *Pré-Industrial England - Economy and Society 1500-1750*. London, J.M.Dent and Sons, Ltd,s.d.
- Howarth, David, *British Sea Power*, Londres, Constable & Robinson, 2003.
- Huizinga, J., *O Declínio da Idade Média*, Ulisseia, 1985.
- Hume, David, *The History of England*, , Indianapolis, Liberty Fund1983.
- Iánez, E, *História da Literatura- O Renascimento Literário Europeu*, Lisboa, Planeta Editora, 1993, 3 vols.
- Jacob, E.F., *The Fifteenth Century*, Oxford, Clarendon Press, 1969.
- Jourdin, M.M.du, *A Europa e o Mar*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.
- Jourdin, M.M. du, *As Rotas Milenares*, Edições Lisboa, Inapa, 1989.
- Kearney, Hugh, *The British Isles – A History of Four Nations*, 3ª ed., London, Cambridge University Press, 2000.
- Kennedy, Paul, *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, Mem Martins, Publicações Europa América, 1990.
- Kennedy, Paul, *The Rise and Fall of British Naval Mastery*, London,Penguin Books, 2001.
- Landes, David S., *A Riqueza e a Pobreza das Nações*, Lisboa, Gradiva, 2001.

- Macedo, J.B., *História Diplomática de Portugal – Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, Tribuna da História, 2006.
- Mackie, J.D., *The Earlier Tudors*, Oxford, Clarendon Press, 1962.
- Marques, A. H. de Oliveira, *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença, 1986, 5 vols.
- Marques, Alfredo P., *Portugal e o Descobrimento Europeu da América*, Lisboa, INCM, 1992.
- Martinez, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986.
- Matos, L.J.S., “O Atlântico Noroeste e a Terra Nova”, in *Oceanos*, Lisboa, nº45, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- Mattoso, J., *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- Mauro, Frédéric, *A Expansão Europeia*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- Miskimin, Harry A., *A Economia do Renascimento Europeu*, Lisboa, Editorial Estampa, 1984.
- Morgan, Kenneth, *The Oxford Illustrated History of Britain*, Oxford, Oxford University Press, 2000.
- Monteiro, S., *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1989.
- Morison, S.E., *As Viagens Portuguesas à América*, Lisboa, Teorema, s.d.
- Moser, F.M., *Dilecta Britannia – Estudos de Cultura Inglesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- Mourão, R., *O Céu dos Navegantes*, Cascais, Pergaminho, 2000.

- Nascimento, A.A., *Navegação de S. Brandão nas Fontes Portuguesas Medievais*, Lisboa, Ed. Colibri, 2002.
- Peres, Damião, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, Vertente, 1992.
- Peres, Damião, dir., *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1934, 10 vols.
- Ramalho, A.C., *Estudos sobre o Século XVI*, Lisboa, INCM, 1983.
- Ramsey, Peter, *Tudor Economical Problems*, London, Victor Gollancz LTD, 1963.
- Ridley, Jasper, *Henry VIII*, 2ª ed., London, Penguin, 2002.
- Rowse, A.L., *The Elizabethans and America*, Londres, MacMillan&Co, 1959.
- Russel-Wood, A.J.R., *Portugal and the Sea, a World Embraced*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1998.
- Quinn, David.B., *Sebastian Cabot and Bristol Exploration*, Bristol, Bristol University Press, 1968.
- Saraiva, António J., *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 1988.
- Serrão, Joel, dir., *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1998.
- Serrão, Joel, *Cronologia Geral da História de Portugal*, Lisboa, Horizonte, 1988.
- Serrão, J. Veríssimo, *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1980, 15 vols.
- Serrão, J. Veríssimo, *Portugal e o Mundo nos Séculos XII a XVI*, Lisboa, Verbo, 1998.
- Shakespeare, William, *Complete Works*, London, Magpie, 1992.
- Shillington, V.M.; Chapman, Wallis, *The Commercial Relations of England and Portugal*, London, George Routledge and Son, Ltd, 1907.

Varela, Consuelo, *Ingleses en España y Portugal - 1480-1515*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

Williamson, J.A., *The Cabot Voyages and Bristol Discovery under Henry VII*, Cambridge, 1962 ; - *A Short History of British Expansion*, London, Mac Millan and Co., 1947 ; - *The Tudor Age*, 3^a ed., London, Longmans, 1964.

Woodward, G.W.O., *A Short History of Sixteenth-Century England*, Nova Iorque, Mentor Books, s.d.

Woodruff, William, *A Concise History of the Modern World*, London, Abacus, 2005.